

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PFI

NICOLE BECK GREHS SILVA MARIA

**A GRAMÁTICA DO “VER COMO” EM WITTGENSTEIN E  
OS LIMITES ENTRE PERCEBER E CONCEITUALIZAR**

Niterói

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PFI

NICOLE BECK GREHS SILVA MARIA

**A GRAMÁTICA DO “VER COMO” EM WITTGENSTEIN E  
OS LIMITES ENTRE PERCEBER E CONCEITUALIZAR**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Filosofia da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial  
à obtenção do título de Mestre em  
Filosofia.

Orientação: Prof. Dr. Diogo Gurgel

Niterói

2023

Página reservada para ficha catalográfica.

NICOLE BECK GREHS SILVA MARIA

**A GRAMÁTICA DO “VER COMO” EM WITTGENSTEIN E  
OS LIMITES ENTRE PERCEBER E CONCEITUALIZAR**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Filosofia da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial  
à obtenção do título de Mestre em  
Filosofia.

Aprovada em 04 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Diogo de França Gurgel (Orientador) – UFF

---

Prof. Dr. Rafael Lopes Azize - UFBA

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Silvia Faustino de Assis Saes - UFBA

Niterói

2021

## AGRADECIMENTOS

Diversas vezes, me perguntei a respeito de como outras pessoas experienciam o sentimento de “ter um lar”. Já acreditei estar distante dessa sensação em diferentes momentos. Atualmente, reconheço que eu mesma sempre encontrei morada nos mesmos lugares: na escrita e nos afetos. Por isso, serei eternamente grata aos que me ajudaram, com seu carinho e incentivo, a encontrar um lar nas palavras.

Dedico este trabalho às minhas avós, por terem construído arduamente o solo afetoso no qual caminho hoje em dia. Aos meus pais e familiares, pelo amor e suporte infinitos. Ao Tiago, por partilhar o melhor da vida comigo, todos os dias. Aos meus amigos mais próximos, por toda a compreensão. Ao professor Diogo, que será sempre elogiado pelo seu equilíbrio exemplar entre rigor, confiança e paciência.

Escrever sempre me conectou às pessoas. Fico feliz que, agora, eu possa dizer o contrário: muitas pessoas me reconectaram à escrita. Nunca poderei agradecer suficientemente por isso.

Agradeço, também, à CAPES pelo financiamento concedido, o que permitiu a dedicação necessária para o desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação se propõe a investigar os apontamentos de Ludwig Wittgenstein a respeito da noção de “ver como”, tendo como ponto de partida a distinção estabelecida pelo filósofo austríaco entre dois sentidos do verbo “ver”: por um lado, um uso relativo à apresentação do que é visto, relacionado à percepção simples ou ao simples estímulo sensorial; e, por outro lado, um uso relativo à capacidade de notar um aspecto em um objeto, ou uma semelhança entre objetos. Essas discussões fazem parte da filosofia madura de Wittgenstein, e podem ser rastreadas principalmente nos manuscritos publicados como a Segunda Parte das *Investigações Filosóficas*, e noutros publicados como *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. A investigação em questão tem como norte a seguinte pergunta: por que razões Wittgenstein se estende sobre o tema da aspectualidade nesses manuscritos, principalmente salientando as diferenças entre o “ver como” e outros conceitos perceptivos e aproximando esse conceito, na mesma medida, a conceitos relacionados a processos de pensamento? Etapas fundamentais para a abordagem dessa pergunta envolvem, em primeiro lugar, esclarecer a importância de se considerar os apontamentos sobre o “ver como” a partir de sua relação com uma metodologia terapêutica que incide sobre a *gramática*; em segundo lugar, apresentar a influência, nessa discussão, da psicologia da *Gestalt* de Wolfgang Köhler, tal como exposta em seu *Psicologia da Gestalt: Uma Introdução aos Novos Conceitos da Psicologia Moderna*; e, por último, analisar duas respostas divergentes para a pergunta anterior, apresentadas por Peter F. Strawson, em seu “Imagination and Perception”, e por Avner Baz, em seu *Wittgenstein on Aspect Perception*. Este último estágio nos permitirá avaliar a consistência das hipóteses interpretativas apresentadas pelos dois comentadores, afim de examinar se algum desses posicionamentos fornece considerações relevantes para o tratamento da pergunta levantada. Será proposto que as leituras apresentadas por esses comentadores não levam em conta o modo como Wittgenstein parece se interessar pelo “ver como” – como uma ferramenta de cunhagem de símiles e analogias que permite realizar esclarecimentos filosóficos, sem que precisemos, para isso, levantar hipóteses explicativas sobre os fenômenos empíricos.

**Palavras-chave:** Ludwig Wittgenstein; aspecto; ver como; investigação gramatical, analogia

## ABSTRACT

This dissertation proposes to investigate Ludwig Wittgenstein's notes regarding the notion of “seeing as”, having as a starting point the distinction established by the Austrian philosopher between two meanings of the verb “seeing”: on the one hand, a use related to the presentation of what is seen, related to the simple perception or the simple sensory stimulus; and, on the other hand, a use relating to the ability to notice an aspect in an object, or a resemblance between objects. These discussions are a part of Wittgenstein’s mature philosophy, and can be traced mainly in the manuscripts published as the Second Part of the *Philosophical Investigations*, and in others published as *Remarks on the Philosophy of Psychology*. This investigation is guided by the following question: why does Wittgenstein spend so much time on the theme of aspectuality in these manuscripts, mainly by emphasizing the difference between “seeing as” and other perceptual concepts and relating this concept, to the same extent, to concepts related to thought processes? Fundamental steps for approaching this issue involves, firstly, to clarify the importance of considering the notes on “seeing as” from its relationship with a therapeutic methodology that focuses on grammar; secondly, to present on this discussion the influence of Wolfgang Köhler's Gestalt Psychology, as exposed in his *Gestalt Psychology: An Introduction to New Concepts in Modern Psychology*; and, finally, to analyze two divergent answers to the previous question, presented by Peter F. Strawson, in his “Imagination and Perception”, and by Avner Baz, in his *Wittgenstein on Aspect Perception*. This last stage will allow us to assess the consistency of the interpretive hypotheses acquired by the two commentators, in order to examine whether some of these positions provide relevant considerations for the treatment of the question posed. It will be proposed that the readings offered by these commentators do not take into account the way in which Wittgenstein seems to be interested in “seeing as” – as a tool for coining similes and analogies that allows philosophical clarifications to be made, without our needing to raise explanatory hypotheses about the empirical phenomena.

**Keywords:** Ludwig Wittgenstein, aspect, seeing as, grammatical investigation, analogy.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1. UMA ABORDAGEM GRAMATICAL DOS CONCEITOS DA PERCEPÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 Antecedentes: o jovem Wittgenstein e a natureza da linguagem.....	15
1.2 Gramática.....	19
1.3 Os Métodos de Investigação Gramatical.....	23
1.4 Os Jogos de Linguagem.....	26
1.5 O Significado como Uso .....	31
1.6 O Conceito de Conceito .....	34
1.7 A Semelhança de Família .....	37
1.8 O interesse de Wittgenstein na gramática dos conceitos da percepção.....	39
<b>2. ENTRE O “VER” E “VER COMO” .....</b>	<b>44</b>
2.1 As críticas de Köhler à psicologia de sua época.....	45
2.2 A Teoria da <i>Gestalt</i> e a Organização Sensorial.....	48
2.3 Adentrando a gramática da percepção: relações entre Wittgenstein e Köhler.....	52
2.3.1 <u>Semelhanças: combatendo tendências reducionistas de pensamento</u> .....	54
2.3.2 <u>Dessemelhanças: os problemas da dieta unilateral de exemplos</u> .....	55
2.4 Outras aproximações gramaticais: vontade, pensamento, imaginação, e cegueira para aspectos.....	60
2.5 O caráter conceitual dos aspectos.....	64
<b>3. ENTRE O “VER COMO” E O “PENSAR” .....</b>	<b>68</b>
3.1 Peter F. Strawson: aspectos como atuação imaginativa sobre a percepção.....	68
3.2 As críticas de Avner Baz à identificação dos aspectos com conceitos.....	74
3.2.1 <u>Avner Baz: aspectos como relações internas perceptivas</u> .....	79
3.3 Considerações sobre as hipóteses apresentadas.....	84
3.4 Aspectos como relações internas gramaticais.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Dupla cruz .....	60.
-----------------------------	-----

## ÍNDICE DE ABREVIACÕES DAS OBRAS CITADAS DE LUDWIG WITTGENSTEIN

**BB:** *The Blue and Brown Books*. Blackwell Publishing, 2007.

**CV:** *Culture and Value*. Cambridge: Blackwell Publishing, 2006.

**PI:** *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Fósforo, 2022.

**PPF:** “Segunda Parte”. In: *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1989, pp. 173-222.).

**RPP I:** *Observações sobre a Filosofia da Psicologia. Livro I*. Ricardo H. P. Machado (trad.). Aparecida: Ideias & Letras, 2008, pp. 7 – 237.

**RPP II:** *Observações sobre a Filosofia da Psicologia. Livro II*. Ricardo H. P. Machado (trad.). Aparecida: Ideias & Letras, 2008, pp. 257-396.

**TLP:** *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a examinar os apontamentos de Ludwig Wittgenstein a respeito da gramática dos conceitos da percepção, tal como constam principalmente nos manuscritos publicados como a Segunda Parte<sup>1</sup> das *Investigações Filosóficas*, e noutros publicados como *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. Mais especificamente, investigaremos os excertos em que o filósofo comenta sobre a gramática da expressão “ver como” – elocução que manifesta a experiência de notar um aspecto em algo percebido –, e suas diferenças e semelhanças em relação aos usos do verbo “ver” relativos à percepção simples. A principal pergunta que percorre todo o trajeto da pesquisa é a seguinte: porque razão Wittgenstein se estende sobre o tema da experiência da aspectualidade, principalmente exibindo diversas aproximações entre as gramáticas do “ver como” e de conceitos como o de “pensamento”, “conceitualização” e “imaginação”, através do contraste com um sentido de “ver” relativo à percepção não-imaginativa?

Com o objetivo de fornecer considerações adequadas para esse questionamento, iniciaremos este percurso pela apresentação da filosofia de maturidade de Wittgenstein, para que ganhemos clareza sobre o tipo de investigação que o filósofo pretendia realizar a respeito dos conceitos da percepção. No primeiro capítulo da pesquisa, compreenderemos em que consistem os métodos de investigação gramatical cunhados pelo autor, e de que maneira a filosofia tardia de Wittgenstein se relaciona ao pensamento de sua juventude, marcado pela publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Nesta etapa, veremos que o filósofo mantém sua concepção de juventude de que é possível dissolver os mal-entendidos filosóficos através da compreensão da natureza da linguagem – entretanto, em seus escritos tardios, modifica-se a compreensão do que seja essa natureza. Após assimilarmos as novas concepções e métodos do autor, poderemos compreender que seu interesse pela percepção é um interesse pela *gramática* de seus conceitos, diferentemente de investigações que se debruçam sobre os fenômenos perceptivos e suas causas.

---

<sup>1</sup> A inclusão desta chamada Segunda Parte no texto das *Investigações Filosóficas* gera polêmicas entre os pesquisadores. A Segunda Parte não constava inicialmente nas *Investigações*, e é composta principalmente por apontamentos gramaticais sobre conceitos relacionados à psicologia. Há evidências de que o autor planejava publicar esta como substituição para o fim das *Investigações*. No entanto, por conta da polêmica, algumas edições optam por não publicar a Segunda Parte como parte dessa obra, ou, às vezes, a publicam com outro nome (na edição de Hacker & Schulte, ela aparece sob o título de “Filosofia da Psicologia – Um Fragmento”). Na própria edição utilizada para esta pesquisa como consulta da Primeira Parte, de Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan, optou-se por não publicar esta parte junto da Primeira. Neste caso, utilizaremos a nomenclatura e opção de publicação escolhidas na edição de *Os Pensadores* de 1989 (que opta pela publicação desta como a “Segunda Parte”), pois os apontamentos ali realizados são de grande relevância para os temas aqui pesquisados.

A partir dessa compreensão, no segundo capítulo desta pesquisa, adentraremos mais propriamente na investigação dos conceitos relativos à percepção. Veremos que Wittgenstein se interessa por essa específica região da linguagem, sobretudo, por conta de suas leituras da Teoria da *Gestalt*, principalmente a partir dos escritos de Wolfgang Köhler, em seu *Psicologia da Gestalt: Uma Introdução aos Novos Conceitos da Psicologia Moderna*. Analisaremos, portanto, as relações entre os apontamentos gramaticais de Wittgenstein e a teorização de Köhler a respeito do rearranjo perceptivo, mostrando que Wittgenstein diagnostica, nas formulações da *Gestalt*, abusos teóricos que resultam de uma má compreensão da gramática do verbo “ver”. Ao fim do capítulo, estará claro que, para Wittgenstein, Köhler parece ter salientado demais as semelhanças gramaticais entre os usos do “ver” relativos à percepção simples e os usos do “ver como” (relativos à apreensão de aspectos), a custo de ignorar relações gramaticais importantes entre o “ver como” e conceitos como os de “representação” e “conceitualização” – uma vez que o “ver como” envolve um “notar semelhanças”, o que não ocorre na percepção relacionada aos estímulos sensoriais simples.

Entretanto, ainda que ganhemos clareza em relação a este tópico, o diálogo travado entre Wittgenstein e Köhler nos direciona a dificuldades interpretativas a respeito dos escritos de Wittgenstein sobre o aspecto: com suas considerações sobre a relação íntima entre o “ver como” e processos de conceitualização, o filósofo pretendia apenas minar a pretensão teórica de Köhler, que abusa das semelhanças gramaticais entre os usos do “ver” e do “ver como” para fundamentar sua teoria? Ou Wittgenstein pretendia, por outro lado, sugerir que processos de conceitualização e pensamento têm papel fundamental nas experiências de apreensão de aspectos? Essas perguntas serão o norte do nosso capítulo final.

Portanto, no terceiro capítulo, adentraremos as relações estabelecidas por Wittgenstein entre a gramática do “ver como” e a gramática de conceitos como o de “pensamento”, “imaginação” e “conceitualização”. Nesta etapa, poderemos analisar, primeiramente, a interpretação proposta por Peter F. Strawson em “Imagination and Perception”, que considera as experiências de apreensão de aspectos como sendo infundidas por processos de conceitualização – e, além disso, para quem o caráter conceitual da experiência com o “ver como” aponta para o caráter conceitual da experiência perceptiva em geral. Em segundo lugar, analisaremos uma leitura oposta, apresentada por Avner Baz em seu *Wittgenstein on Aspect Perception*, para quem Wittgenstein estava sendo apenas ensaístico e experimental nas passagens em que afirma, por exemplo, que no “ver como” um conceito “estende um véu organizador sobre os objetos” (RPP I, §961).

Ao fim deste capítulo, poderemos avaliar a consistência das hipóteses de leitura apresentadas por ambos os autores. Nossa proposta é a de que tanto Strawson quanto Baz apresentam equívocos em suas interpretações, causados, principalmente, pela falta de clareza a respeito do caráter gramatical dos apontamentos do filósofo austríaco. Neste último estágio, apresentaremos os motivos pelo quais discordamos das leituras apresentadas para os excertos de Wittgenstein sobre o tema da aspectualidade. Esse processo será essencial para que possamos, por fim, apontar nossa própria leitura.

Compreendemos que, por um lado, Wittgenstein pretendia alcançar uma visão panorâmica a respeito da gramática dos conceitos de “aspecto” e “ver como”, localizando esses conceitos gramaticalmente dentre os outros conceitos da experiência. Diferentemente do que pensam Strawson e Baz, Wittgenstein não pretendia descrever corretamente a experiência perceptiva, mas, sim, descrever nossas práticas linguísticas envolvendo os conceitos perceptivos. Por conta disso, parte de seu trabalho consiste em lançar luz sobre as conexões existentes em nossa linguagem corrente entre os conceitos de “aspecto” e conceitos relacionados a atividades de pensamento, como “conceito”, “representação” e “imaginação”.

Por outro lado, acreditamos que o filósofo se estende sobre o tema da aspectualidade, principalmente salientando as diferenças gramaticais entre o “ver como” e os usos do verbo “ver” relativos à percepção simples, por conta de um interesse metodológico – interesse esse que excede os diálogos travados com o campo da psicologia. Proporemos que, de certo modo, as discussões sobre o “aspecto” na filosofia tardia de Wittgenstein chamam atenção para o caráter do “ver como” que o diferencia da percepção simples: o convite a enxergar conexões entre diferentes objetos, através do manejo de descrições e cunhagens analógicas, sem que haja, para isso, a necessidade de descobertas empíricas (ou uma descrição “correta” da experiência perceptiva). Nesse sentido, levantaremos a hipótese de que os apontamentos de Wittgenstein sobre o “ver como” revelam um tipo de cunhagem de analogias que salienta aspectos e pode revelar possibilidades gramaticais, o que permite “ver as coisas de outro modo” sem que precisemos descobrir algo novo ou definitivo sobre os fenômenos – um processo que se relaciona, intimamente, a seu modo de proceder filosoficamente.

## **CAPÍTULO 1**

### **UMA ABORDAGEM GRAMTICAL DOS CONCEITOS DA PERCEPÇÃO**

Este capítulo propõe-se a ambientar a discussão wittgensteiniana sobre os termos relacionados à percepção dentro da concepção filosófica desenvolvida pelo autor após o período de transição em seu pensamento. Em primeiro lugar, pretendemos expor como o autor reformula, em sua filosofia tardia, sua concepção de juventude de que a filosofia consiste em uma atividade de dissolução dos pseudo-problemas filosóficos através do esclarecimento lógico do funcionamento da linguagem. Veremos que o que muda, em relação à sua concepção de juventude, é o que o autor compreende como sendo a natureza da linguagem, passando de uma abordagem que concede primazia à forma lógica para uma valorização da funcionalidade das palavras e frases em suas mais diversas práticas de uso. Em vista disso, o autor desenvolve seus novos métodos de investigação, que permitem lançar luz sobre a gramática dos conceitos da nossa linguagem, e diagnosticar possíveis abusos gramaticais cometidos nas formulações de teorias sobre esses conceitos.

A partir disso, poderemos compreender que a abordagem wittgensteiniana dos conceitos relacionados à percepção pode ser vista como uma das muitas aplicações de seu próprio método de investigação gramatical. Em alguns momentos de seus escritos, Wittgenstein se dedica a investigar a gramática do verbo “ver” e alguns de seus casos particulares, como os usos da expressão “ver como”, que parecem revelar o tipo de experiência que o autor denomina como “notar aspectos”. A gramática do “ver como” interessa o autor na medida em que seus usos parecem evidenciar uma imbricação enigmática entre percepção e pensamento, uma vez que a vivência de notar um aspecto envolve não apenas a pura experiência perceptiva, mas também um rearranjo dessa experiência. Nesse sentido, as investigações de Wittgenstein a respeito dos conceitos da percepção (assim como as muitas outras aplicações de seus métodos) visam dissolver os possíveis mal-entendidos filosóficos e teóricos que podem surgir a partir de uma má compreensão dos usos que fazemos dos conceitos da percepção. Portanto, compreenderemos, neste capítulo, que tipo de investigação Wittgenstein pretendia realizar ao analisar os conceitos relacionados à visão e experiências perceptivas.

## 1.1 Antecedentes: o jovem Wittgenstein e a natureza da linguagem

A filosofia de Wittgenstein é comumente dividida em dois momentos de seu pensamento: sua fase de juventude, marcada pela publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1921; e sua fase tardia, que consiste em diversos manuscritos que foram publicados apenas postumamente, dentre os quais se destaca o que foi publicado como as *Investigações Filosóficas*. Algumas diferenças marcam a separação entre os dois momentos da atividade filosófica do autor, sendo a principal delas a mudança de perspectiva a respeito do funcionamento da linguagem.

Na primeira fase de seu pensamento, ao escrever o *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein se propôs a mostrar a essência da afiguração lógica, afirmando haver uma forma lógica da proposição que poderia ser explicitada ao descobirmos sua estrutura mais fundamental. Com isso, o autor pressupunha a existência de uma estrutura constituinte que perpassa o pensamento, a linguagem e o mundo, e que pode ser revelada pelo filósofo, a partir do empenho deste em delinear a lógica dessa estrutura. Em seu texto, ao autor desenvolve a assim chamada Teoria Pictórica da Linguagem,<sup>2</sup> segundo a qual as proposições possuem signos que representam a realidade. De acordo com essa concepção, para que possa haver poder de simbolização, deve haver um ponto de toque entre linguagem e realidade. Ou seja, o fato de haver informatividade na linguagem nos leva a assumir a existência de elementos atômicos na linguagem (nomes) que, em geral não aparecem na superfície gramatical. Esses elementos fazem referência a elementos simples da realidade, os objetos.

Nesse sentido, a linguagem tocaria diretamente a realidade na relação entre nomes e objetos, de modo que todo nome possui seu correlato direto na realidade, constituindo uma relação de isomorfismo entre eles. Essa relação de isomorfismo entre linguagem e realidade garante a possibilidade de afiguração, pois as palavras na proposição são articuladas da mesma maneira que os objetos no mundo, e essa forma seria a forma lógica da proposição. Assim,

---

<sup>2</sup> Teoria Pictórica é o nome comumente atribuído à tese desenvolvida ao longo do *Tractatus* de que a natureza última da linguagem reside na forma proposicional geral, de modo que as bases da linguagem podem ser expressas pela formalização lógica. Nesse sentido, a essência da linguagem é afigurar como as coisas são. Sobre isso, Glock afirma o seguinte: “Todas as proposições dotadas de significado são funções de verdade de proposições elementares; todas as relações lógicas devem-se a uma composição vero-funcional. Ao explicar essas proposições elementares, a teoria pictórica explica a base da representação e da lógica.” (GLOCK, 1998, p. 350). Com isso, Wittgenstein resolve dois problemas: o problema da “criatividade da linguagem”, já observado por Frege, que envolve explicar como é possível que o número de proposições da linguagem seja indefinido, ainda que o número de palavras seja definido; e o problema da possibilidade da falsidade, que consiste em explicar de que maneira uma proposição pode ser falsa (de modo a não representar nenhum fato no mundo, ao contrário de uma proposição verdadeira) e ainda sim ser dotada de significado. Sobre isso, ver: GLOCK, 1998, p. 351.

todas as proposições são constituídas por signos que podem representar o mundo real, e é nessa relação de referência que reside o significado das proposições.

O projeto desenvolvido no *Tractatus* dá continuidade à ideia fregeana de que a forma gramatical das proposições esconde sua forma lógica, pois admite que os elementos atômicos da realidade não costumam aparecer na superfície gramatical. Isso se dá porque a forma gramatical abarca uma polissemia não concedida pela lógica formal, permitindo a formulação de sentenças muitas vezes vagas, ou ambíguas. Por isso, o trabalho de análise que pode esclarecer o funcionamento da linguagem consiste em substituir os termos imprecisos e variações contingentes da linguagem corrente pela linguagem unívoca da lógica proposicional. Dessa forma, poderíamos alcançar o aspecto último da simbolização a partir da perspectiva privilegiada garantida pela formalização lógica e, isso nos permitiria, em última análise, demarcar as possibilidades do que pode e do que não pode ser dito significativamente.

Visando delimitar as fronteiras da significação, o autor introduz, no *Tractatus*, a noção de “espaço lógico”, demarcando estritamente os limites da linguagem e do pensamento. Segundo Glock, o espaço lógico seria o “conjunto total de possibilidades lógicas” (GLOCK, 1998, p. 136), um espaço no qual estariam circunscritos todos os estados de coisas possíveis, tanto da realidade quanto da linguagem.<sup>3</sup> Assim, ao analisar logicamente uma proposição, o filósofo poderia identificar se ela possui ou não sentido – sendo, no segundo caso, um absurdo (*Unsinn*). Dessa forma, definem-se todas as possibilidades da linguagem, de modo que apenas o que é uma configuração possível entre elementos simples da linguagem dentro do espaço lógico pode ser dito com sentido. E, por outro lado, o que está fora do delimitado espaço lógico transgredir as possibilidades da linguagem. Ou seja, em resumo, todas as possibilidades de articulação estão compreendidas no espaço lógico, e mostrar essas possibilidades e impossibilidades é mostrar a essência da afiguração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar que havia, em seus escritos de juventude, a convicção de que uma melhor compreensão das possibilidades de significação nos permitiria combater mal-entendidos filosóficos pela via de uma crítica dos abusos da linguagem. No prefácio do *Tractatus*, o autor admite que, uma vez que tivéssemos compreendido os limites da linguagem, os problemas filosóficos desapareceriam, pois “a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem” (TLP, p. 125). Essa

---

<sup>3</sup> É importante salientar que não estão contidas, dentro do espaço lógico, as determinações de quais estados de coisa são o caso e quais não são, visto que essa investigação é papel das ciências empíricas. O espaço lógico pode apenas determinar quais estados de coisa são possíveis, sendo essa uma determinação sobre as possibilidades do que pode ser dito, e não sobre o valor de verdade das proposições.



convicção perpassa toda a obra wittgensteiniana, sendo o principal elo entre as diferentes fases do pensamento do autor.<sup>4</sup> O que se modifica, no entanto, entre sua filosofia de juventude e sua filosofia tardia, é o que o autor compreende como sendo a natureza da linguagem. Essa mudança transforma por inteiro sua concepção de linguagem, significado e, conseqüentemente, seus métodos de investigação.

A partir de 1930, as concepções do autor sobre a natureza da linguagem ganham um novo direcionamento. Wittgenstein percebe que o conceito de “espaço lógico”, assim como seu comprometimento com o referencialismo e o essencialismo,<sup>5</sup> não dão conta de explicar tudo o que fazemos na linguagem. Uma das formas pelas quais podemos compreender a virada em seu pensamento é observando exemplos de proposições que não podem ter sua significação explicada nos termos da lógica proposicional.

Um dos clássicos exemplos é a seguinte sentença: “A caneca é inteiramente azul e inteiramente vermelha”. A frase revela uma contradição semântica, já que não podemos conceber uma caneca que seja, ao mesmo tempo, inteiramente azul e vermelha. Essa contradição, no entanto, não pode ser expressa em termos formais. Se tentássemos formalizá-la, teríamos algo como “ $p \wedge q$ ”, e não uma contradição formal como “ $p \wedge \neg p$ ”. Para representar uma contradição lógica, a frase deveria dizer algo como “A caneca é inteiramente azul e inteiramente não azul”. A ideia de que temos contradições em nossa linguagem que não podem ser representadas pela formalização lógica é um dos fatores que mina a tentativa do *Tractatus* de justificar todos os processos de afiguração na formalização lógica, acreditando encontrar, assim, sua essência primeira. É nesse sentido que Wittgenstein percebe ter caído, na concepção de sua obra anteriormente publicada, na errônea pretensão de mostrar o aspecto fundamental e último da simbolização, a partir da perspectiva privilegiada garantida pela formalização lógica.

---

<sup>4</sup> Sobre isso, ver: GRAYLYNG, 1996, p. 68.

<sup>5</sup> O referencialismo é definido por Fogelin da seguinte maneira: “[...] é a visão de que o papel presumido das palavras é o de representar ou referir-se a coisas, e o papel presumido das sentenças é o de retratar ou representar como as coisas se relacionam umas com as outras.” (FOGELIN, 1996, p. 37; tradução minha). Fogelin afirma que muitos filósofos adotam essa perspectiva de forma acrítica, em áreas para as quais ela não se aplica, o que os leva em direção a confusões filosóficas. Nas *Investigações*, Wittgenstein aponta essa tendência nos escritos de Santo Agostinho e em seu próprio *Tractatus*. Sobre o essencialismo, este pode ser compreendido como uma tendência a buscar pela explicação última e mais fundamental para os fenômenos. É fortuitamente representado pelo atomismo lógico (originalmente de Russel, mas aderido pelo jovem Wittgenstein no *Tractatus*), sustentando uma posição segundo a qual todo o funcionamento da linguagem pode ser explicado em termos de unidades fundamentais de análise, átomos linguísticos. De acordo com esta posição, os átomos linguísticos se relacionam diretamente com os fatos atômicos da realidade, pois assume-se a existência de uma identidade estrutural entre linguagem e realidade, sobre a qual se assentam as possibilidades de significação. O essencialismo se relaciona intimamente com o referencialismo na medida em que, para o jovem Wittgenstein, “a essência da linguagem – a forma proposicional geral – é afigurar como as coisas são.” (GLOCK, 1998, p. 350).

Não por acaso, no início das *Investigações Filosóficas*, o filósofo dialoga com as considerações a respeito do funcionamento da linguagem de Santo Agostinho, para quem a definição ostensiva é a base da linguagem. Wittgenstein afirma:

Nessa imagem da linguagem, encontramos as raízes da ideia: Cada palavra tem um significado. Esse significado está correlacionado à palavra. Ele é o objeto no lugar do qual a palavra está. (PI, §1).

De acordo com Hacker & Baker, Wittgenstein “não considera que Agostinho está expondo uma ‘teoria’ ou explicação filosófica do significado” (BAKER; HACKER, 2005, p. 49).<sup>6</sup> Por outro lado, o interesse do autor é o que ele identifica como sendo a “imagem pré-filosófica de Agostinho (*Bild*) do funcionamento da linguagem” (*ibid.*, p. 49). Desse modo, Wittgenstein argumenta que a imagem agostiniana não erra ao descrever um caso em que há uma relação de significação entre um nome e um objeto. Entretanto, o equívoco de Santo Agostinho, assim como seu próprio equívoco no *Tractatus*, é considerar que o significado do nome é o objeto ao qual ele se refere. E, também, que esta é a forma mais fundamental de significação, à qual poderia ser reduzida toda a linguagem. Ele afirma:

Agostinho descreve, poderíamos dizer, um sistema de entendimento mútuo; acontece apenas que nem tudo que chamamos de linguagem é esse sistema. E é isso o que se deveria dizer nos muitos casos em que surge a pergunta: “Essa apresentação é útil ou inútil?”. A resposta é, então: “Sim, útil; mas apenas para esse domínio estritamente circunscrito, não para a totalidade que você pretendia apresentar”. (PI, §3).

Assim, Wittgenstein diagnostica que a referência é apenas uma forma de significação, mas não é a única e nem a mais ordinária. Para alguns casos, a relação de referência entre nomes e objetos é útil, mas ela não pode ser tomada como a forma mais fundamental de linguagem. Existem muitas outras formas de significação, que não funcionam por meio de definição ostensiva. Além disso, o filósofo identifica que, mesmo nos casos de definição ostensiva, seu lugar já deve estar preparado na linguagem para que esse tipo de significação ocorra. Para elucidar esse ponto, o autor apresenta o exemplo de alguém que mostra a outra pessoa a figura do rei no jogo de xadrez:

Se mostramos a alguém a peça do rei no jogo de xadrez e dizemos “Este é o rei”, com isso não lhe explicamos o uso dessa peça – a não ser que ele já conheça as regras do jogo, salvo esta última especificação: o formato da peça do rei. (PI, §31).

---

<sup>6</sup> Todas as citações de *Wittgenstein: Understanding and Meaning (Vol. 1, Part II)* (Baker; Hacker, 2005) foram traduzidas do inglês por mim.

Para que essa definição possua significação, é necessário que haja uma inserção prévia na linguagem, que prepara o lugar no qual cabe fazer uma definição ostensiva. No mesmo parágrafo, continua Wittgenstein:

Também essa explicação lhe ensina o uso da peça apenas porque, por assim dizer, o lugar em que ela foi colocada já estava preparado. Ou ainda: Nós só iremos dizer que ela lhe ensina o uso se o lugar já está preparado. E aqui isso ocorre não porque aquele para quem damos a explicação já sabe as regras, mas sim porque, em outro sentido, ele já domina um jogo. (PI, §31).

O uso da definição ostensiva requer dos falantes um domínio prévio das regras de funcionamento da linguagem e, portanto, não pode ser seu alicerce. Por isso, também, o projeto do *Tractatus* não dá conta de explicar as bases da afiguração.

Observando a insustentabilidade das considerações de sua juventude, Wittgenstein se vê na necessidade de desenvolver novas investigações a respeito das possibilidades de afiguração, uma vez que pretende, ainda, dissolver os problemas filosóficos através da compreensão da natureza da linguagem. Nesse sentido, o autor desenvolve novas considerações sobre o que seria compreender essa natureza, o que o leva, conseqüentemente, a desenvolver novos métodos de investigação. Nesse contexto, a lógica proposicional passa a ser vista como uma das formas de manifestação da linguagem, mas não como o sistema principal que subjaz o funcionamento da linguagem como um todo. A partir do interesse de Wittgenstein pela vagueza e multiplicidade inerente às formas de significação, consolida-se, em sua filosofia, como uma alternativa à noção de “espaço lógico”, o conceito de “gramática”.

## 1.2 Gramática

De acordo com McGinn, um mal entendido filosófico é como uma espécie de “névoa” que, na concepção da filosofia tardia de Wittgenstein, pode ser dispersada quando estudamos os casos particulares nos quais as palavras são utilizadas, fornecendo uma visão clara do funcionamento dos nossos conceitos (MCGINN, 2002, p. 13). Sobre isso, Wittgenstein afirma:

A neblina se dissipa quando estudamos os fenômenos da linguagem em modos primitivos de seu emprego, nos quais podemos obter uma visão panorâmica, clara, acerca do propósito e funcionamento das palavras. (PI, §5).

Nessa passagem, observamos que o que muda em relação ao *Tractatus* é a maneira pela qual entende-se a natureza da linguagem. Nas *Investigações*, a análise da significação não é mais vista como uma maneira de revelar sua essência última, que pode ser alcançada pelo acesso privilegiado à forma lógica da proposição. Neste novo momento, Wittgenstein desenvolve toda

uma nova concepção de linguagem, que passa a ser vista como um conjunto diversificado de práticas de uso dos signos, de forma que a função das palavras é o que determina as condições de significação. A lógica da linguagem, portanto, passa a ser considerada a “estrutura de nossas *práticas de uso* da linguagem” (MCGINN, 2002, p. 14),<sup>7</sup> a qual Wittgenstein denomina “gramática”.

Segundo Glock, o termo é utilizado pelo autor “para designar tanto as regras constitutivas da linguagem, quanto a investigação ou organização filosófica dessas regras” (GLOCK, 1998, p. 193). Isso significa que a gramática é o conjunto de diferentes lógicas que regem nossas atividades linguísticas, habilitando ou desabilitando possíveis usos das palavras nessas atividades. Ela é, portanto, o que permite identificarmos os critérios segundo os quais se dão os significados das palavras. Critérios que podem ser identificados quando lançamos um olhar atento para os usos nas diversas práticas linguísticas: “Qual critério estabelece o que temos em mente ao usar a fórmula? Talvez o modo como reiteradamente a usamos, o modo como nos ensinaram a usá-la” (PI, §190).

A gramática, embora compreenda também os modelos de lógica formal, se estende muito para além deles. Ela nos permite atentar para aspectos semânticos que não são abarcados pela lógica formal. Nesse sentido, podemos compreender que o exemplo apresentado acima da sentença “A caneca é inteiramente azul e inteiramente vermelha” pode ser visto como uma contradição gramatical, ainda que não apresente uma contradição em termos formais, por infringir regras da gramática dos conceitos de cor que compartilhamos enquanto comunidade linguística. Em nossas práticas de uso dos signos que envolvem termos relacionados aos conceitos de cor, não falamos de um objeto como se pudesse ser, ao mesmo tempo, inteiramente azul e vermelho. Portanto, o filósofo identifica que, ao observarmos a gramática das palavras de nossa linguagem, ou seja, as diferentes “lógicas” que regem a aplicação dos signos nos mais variados contextos de prática linguística, podemos reconhecer as regras que habilitam ou desabilitam os usos em suas determinadas situações. Sobre isso, Glock afirma: “As ‘regras gramaticais’ são padrões para o uso correto de uma expressão, que ‘determinam’ seu significado; dar o significado de uma palavra é especificar sua gramática.” (GLOCK, 1998, p. 193).

Além disso, é importante esclarecer que a gramática não é um sistema fechado de regras estáticas, mas sim um sistema aberto de condicionamentos dos usos dos signos, regido pelas

---

<sup>7</sup> Todas as citações de *Routledge Philosophy GuideBook to Wittgenstein and the Philosophical Investigations* (McGinn, 2002) foram traduzidas do inglês por mim.

ações em que tais usos ocorrem. Nesse sentido, há normatividade na linguagem ainda que admitamos uma vagueza inerente a seus sistemas de regras. A gramática é vista como uma família de diferentes normatividades que se relacionam entre si na medida em que as práticas de uso também se relacionam entre si. Ela é um conjunto aberto e heterogêneo, que pode se modificar conforme a própria linguagem sofre alterações em suas práticas de uso. Com isso, o reconhecimento da vagueza da gramática faz com que Wittgenstein admita que, apesar de ser possível observar a gramática, isso pode ser realizado somente a partir de um olhar focal sobre uma determinada região da linguagem. Sendo assim, não é possível realizar uma descrição completa da gramática, uma vez que, ainda que as regras possam ser transversais a alguns contextos de uso, elas variam de caso a caso. O autor diz o seguinte:

O fato de que não vemos panoramicamente o uso de nossas palavras é uma das principais fontes de nossa falta de compreensão. – Nossa gramática não é propícia a uma visão panorâmica. – A apresentação panorâmica proporciona compreensão, a qual consiste justamente no fato de que “vemos as conexões”. Daí a importância de encontrar e inventar *elos intermediários*. (PI, §122).

Nesta passagem, Wittgenstein deixa claro que a gramática pode ser observada a partir da visão clara sobre uma determinada região da linguagem, o que permite ganharmos compreensão sobre seu funcionamento. Segundo Hacker & Baker, a forma pela qual Wittgenstein apresenta tanto os pseudo-problemas quanto suas resoluções é descritiva, de modo que o que se descreve é a gramática das expressões problemáticas (BAKER; HACKER, 2005, p. 260). No entanto, para que possamos compreender a gramática, precisamos descrevê-la de modo que isso facilite nosso entendimento sobre ela, deixando nítidos os motivos para as confusões a que levam certas formas de pensamento. A gramática das expressões pode, muitas vezes, passar despercebida por nós, e por isso a importância do trabalho do filósofo de observá-la e descrever seus mecanismos internos. Sobre isso, Hacker e Baker afirmam:

[...] isso deve ser descrito de uma maneira que torne compreensível, fácil de entender, de modo que o tipo gramatical da expressão seja facilmente reconhecido, as diferenças lógicas entre ela e as expressões com as quais é provável que seja confundida sejam evidentes, e as razões para a confusão e associação irão saltar aos olhos.” (*ibid.*, p. 260).

Wittgenstein volta sua atenção para as práticas de uso da linguagem pois reconhece que suas considerações anteriores pressupunham a linguagem como um fenômeno estático e autônomo, sem levar em conta como a linguagem está imbricada com as atividades e comportamentos humanos:

Reconhecemos que aquilo que chamamos de “proposição”, de “linguagem”, não constitui a unidade formal que eu imaginava, mas sim uma família de estruturas mais ou menos aparentadas umas às outras. – Mas o que acontece,

então, com a lógica? Aqui, seu rigor parece desmoronar. – Mas será que assim ela não desaparece por completo? [...] Nós falamos a respeito do fenômeno espacial e temporal da linguagem; não a respeito de um disparate fora do espaço tempo. (PI, §108).

Ao passar a ver a linguagem como um fenômeno múltiplo e atentar, então, para o fato de que utilizamos as palavras das mais variadas formas, Wittgenstein introduz a noção de gramática. E, apesar de não haver a mesma rigidez da lógica formal, ainda há critérios que estabelecem quais lances de linguagem podem ser significativos. Se considerarmos, por exemplo, o conceito de “jogo”, veremos que há uma série de regras que estabelecem as possibilidades de aplicação desse conceito, ainda que não haja um critério rígido que estabeleça essas possibilidades. Em nossa comunidade linguística, temos clareza de que o futebol e o vôlei são jogos, mas quais seriam as características determinantes para que chamemos ambos de “jogos”? Há, por exemplo, o fator de serem esportes nos quais há um ganhar e um perder. Mas, como nota Wittgenstein, “se uma criança joga a bola contra a parede e volta a pegá-la, então esse traço [do ganhar e do perder] desapareceu” (PI, §66). Ao caso da criança jogando a bola na parede, podemos conferir outras características que costumamos atribuir a jogos, como o divertimento e a habilidade, o que faz com que possamos, com certa imprecisão, ainda chamar essa atividade de “jogo”. Mesmo assim, poderíamos pensar em atividades que envolvem o divertimento e a habilidade, mas dificilmente chamaríamos de “jogos”, como a natação e o ciclismo. Poderíamos, ainda, pensar em atividades que certamente são jogos, mas não são esportivas, como jogos de cartas. Há, também, os jogos de roleta, nos quais a sorte é um fator principal, ao invés da habilidade. Temos, ainda, as brincadeiras de roda, em que, como nota Wittgenstein: “Há aqui o elemento da diversão, mas quantos outros traços característicos desapareceram!” (*ibid.*, §66).

Notamos, portanto, que não há um critério definitivo que determine o que podemos chamar de “jogo”. Mas, há, por outro lado, casos de borda do conceito, como as brincadeiras de roda e a criança jogando a bola na parede, que indicam os (imprecisos) limites do que pode ser considerado significativamente como um “jogo”. Ainda assim, podemos pensar em atividades que dificilmente consideraríamos como jogos, mesmo que sejam, por exemplo, esportivas e envolvam habilidade, divertimento e, até mesmo, competitividade (como, por exemplo, o ciclismo e a natação). Vemos, com estes exemplos, que ainda que os critérios para a determinação do que se enquadra no conceito de “jogo” sejam vagos, há restrições que cerceiam as aplicações desse conceito em seus contextos de uso.

Com isso, compreendemos que a gramática, ainda que vaga, restringe certos usos de um signo enquanto habilita outros nos contextos de práticas linguísticas. É assim que Wittgenstein passa a ver a linguagem e o significado não mais como coisas estáticas, mas como fenômenos que se estruturam a partir das práticas em que engajamos. Contudo, após a mudança de perspectiva em relação ao que pode ser considerada a natureza da linguagem, é evidente que o método de análise da lógica proposicional não é suficiente para que seja possível analisar a gramática. Suas novas considerações ainda pretendem responder perguntas sobre a natureza do significado, entendimento e pensamento, mas estabelecendo novas noções sobre o que significa investigar esses fenômenos, o que leva o autor a desenvolver novos métodos – um dos maiores legados dos manuscritos tardios como as *Investigações*. Veremos, a seguir, em que consistem os métodos de investigação gramatical.

### **1.3 Os Métodos de Investigação Gramatical**

Segundo McGinn, o próprio autor enfatiza diversas vezes que seu método ou estilo de pensamento é o que caracteriza sua filosofia tardia, ao invés de suas doutrinas (MCGINN, 2002, p. 10). Nesse sentido, o texto das *Investigações Filosóficas* pode ser visto como um compilado de diversas aplicações de seus próprios métodos de investigação, desenvolvidos com o objetivo de ganhar clareza sobre a gramática de diferentes “regiões” da linguagem. Os métodos consistem, principalmente, em descrever nossas práticas de uso de dos signos, tendo como um dos principais intuítos o de lançar luz sobre nossas confusões filosóficas e teóricas em geral, uma vez que a principal fonte de nossos problemas filosóficos é a má compreensão da linguagem. A descrição das práticas linguísticas tem importante função para uma investigação gramatical, pois nos permite perceber quais relações conceituais estabelecemos entre as palavras, nossas ideias, e nossas práticas.

O principal propósito de descrever e evocar nossas práticas de uso dos signos, de acordo com McGinn, é “chamar nossa atenção para as profundas diferenças entre padrões de uso que caracterizam as diferentes regiões de nossa linguagem.” (MCGINN, 2002, p. 14). Ao identificarmos as diferenças e semelhanças entre os usos, ou seja, as semelhanças e diferenças gramaticais, podemos identificar como nossos conceitos realmente funcionam, e esse é um passo fundamental para que possamos identificar como pensamos sobre os conceitos. Ou seja, ao observarmos como os conceitos funcionam na linguagem, podemos comparar a gramática

dos conceitos com nossas ideias sobre como eles funcionam, ganhando uma maior clareza tanto sobre o funcionamento dos conceitos quanto sobre nossas ideias sobre eles.

Para o Wittgenstein tardio, a perplexidade filosófica surge quando não compreendemos o funcionamento de nossos conceitos, o que nos leva, muitas vezes, a adotar uma atitude em relação aos fenômenos que nos faz abordá-los de maneira equivocada. O autor afirma:

É como se precisássemos ver através dos fenômenos: porém, nossa investigação não se dirige aos *fenômenos*, mas sim, por assim dizer, à ‘possibilidade dos fenômenos’. Isso quer dizer que rememoramos o *tipo de enunciado* que fazemos a respeito do fenômeno. (PI, §90).

Um dos principais erros que o autor diagnostica na tradição filosófica é a tendência de tentar compreender os fenômenos através da construção de teorias explicativas sobre seu funcionamento. Muitas vezes, ao tentar desenvolver explicações sobre os fenômenos, os filósofos tentam adentrá-los cada vez mais a fundo, buscando revelar seus fundamentos últimos. McGinn descreve o diagnóstico wittgensteiniano afirmando que, quando levantamos perguntas do tipo “o que é o significado?” ou “qual é o funcionamento da linguagem?”, ficamos inclinados a retirar essas palavras das atividades em que engajamos cotidianamente ao utilizá-las, o que dá a esses fenômenos uma aparência “desconcertadamente misteriosa” (MCGINN, 2002, p. 18). Buscamos explicações cada vez mais elaboradas para o fenômeno, com a crença de que o motivo da perplexidade é o fato de que “precisaríamos descrever as mínimas sutilezas, as quais, uma vez mais, seríamos absolutamente incapazes de descrever com nossos meios” (PI, §106). Para Wittgenstein, a verdadeira raiz da perplexidade que sentimos não é a falta de explicações, mas nossa atitude de buscar compreender os fenômenos através da explicação de seus fundamentos últimos. Por isso, seu foco é no “tipo de enunciado” sobre os fenômenos, e não nos fenômenos em si mesmos. Sobre isso, McGinn afirma:

A natureza dos fenômenos que constituem o mundo não é algo que descobrimos ao escavar (*digging*), mas é algo que se revela no “tipo de declaração que fazemos sobre o fenômeno”, pelas formas distintas de usos linguísticos que caracterizam diferentes regiões da nossa linguagem. (MCGINN, 2002, p. 19).

Por isso, seu método consiste, principalmente, em realizar descrições de nossas práticas, ao invés de buscar explicações sobre os fenômenos. Ao comparar e contrastar diferentes práticas linguísticas, por exemplo, na investigação gramatical de um termo específico, vemos que o que precisamos para resolver os problemas filosóficos não é uma explicação do fenômeno investigado, mas uma mudança de atitude em relação ao problema, o que pode dissolver o problema e nos mostrar que “não há nada a explicar. Pois o que acaso esteja oculto não nos interessa.” (PI, §126).



Nesse sentido, ao longo das *Investigações*, Wittgenstein realiza diversos apontamentos gramaticais, lançando luz sobre as semelhanças e diferenças entre diferentes regiões da linguagem, com o intuito, por um lado, de trazer clareza sobre o real funcionamento da linguagem e, por outro, de dissolver as confusões filosóficas nas quais caímos, muitas vezes, ao conceber a linguagem de uma forma diferente da qual ela realmente é. O próprio autor descreve o tipo de análise que realiza nas *Investigações* da seguinte maneira:

Nossa perspectiva é, assim, uma perspectiva gramatical. E essa perspectiva ilumina nosso problema ao remover mal-entendidos. Mal-entendidos que dizem respeito ao uso das palavras; causados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes regiões de nossa linguagem. (PI, §90).

Seus métodos de investigação foram muitas vezes chamados, inclusive pelo próprio autor, de *terapêuticos*,<sup>8</sup> pois não visavam refutar, mas, sim, dissolver completamente os problemas filosóficos a partir da compreensão da gramática da linguagem. Para Wittgenstein, um olhar focal sobre um determinado local da gramática é o que permite que tenhamos uma *visão panorâmica* (*Übersichtlichkeit*) sobre os conceitos. A visão panorâmica é o que busca o filósofo ao descrever diferentes usos que fazemos da linguagem nas mais diversas situações, sem que precisemos realizar novas descobertas sobre o mundo empírico, mas reorganizando o que já nos é conhecido. É nesse sentido que a filosofia não deve “atentar contra o uso efetivo da linguagem; no fim das contas, portanto, ela só pode descrevê-lo” (PI, §124). É nesse sentido, também, que a filosofia não pode fundamentar o uso da linguagem. Ela apenas descreve os usos que fazemos, “deixa tudo como está” (*ibid.*, §124).

A visão panorâmica pode, portanto, servir como antídoto a certas formas de pensar, que são a origem das confusões filosóficas. A criação e comparação de jogos de linguagem, factuais ou não, é uma importante ferramenta contra os equívocos teóricos.<sup>9</sup> O estabelecimento de paralelos permite que olhemos para como utilizamos as palavras e comparemos com os modelos de como achamos que utilizamos as palavras – ou seja, como queríamos que fosse para que nossas teorias estivessem certas.

Ao comparar os modelos (teorias) e as situações práticas, podemos observar quais ideias associamos a certos conceitos, e compreender quando uma teoria está equivocada – não por conta de suas argumentações e justificativas, mas, na maioria dos casos, por retirar as palavras

---

<sup>8</sup> PI, §133.

<sup>9</sup> A ideia de jogos de linguagem como objetos de comparação é compreendida como uma das quatro acepções da noção de “jogo de linguagem” que podemos rastrear nas *Investigações*. Na próxima seção, exploraremos cuidadosamente a noção de “jogos de linguagem”, elucidando suas diferentes acepções, assim como seu papel nos métodos de análise gramatical.

de seus contextos cotidianos e tentar dar a elas um sentido “de fora” da linguagem. Por isso, Wittgenstein afirma que “as confusões de que nos ocupamos surgem, por assim dizer, quando a linguagem gira em falso, não quando ela trabalha.” (PI, §132). A terapia gramatical incide, portanto, sobre nossos usos, descrevendo-os, para que tenhamos uma visão clara do que fazemos com as palavras.

Os apontamentos gramaticais consistem, muitas vezes, na proposição de analogias que salientam semelhanças entre as gramáticas de diferentes conceitos, combatendo outras imagens e analogias consideradas menos elucidativas. Algumas dessas analogias se cristalizaram na tradição de seu pensamento, funcionando como ferramentas de investigação no próprio procedimento filosófico desenvolvido pelo autor – como as noções de *jogos de linguagem* e *semelhança de família*. Portanto, essas analogias são, por um lado, resultados da aplicação de Wittgenstein de seu próprio método de investigação; e, por outro, instrumentos que auxiliam na compreensão de suas novas considerações sobre o funcionamento da linguagem. Nos debruçaremos, a seguir, sobre essas noções e seus desdobramentos para as novas concepções do autor de significado e de conceito .

#### **1.4 Os Jogos de Linguagem**

Dentre os diversos apontamentos gramaticais realizados por Wittgenstein nas *Investigações*, um dos mais célebres consiste na comparação entre os conceitos de “jogo” e de “linguagem”. Segundo Glock, a partir de 1930, Wittgenstein elabora diversas comparações entre processos de significação e formas de jogos (GLOCK, 1997, p. 225). O termo “jogo de linguagem” surge em 1932, quando o autor passa a comparar os jogos à linguagem como um todo. Ao estabelecer a analogia, Wittgenstein pretende sublinhar as semelhanças entre as noções de “jogo” e de “linguagem”. Dessa forma, a analogia estabelecida é, por um lado, uma forma de nos fazer compreender que a linguagem, assim como os jogos, é uma prática regida por regras, e são as regras que determinam quais lances são significativos. Além disso, a analogia também permite salientar que a linguagem, assim como os jogos, possui diferentes formas de manifestação, sem que haja uma estrutura de regras que constitua uma “ordem rígida, precisa e definida, oculta por detrás da aparência heterogênea da linguagem” (GLOCK, 1997, p. 226).

Dentre os diversos tipos de jogos, temos diferentes configurações de regras constitutivas, sendo mais ou menos rígidas em cada caso particular. As regras constitutivas do xadrez, por exemplo, podem ser consideradas mais rígidas do que as regras constitutivas das

cantigas de roda. No entanto, ambas são práticas regidas por regras, sem que possamos reduzir uma prática à outra. Da mesma forma, os jogos de linguagem são diferentes práticas em que engajamos no uso da linguagem, que envolvem diferentes regras constitutivas, sem que possamos reduzir todas as práticas a um tipo determinado dentre elas.

Podemos identificar quatro acepções dessa noção na obra de Wittgenstein. Em primeiro lugar, há uma acepção que explica os jogos de linguagem enquanto atividades “primitivas”, consideradas formas mais simples de uso dos signos, nas quais engajam, por exemplo, as crianças ao aprender a denominar objetos. Os jogos de aprendizagem consistem, principalmente, em identificar relações de referência que podem ser encontradas entre nomes que representam objetos (como, por exemplo, a palavra “mesa”) e seus objetos representados (o próprio objeto mesa). A relação de referência entre nomes e objetos foi considerada pelo próprio filósofo, em sua juventude, como a relação que concede à palavra sua significação. No entanto, é considerada, nas *Investigações*, como uma das possíveis relações de significação, que pode ser encontrada, na maioria das vezes, em jogos de linguagem de aprendizado de uma língua.

Ao dialogar com Santo Agostinho no início das *Investigações*, Wittgenstein cita uma passagem do autor que demonstra sua concepção de que toda a linguagem funciona a partir de relações de referência entre signo e objeto:

Quando os adultos nomeavam alguma coisa e, assim fazendo, voltavam-se para ela, então eu via isso e compreendia que aquela coisa era chamada pelo som que eles emitiam quando queriam indicá-la. [...] Assim, aos poucos passei a entender quais eram as coisas designadas pelas palavras que eu escutava repetidamente em diferentes frases, em seus devidos lugares. (AGOSTINHO apud PI, §1).

Santo Agostinho, assim como o próprio Wittgenstein no *Tractatus*, assume uma concepção de linguagem segundo a qual o significado das palavras é sempre o “objeto no lugar do qual a palavra está” (*ibid.*, §1), reduzindo toda a linguagem um tipo de jogo mais primitivo.<sup>10</sup> De acordo com Hacker & Baker, a ideia de que palavras são nomes para objetos é considerada

---

<sup>10</sup> A noção de jogos de linguagem primitivos se refere a jogos que envolvem uma sintaxe, semântica, vocabulário e atividades mais simples. No §2 das *Investigações*, um jogo de linguagem primitivo é apresentado como exemplo, no qual um construtor A se comunica com um ajudante B para que este lhe passe os materiais na ordem em que A necessita, dizendo: “bloco”, “coluna”, “placa”, “viga” (PI, §2). Segundo Hacker & Baker, Wittgenstein descreve esse caso para exemplificar um tipo de linguagem mais simples que a que utilizamos em nossa comunidade linguística, mostrando que a ideia agostiniana de que toda a linguagem funciona a partir desses tipos de jogos é uma explicação equívoca dos processos de significação em geral (BAKER; HACKER, 2005, p. 55). No §6, o exemplo do §1 é estendido, revelando que o uso das quatro palavras, para que faça sentido, deve estar “integrado nas ações e reações cotidianas” (*ibid.*, p. 60).

por Wittgenstein como primitiva por “simplificar demais o fenômeno” (BAKER; HACKER, 2005, p. 55), reduzindo toda a linguagem a apenas alguns tipos, que até estão presentes em nossas atividades linguísticas, mas não podem ser consideradas as formas unívocas de significação.

Posteriormente, Wittgenstein percebe que os jogos primitivos, como os em que nomeamos objetos, são apenas um tipo de jogo de linguagem do qual participamos com frequência em situações de aprendizado de uma língua, e que tem como principal regra a relação de referência entre nomes e objetos. Como admite Glock, “o fato de que muitas palavras são ensinadas apontando-se para um objeto constitui uma razão para se pensar que seu significado é o objeto apontado” (GLOCK, 1997, p. 226). Existem, no entanto, outros tipos de jogos de linguagem para os quais outras regras se aplicam, principalmente porque, para muitas palavras, nem podemos estabelecer sequer alguma relação de referência, pois há palavras que não fazem referência a nenhum objeto, como é o caso, por exemplo, dos advérbios de uma língua. Wittgenstein afirma o seguinte:

Agostinho não fala a respeito de uma diferença entre os tipos de palavras. Quem descreve dessa maneira a aprendizagem da língua, assim quero crer, pensa primeiramente em substantivos, como “mesa”, “cadeira”, “pão”, e nos nomes de pessoas; somente em segundo lugar nos nomes de certas atividades e propriedades, e nos demais tipos de palavras como algo que acabará por se acomodar. (PI, §1)

Uma segunda acepção que pode ser encontrada nas *Investigações* diz respeito justamente às atividades mais complexas de uso, que envolvem também outros processos de significação que vão além dos tipos mais primitivos. Essa acepção designa a maioria dos jogos que jogamos em nosso cotidiano, pois abarca as mais variadas atividades em que engajamos ao utilizar as palavras, cada qual com suas próprias regras internas de funcionamento. O autor apresenta suas considerações sobre isso no §23 das *Investigações*, ao evocar, como exemplos, diversas atividades que engajamos no uso da linguagem. Ele afirma:

Mas quantos tipos de frases existem? Talvez afirmação, interrogação e ordem? – Existem *incontáveis* tipos: incontáveis tipos diferentes de emprego de tudo aquilo que chamamos de “sinais”, “palavras”, “frases”. E essa multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como podemos dizer, surgem e outros envelhecem e são esquecidos. [...] A expressão “*jogo* de linguagem deve ressaltar aqui o fato de que *falar* a linguagem é parte de uma atividade, ou de uma forma de vida. (PI, §23).

Essa acepção nos mostra que existem as mais variadas espécies de proferimento, cada qual com seu sentido sendo determinado pelas regras gramaticais internas ao jogo de linguagem. E, mais importante do que isso, ela demonstra que os jogos de linguagem são

atividades nas quais engajamos, para as quais não há uma maneira unívoca de significação. Jogar um jogo de linguagem significa engajar em uma prática, que determina, no próprio uso dos signos, as regras que regulam a gramática dos termos. Dessa forma, na medida em que existem as mais variadas práticas de uso da linguagem, as mais variadas formas de significação se relacionam com essas práticas.

Uma terceira acepção pode ser encontrada ainda no §7, designando como jogo de linguagem “o todo da linguagem e das atividades com as quais ela está emaranhada.” (PI, §7). Essa acepção salienta o fato de que as práticas linguísticas se relacionam entre si, constituindo um grande sistema complexo de relações entre os usos dos signos, que constituiria um jogo de linguagem “geral”, envolvendo todas as atividades linguísticas. Wittgenstein ilustra essa ideia estabelecendo uma comparação entre a linguagem e uma cidade antiga. O autor afirma o seguinte:

Pode-se ver nossa linguagem como uma cidade antiga: um emaranhado de becos e praças, casas velhas e novas, e casas com apêndices de diferentes épocas; tudo isso cercado por um conjunto de novos bairros e ruas retas e retangulares e casas uniformes. (PI, §18).

A analogia chama atenção para o fato de que podemos identificar, como parte de nossa linguagem, tanto os jogos de linguagem que envolvem práticas mais comuns do cotidiano, constituindo o “centro” da cidade, com suas ruas mais tortuosas e emaranhadas, quanto os jogos de linguagem mais específicos, como os da química ou da matemática, sendo representados pelos “novos bairros” e “ruas retas”. Todos esses jogos, tanto os do cotidiano quanto os mais específicos, fazem parte de um mesmo sistema complexo de uso dos signos, que se relacionam com as mais diversas práticas humanas.

Essa noção pode ser vista como uma forma de acentuar o fato de que não há uma primazia de uma forma de significação sobre as outras. Não há um jogo de linguagem que se sobreponha a outros, como havia no *Tractatus* a ideia de que a lógica proposicional poderia nos fornecer uma perspectiva privilegiada sobre a linguagem, revelando a essência da proposição – sua forma lógica. Nesta nova concepção, a lógica formal se faz presente em diversos jogos dos “novos bairros” que surgem ao longo dos processos de modificação da linguagem que, por sua vez, acompanham os processos de modificação da vida humana. No entanto, ela não pode ser considerada como o que se esconde por de trás de toda a linguagem, determinando os processos de significação. Dessa forma, a lógica proposicional é parte da linguagem tanto quanto outros elementos e jogos de linguagem da vida cotidiana. O que determina processos de significação,

contudo, não é a forma lógica, mas as próprias práticas que se consolidam enquanto regras gramaticais nos atos de uso.

Uma quarta acepção pode ser observada no §130 das *Investigações*, dos jogos de linguagem enquanto “*objetos de comparação*, os quais, por meio de semelhanças e dessemelhanças, devem lançar luz sobre as conexões de nossa linguagem.” (PI, §130). Essa acepção é de extrema importância para as metodologias de investigação gramatical desenvolvidas pelo autor, pois construir jogos de linguagem fictícios permite levar certas aspirações teóricas ao absurdo, através da construção de situações contrafactuais extremas. Wittgenstein utiliza este recurso diversas vezes para “escapar ao caráter pouco justo, ou vazio, de nossas afirmações” (PI, §131), o que nos leva, muitas vezes, a criar imagens preconcebidas de como a realidade deveria se comportar. Isso faz com que fiquemos presos à tentativa de justificar os motivos pelos quais a realidade deve se encaixar nos modelos que criamos, ao invés de olhar para a verdadeira forma em que nossos conceitos funcionam. Por isso, defende que apenas assim podemos combater essa tendência:

[...] ao propor o modelo como aquilo que ele é, como objeto de comparação – por assim dizer, como padrão de medida; e não como ideia preconcebida que *precisasse* corresponder à realidade. (O dogmatismo em que, ao filosofar, tão facilmente recaímos.) (*ibid.*, §131).

Hacker & Baker descrevem o dogmatismo mencionado nesta passagem por Wittgenstein da seguinte maneira:

É a insistência de que as coisas devem ser assim (mesmo que não sejam) — e insistimos que, embora não sejam assim na superfície, devem ser assim na análise (mesmo que não possamos produzir tal análise final). E assim projetamos nessa suposta profundidade características gramaticais de formas de representar as coisas que nos parecem mais atraentes [...]. (BAKER; HACKER, 2005, p. 279).

O recurso de construção de jogos de linguagem contrafactuais é utilizado, por exemplo, para combater a noção tractariana de que há um método de análise que permite identificarmos o “simples” da proposição. No §60 das *Investigações*, o autor conjura um jogo de linguagem no qual uma pessoa afirma: “Minha vassoura está no canto”, e argumenta que poderíamos substituir esse enunciado por outro, um que informe a posição do cabo e a posição da escova da vassoura. Poderíamos argumentar que esse segundo enunciado seria o modo mais analisado do primeiro, já que o cabo e a escova são partes constituintes da vassoura e precisam estar ali, em uma certa posição um em relação ao outro, para que possamos dizer que a vassoura está no canto. Então, poderíamos concluir, a partir dessa argumentação, que quem diz que a vassoura

está no canto quer dizer, *na verdade*, que o cabo e a escova (suas partes constituintes) estão ali, em uma determinada configuração. Contra isso, o autor argumenta:

Imagine que, em vez de dizer a alguém “Traga-me a vassoura!”, você dissesse “Traga-me o cabo da vassoura e a escova que está enfiada nele!”. – Será que a resposta a isso não seria: “Você quer a vassoura? E por que você se expressa de modo tão estranho?” (PI, §60).

Aqui, um jogo de linguagem contrafactual é concebido para lançar luz sobre a ideia dogmática de que, para entender a linguagem, precisamos dissecá-la em suas partes mais simples. O autor conjura uma situação prática para demonstrar que não utilizamos as palavras dessa forma. Nesse caso, a forma mais “analisada” da proposição não pode ser compreendida como a mais “correta”, pois ao tentar realizar uma decomposição das partes constituintes, o falante corre o risco de realizar um lance ainda menos significativo dentro do jogo. Proferir a sentença menos analisada, nesse caso, é realizar um lance mais significativo.

Além disso, o autor pretende mostrar que o que pode ser chamado de “simples” ou de “composto” varia de acordo com os diferentes jogos de linguagem, de modo que não há razões para estabelecermos uma hierarquia de um modo de uso sobre outro. Essa discussão é exemplificada no §47 das *Investigações*, quando o autor afirma:

Mas quais são as partes constituintes simples a partir das quais a realidade se compõe? – Quais são as partes constituintes simples de uma poltrona? – Os pedaços de madeira a partir dos quais ela é construída? Ou as moléculas, ou os átomos? – “Simples” significa: não composto. E o que importa, aqui, é o seguinte: “composto em que sentido? Não faz qualquer sentido em falar, sem maiores considerações, das ‘partes constituintes da poltrona’.” (PI, §47).

Acreditar que há uma determinada forma de expressão que evoca o mais “simples” de qualquer proposição é um equívoco no qual caiu o próprio autor na teoria tractariana, que pode ser diagnosticado através da utilização de jogos de linguagem como objetos de comparação.

## **1.5 O Significado como Uso**

Conferir importância aos jogos de linguagem na determinação do significado das palavras é um passo importante para a compreensão da nova concepção de linguagem de Wittgenstein. Nesse sentido, a noção de significado como uso pode ser vista como mais um importante resultado dos apontamentos gramaticais de Wittgenstein, a partir de suas investigações sobre o próprio conceito de significado e, também, de linguagem. Uma de suas clássicas aproximações é a comparação das palavras na linguagem com uma caixa de

ferramentas, que, em oposição à imagem agostiniana dos nomes como etiquetas para os objetos (PI, §1), salienta o aspecto funcional da gramática das palavras. O autor afirma:

Pense nas ferramentas em uma caixa de ferramentas: há ali um martelo, um alicate, um serrote, uma chave de fenda, uma trena, uma panela para cola, cola, pregos e parafusos. – Assim como são distintas as funções desses objetos, também são distintas as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali.). (PI, §11).

Através da aproximação proposta, podemos ver as palavras na linguagem como ferramentas, que podem ser usadas em diferentes situações, sendo a marca de seu significado sua função em cada um desses casos. Voltando nossa atenção ao diálogo travado com Santo Agostinho no início das *Investigações*, Wittgenstein utiliza a concepção do autor como um contraponto às suas considerações. Diz Wittgenstein:

Agostinho não fala de uma diferença entre os tipos de palavras. Quem descreve dessa maneira a aprendizagem da linguagem, assim quero crer, pensa primeiramente em substantivos, como “mesa”, “cadeira”, “pão”, e nos nomes de pessoas; somente em segundo lugar nos nomes de certas atividades e propriedades, e nos demais tipos de palavras como algo que acabará por se acomodar. (PI, §1).

Aqui, vemos que Agostinho imagina situações mais primitivas de linguagem, nas quais podemos relacionar um substantivo a um objeto. No entanto, se pensarmos em atividades simples que realizamos diariamente, essa descrição já não se aplica. Wittgenstein dá o exemplo de uma situação em que ele pediria a uma outra pessoa para fazer compras, dando-lhe um pedaço de papel com os signos “cinco maçãs vermelhas”. A situação é descrita de acordo com o modelo agostiniano e, assim, aconteceria da seguinte forma: a pessoa que foi às compras olharia um caixote em que está escrito o signo “maçãs”; em seguida, procuraria em uma tabela a palavra “vermelho” para encontrar um modelo da cor; e, por último, enuncia os numerais até a palavra “cinco”, tirando, em cada número, uma maçã do caixote.

No entanto, Wittgenstein reconhece que, em nossas situações cotidianas, não fazemos compras dessa forma. Não consultamos o significado das palavras em alguma espécie de “tabela” para poder, depois, utilizá-las. Na verdade, o que dá a significação às palavras são as próprias ações nas quais as palavras são utilizadas. Nesse sentido, compreender o significado de uma palavra é dominar a habilidade de usá-la e, portanto, não precisa haver uma espécie de consulta do significado para seu uso – o significado já é o próprio uso. Descrevendo ainda a situação contrafactual, o autor diz:

“Como ele sabe, porém, onde e como deve consultar a palavra ‘vermelho’ e o que deve fazer com a palavra ‘cinco’?” – Bem, suponho que ele *age* como



descrevi. As explicações têm, em algum lugar, um fim. – Mas qual é o significado da palavra “cinco”? – De tal coisa absolutamente não falamos; apenas de como a palavra “cinco” é usada. (PI, §1).

Se levarmos em conta a imagem agostiniana, a palavra “cinco” não possui significação, pois não há um objeto no mundo empírico que se correlacione à palavra “cinco”. Entretanto, certamente, não podemos dizer que a palavra “cinco” nada significa. A imagem agostiniana não se aplica para esse caso, pois essa é uma outra *espécie* de palavra, que não pode ser explicada pelo referencialismo. Dessa forma, Wittgenstein identifica que o que determina a significação da palavra “cinco” é o uso que fazemos dela nos jogos de linguagem em que aparece, e assim funcionam também muitos outros casos de significação.

No caso da lista do mercado na compra de “cinco maçãs vermelhas”, as palavras desempenham perfeitamente sua função de orientar a compra, pois estamos familiarizados com o uso de cada uma dessas palavras – inclusive com palavras que não possuem como referência um objeto empírico, como “cinco”. Sendo assim, Wittgenstein anuncia: “Para uma *grande* classe de casos em que é utilizada – embora não para *todos* os casos – pode-se explicar a palavra ‘significado’ da seguinte maneira: O significado de uma palavra é seu uso na linguagem.” (PI, §43).

No §138, o autor comenta sobre como compreender o significado de uma palavra é dominar a habilidade de usá-la. Diz Wittgenstein:

Mas será então que o significado de uma palavra que eu entendo não pode se adequar ao sentido de uma proposição que eu entendo? Ou o significado de uma palavra ao significado de outra palavra? – Evidentemente, se o significado é o *uso* que fazemos das palavras, então não faz sentido falar de uma tal adequação. Ora, mas nós *entendemos* o significado de uma palavra quando a ouvimos ou pronunciamos; nós a compreendemos de uma só vez; e o que assim compreendemos é, certamente, algo distinto do “uso” distendido no tempo! (PI, §138).

Nesse parágrafo, vemos que não faz sentido pensar em um ajustamento entre o significado de uma palavra e sua utilização de forma contextualizada, como uma espécie de consulta para poder, em seguida, utilizar a palavra. Não ocorre tal ajustamento, pois seu uso é sua própria significação. A atribuição de significado se dá ao agirmos em relação às palavras, “quando a ouvimos ou pronunciamos” (*ibid.*, §138). Compreender é possuir tal habilidade de uso das palavras, é “dominar uma técnica” (PI, §199). Sobre as considerações de Wittgenstein a respeito das práticas de uso dos signos, Grayling afirma o que se segue:

Uma vez que isso esteja claro [o fato de não haver algo em comum entre tudo o que chamamos de linguagem], na visão de Wittgenstein, nós vemos por que

é errado pensar em significação como ele havia pensado no *Tractatus*: ali, a afirmação era de que o significado de uma palavra é o objeto que ela denota; aqui, nas *Investigações*, é que o significado de uma expressão é o *uso* no qual ela pode ser colocada em um ou outro dos muitos e vários jogos de linguagem que constituem a linguagem. (GRAYLING, 1996, p. 73).<sup>11</sup>

Tendo tudo isso em vista, vemos que a analogia proposta pelo filósofo entre palavras e ferramentas ilustra a forma como significamos, mostrando que o que determina a significação de uma palavra é a função que desempenha dentro de seus jogos de linguagem. Além disso, conceder atenção para os jogos de linguagem em que são utilizadas as palavras tem papel crucial para a argumentação de que os usos não são feitos de forma arbitrária, mas sim, dependem das regras internas ao próprio funcionamento da linguagem.

## 1.6 O conceito de Conceito

A compreensão de Wittgenstein de que o significado das palavras, por um lado, não está atrelado à referência e, por outro, não se dá de modo unívoco, pode ser compreendida como resultado de seu interesse pela vagueza e multiplicidade da linguagem. Como vimos anteriormente, um dos motivos pelos quais Wittgenstein aproxima as concepções de “linguagem” e de “jogo” em suas considerações é seu reconhecimento de que não há, para a linguagem, assim como para os jogos, uma definição estrita de seus conceitos. Não há uma forma específica de linguagem à qual podem ser reduzidos todos os tipos de linguagem que existem.

No §66 das *Investigações*, Wittgenstein utiliza o conceito de jogo para demonstrar o caráter aberto e diversificado da linguagem como um todo. Inicialmente, ele afirma que não há uma característica que determine que algo pode ser considerado um jogo. Diz o autor:

Considere, por exemplo, as atividades que chamamos de “jogos”. Refiro-me aos jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, de luta e assim por diante. O que é comum a todos eles? – Não diga: “É *necessário* que haja algo comum a eles, do contrário eles não se chamariam ‘jogos’” – em vez disso, *veja* se há algo comum a todos eles. – Pois ao observá-los você não verá, na verdade, algo que seria comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos e, na verdade, toda uma sequência deles. (PI, §66).

Wittgenstein nos convida a olhar para os diferentes jogos de linguagem a que aplicamos o conceito de jogo, mostrando que não há uma característica que pode ser encontrada em todos

---

<sup>11</sup> Todas as citações de *Wittgenstein* (Grayling, 1996) foram traduzidas do inglês por mim.

os tipos de jogos. Pois, para cada exemplo de característica que pode ser encontrada em um jogo, há um contraexemplo de uma espécie de jogo que não possui tal característica.

Nesse sentido, o mesmo ocorre com o significado das palavras. Para Wittgenstein, a linguagem possui caráter aberto, pois os mais variados jogos de linguagem podem ser regidos por diferentes conjuntos de regras, que podem ou não se sobrepor entre si. É desse modo que o autor estende sua analogia com os jogos para explicar, também, sua concepção de conceito. O conceito de conceito, assim como o conceito de jogo, não pode ser determinado por uma definição estrita, que caracteriza sua natureza mais fundamental. Em geral, quando não construídos de modo controlado e para fins teóricos muito específicos, os conceitos possuem caráter aberto, de modo que os possíveis usos dos conceitos são determinados pelas regras internas aos jogos de linguagem. Para exemplificar essa questão, Wittgenstein afirma o seguinte:

Pode-se dizer que o conceito de ‘jogo’ é um conceito com bordas borradas. – “Mas será que um conceito borrado é realmente um *conceito*?” – Será que uma fotografia pouco nítida é realmente a imagem de um homem? Aliás, será que sempre se pode substituir uma imagem pouco nítida por uma imagem nítida? Será que a imagem pouco nítida não é, frequentemente, justamente daquilo de que precisamos? (PI, §71).

Nesta passagem, o autor apresenta uma crítica à noção de que os conceitos precisam ser estritamente definidos para que possuam sentido. Essa passagem se assemelha ao §60 citado anteriormente, onde Wittgenstein argumenta contra a noção de que uma proposição mais “analisada” seria uma proposição mais adequada em qualquer jogo de linguagem. Afirmar que o conceito de jogo possui suas “bordas borradas” não significa dizer que ele não possui significação – apenas nos mostra que, se tentarmos definir seus limites de modo rígido como os limites de um distrito, simplesmente não conseguiremos, e isso não impede em nada o conceito de continuar funcionando normalmente em nossa linguagem corrente. Wittgenstein continua, ainda no §71:

Frege compara o conceito a uma região e diz: Não se pode de modo algum chamar de região uma região que não esteja claramente delimitada. O que isso quer dizer é que não podemos fazer nada com ele. – Mas será que é sem sentido dizer: “Pare mais ou menos aqui!”? Imagine que eu estivesse com outra pessoa em certo lugar e dissesse isso. Ao dizê-lo, não traçarei qualquer limite, mas talvez faça um movimento indicativo com as mãos – como se indicasse a ela um determinado *ponto*. E é justamente assim que se explica, por exemplo, o que é um jogo. (PI, §71).

Fica evidente, neste parágrafo, que não há uma maneira de determinar por completo os limites da maioria dos conceitos, e a única maneira pela qual podemos tentar compreender um

conceito é observando os casos particulares de uso de um termo geral, e traçando as semelhanças entre os diferentes usos. Moreno salienta esse aspecto da concepção de conceito wittgensteiniana, ao afirmar que “o uso que fazemos da palavra ‘conceito’ pode ser detectado em diferentes jogos de linguagem, e sua significação corresponde a essa diversidade de aplicações.” (MORENO, 1993, p. 31). Moreno manifesta, ainda, que utilizamos a palavra ‘conceito’ para qualificar tanto noções que possuem um grau maior de exatidão, quanto noções que reconhecemos facilmente como vagas (como o próprio conceito de “jogo”). Nesse sentido, a pluralidade de aplicações da palavra “conceito” é o que determina sua significação, da mesma forma em que, para cada conceito particular, sua significação “corresponde à multiplicidade dos usos das respectivas palavras” (*ibid.*, p. 32). Podemos, portanto, compreender a concepção de conceito da mesma maneira como compreendemos a significação de qualquer conceito específico: como uma reunião das mais variadas aplicações de um signo, que se relacionam entre si de maneira mais ou menos acabada. É a relação entre os usos que fornece uma imagem (imprecisa) de que um uso determinado pertence a um conceito determinado.

Além disso, Moreno chama atenção para um outro aspecto dessa concepção de conceito, que reconhece os conceitos como uma maneira particular de organizar as situações, uma prática que estabelece um referencial com o qual comparam-se os objetos (*ibid.*, p. 33). Moreno assume, entretanto, que esse referencial é um instrumento convencionado em uma determinada comunidade linguística, funcionando como uma espécie de norma, mais ou menos precisa, que utilizamos como regra para realizar aplicações de um termo geral. Essas aplicações, portanto, são os melhores indicadores das regras que governam os usos de um signo. Nesse sentido, podemos concluir, também, que a melhor maneira de compreender a significação de um conceito é observando o que o caracteriza: as diversas aplicações do signo em seus jogos de linguagem. Por essa razão, Wittgenstein encerra o §71 com a seguinte consideração:

A exemplificação não é aqui um meio *indireto* de explicação, – na falta de um outro melhor. Pois qualquer explicação geral também pode ser mal compreendida. É *assim*, de fato, que jogamos o jogo. (Quero dizer, o jogo de linguagem com a palavra “jogo”). (PI, §71).

Desse modo, vemos que a gramática do conceito de “jogo”, por exemplo, pode ser melhor compreendida quando nos atentamos aos exemplos, casos específicos de utilizações da palavra “jogo”. É nesse sentido que podemos explicar um conceito através da descrição de seus usos. Sobre isso, Hacker & Baker complementam:

Os exemplos não são, nesse sentido, um meio indireto de explicar o que é um jogo. Eles constituem uma explicação perfeitamente decente. Eles são a expressão de uma regra para o uso da palavra. Mas, com certeza, eles devem

ser tomados como paradigmas e usados como padrões para a aplicação correta da palavra explicada. E essa, de fato, é a nossa prática. (BAKER; HACKER, 2005, p. 162).

Diferentemente do projeto referencialista ao qual Wittgenstein se dedicou no *Tractatus*, sua proposta é, agora, olhar para a gramática nas suas contingências (e não para uma suposta dimensão lógica oculta), e buscar nela os elementos de seu próprio funcionamento. Ao olharmos para as aplicações dos conceitos, veremos que não há como buscar pela sua essência, pois, em cada jogo de linguagem, são concedidos certos lances que não são legítimos em outros, ainda que realizemos diferentes usos de um mesmo termo geral. Contudo, essas considerações podem nos instigar a levantar o seguinte questionamento: Se não há uma característica em comum entre todos os usos de um conceito, como podemos, então, empregar um mesmo conceito para caracterizar uma série de diferentes coisas entre si? Ainda não está claro, por exemplo, como podemos chamar as diferentes espécies de jogos por seu nome em comum, “jogos”. Veremos a seguir.

## 1.7 A Semelhanças de Família

No §65 das *Investigações*, Wittgenstein profere as seguintes palavras:

Aqui nos deparamos com a grande pergunta que está por trás de todas essas considerações. – Pois agora alguém poderia me objetar: “Você facilita a coisa para si mesmo! Você fala sobre todo tipo de jogo de linguagem, mas não disse em parte alguma o que é, afinal, o essencial do jogo de linguagem e, portanto, da linguagem. [...] Você se exime, portanto, precisamente da parte da investigação que, em tempos passados, havia dado a você mesmo as maiores dores de cabeça, a saber, aquela que diz respeito à *forma geral da proposição* e da linguagem”. (PI, §65).

Nesse parágrafo, Wittgenstein dialoga com um interlocutor imaginário similar ao jovem Wittgenstein tractariano, que aguarda, em suas novas considerações sobre a natureza da linguagem, a determinação do que há em comum entre todos os jogos. Essa objeção é respondida quando retiramos o foco da busca pela determinação do que há em comum entre todos os empregos das palavras, e lançamos luz sobre o fato de que diferentes empregos das palavras se assemelham entre si. O autor segue:

Em vez de apresentar o que é comum a tudo o que chamamos de linguagem, eu digo que absolutamente não há uma coisa comum a todos esses fenômenos, em virtude da qual empregamos a mesma palavra a todos eles, – mas eles são *aparentados* uns aos outros de muitas maneiras diferentes. E por causa desse parentesco, ou desses parentescos, nós os chamamos todos de “linguagem”. (*ibid.*, §65).

Wittgenstein, ao recusar a busca pela forma geral da proposição e da linguagem, não dispensa o fato de haver semelhanças entre os empregos de uma palavra ou conceito. Nesse sentido, afirmar a textura aberta da linguagem não nos faz cair em um relativismo a respeito do significado das palavras. Como afirma o autor, os empregos de uma palavra são aparentados entre si de modos muitos diferentes, formando uma rede complexa de parentescos que relacionam as diferentes acepções de uma palavra. Para compreender esses parentescos, Wittgenstein cunha a noção de *semelhança de família*. Ainda em sua consideração a respeito dos diferentes empregos do conceito de jogo, o autor declara:

E assim podemos percorrer muitos, muitos outros grupos de jogos. Vemos semelhanças emergirem e desaparecerem. E o resultado dessa consideração é, então, o seguinte: Vemos uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem e entrecruzam. Semelhanças nas coisas grandes e pequenas. (PI, §66).

E, logo no parágrafo seguinte:

Não posso caracterizar essas semelhanças de modo melhor do que por meio da expressão “semelhanças de família”; pois assim se sobrepõem e se entrecruzam as diferentes semelhanças que há entre os membros de uma família: estatura, traços faciais, cor dos olhos, jeito de andar, temperamento, etc. etc. – E direi: os ‘jogos’ formam uma família. (PI, §67).

Vemos, aqui, a proposição de uma analogia entre o que chamamos de “semelhanças” no caso de aspectos compartilhados entre os empregos de uma palavra com o que chamamos de “semelhanças” no caso de traços compartilhados entre os membros de uma família. Em uma família, não há um traço específico que faça com que todos os integrantes se assemelhem. Em geral, um membro X da família possui os olhos de um membro Y, e o nariz de um membro Z, e o sorriso de um membro W. Enquanto o Y pode possuir os olhos de W, e Z, o sorriso de Y. Em suma, cada integrante possui uma semelhança com algum outro, que é diferente das semelhanças entre os outros, mas se relacionam através de uma rede de semelhanças, que faz com que, no fim, todos se aparentem entre si, em maior ou menor grau, sem que haja uma característica específica que todos compartilhem entre si.

Nesse sentido, podemos ver as semelhanças entre os empregos de uma palavra ou conceito como formando uma família. Como afirma Glock (GLOCK, 1998, p. 163), o que sustenta um conceito não seria um “fio único” que percorre todos os casos de uso, mas uma sobreposição de diferentes fibras, como em uma corda. Essa analogia aparece no *Livro Marrom*, texto concebido a partir de um curso ditado por Wittgenstein a dois alunos entre 1934 e 1935, onde já podemos encontrar ensaios para o desenvolvimento dos métodos de investigação

gramatical tais como constam nas *Investigações*. Já neste momento, Wittgenstein parecia dar sinais de suas críticas ao essencialismo:

Descobrimos que o que conecta todos os casos de comparação é um grande número de semelhanças sobrepostas e, assim que vemos isso, não nos sentimos mais compelidos a dizer que deve haver alguma característica comum a todos eles. O que prende o navio ao cais é uma corda, e a corda é feita de fibras, mas ela não tira sua força de qualquer fibra que a atravessa de ponta a ponta, mas do fato de haver um grande número de fibras sobrepostas. (BB, p. 87).<sup>12</sup>

Ao tentar fornecer uma única visão sobre o que consideramos constituir a atividade de “comparação”, percebe que não há uma definição estrita do conceito. Não há, portanto, como em uma definição tradicional analítica de um conceito, as condições necessárias e suficientes para determinar seus limites estritos. É assim que o autor pensa, já nos primórdios do desenvolvimento de seus novos métodos, a relação entre os diferentes empregos dos conceitos nos mais variados jogos de linguagem. É apenas nas *Investigações*, contudo, que a analogia ganha profundidade e se cristaliza como uma das mais importantes noções das obras tardias de Wittgenstein. Podemos afirmar, portanto, que o conceito de linguagem, assim como o conceito de conceito, são concepções que se determinam não por sua definição cabal – como a reunião de propriedades necessárias e suficientes –, mas se definem na medida em que seus usos se relacionam entre si através de semelhanças de família.

### **1.8 O interesse de Wittgenstein na gramática dos conceitos da percepção**

As analogias anteriormente apresentadas são resultados de aproximações realizadas por Wittgenstein entre as gramáticas de diferentes regiões da linguagem. Elas fazem parte do arcabouço conceitual utilizado pelo autor na aplicação dos métodos de investigação gramatical. Ao propor essas noções, Wittgenstein pretendia esclarecer tanto sua concepção de linguagem como tendo um caráter vago e múltiplo, sendo regida por um conjunto de diferentes estruturas normativas (a gramática); quanto sua concepção de filosofia como uma atividade de análise gramatical dos nossos conceitos, dissolvendo as confusões filosóficas.

Como afirmamos anteriormente, a principal concepção wittgensteiniana que perpassa toda sua obra é a ideia de que a atividade filosófica consiste na elucidação e dissolução de mal-entendidos através de uma análise da linguagem. Nesse sentido, podemos compreender a

---

<sup>12</sup> Todas as citações de *The Blue and Brown Books* (Wittgenstein, 1958) foram traduzidas do inglês por mim.

filosofia tardia de Wittgenstein como uma tentativa de diagnosticar, através da análise das relações que estabelecemos entre nossos conceitos, as tendências de pensamento que nos levam às confusões filosóficas. Por isso, Wittgenstein ressalta diversas vezes que a análise que busca realizar é sempre gramatical.

A investigação gramatical envolve identificar as atitudes que tomamos em relação aos conceitos e, nesse sentido, nada tem a ver com realizar novas descobertas, por exemplo, no campo empírico. Moreno afirma:

O engano surge no momento em que passamos a acreditar, graças à inovação terminológica, que estamos fazendo afirmações sobre fatos novos que descobrimos, à maneira do que faz, legitimamente, o cientista.” (MORENO, 1993, p. 80).

Ao fim daquilo que já se denominou como a Segunda Parte das *Investigações*, após realizar diversas análises de termos relacionados à psicologia (como os conceitos de imaginação, consciência e visão), Wittgenstein afirma que “a existência do método experimental nos faz crer que teríamos o meio para resolver os problemas que nos inquietam” (PPF, xiv, p. 222). Existem, portanto, confusões que não podem ser resolvidas por descobertas empíricas, pois são mal-entendidos de ordem conceitual. Nesse sentido, o autor reafirma a importância da investigação gramatical na tarefa de dissolver confusões conceituais em qualquer campo de estudo, não apenas na psicologia: “é possível uma investigação da matemática inteiramente análoga à nossa investigação da psicologia. É tão pouco *matemática* quanto a outra é *psicológica*.” (*ibid.*, xiv, p. 222).

Uma vez explicitada a concepção madura de Wittgenstein sobre o que seria, por um lado, a gramática e, por outro, os métodos de análise que permitem observar as diferentes relações gramaticais que se estabelecem entre os conceitos, podemos compreender o interesse wittgensteiniano na gramática do “ver”. A introdução que realizamos ao arcabouço conceitual wittgensteiniano permite compreender que o interesse do autor na gramática do “ver” não se dá por uma tentativa de analisar um fenômeno da experiência (através de algo como um método empírico experimental), mas se trata de investigar gramaticalmente os termos e conceitos relacionados à percepção.

Em nossas práticas linguísticas, muitas vezes realizamos usos intrigantes do verbo “ver”, e de outros verbos relacionados à percepção. Há um uso particularmente curioso que fazemos do “ver”, o “ver como” ou “ver x como y”, que utilizamos para ressaltar um aspecto, por exemplo, em uma figura que está sendo observada. Ao evocar o uso do “ver como”, somos capazes de chamar atenção para algo na experiência perceptiva que talvez não tivesse sido



observado anteriormente, mesmo que a figura permaneça inalterada materialmente. Isso pode nos levar a crer, quando vemos um novo aspecto surgir em uma experiência perceptiva cujos estímulos sensíveis não parecem ter se modificado, que outros tipos de relação precisam se estabelecer para que possamos ver “x” como “y”. Seriam, então, as relações estabelecidas entre “x” e “y” de natureza *conceitual*? Esse é um dos temas centrais das discussões wittgensteinianas sobre o “ver como” e seus embates com a psicologia da *Gestalt*, que exploraremos ao longo desta pesquisa.

Wittgenstein realiza parte fundamental de suas considerações sobre a noção de “ver como” (*seeing as; sehen als*) na Segunda Parte das *Investigações*, que constitui uma seleção da seleção<sup>13</sup> de apontamentos manuscritos postumamente publicados como *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, onde o autor também dialoga com o modo como a teoria da *Gestalt* elabora o conceito de aspecto (*Aspekt*). Em uma de suas aproximações do tema, Wittgenstein realiza um apontamento gramatical sobre a distinção entre dois usos da palavra “ver”.

O autor apresenta um exemplo no qual duas pessoas estão diante de uma imagem de um rosto. Uma pessoa A pergunta a uma pessoa B: “O que você vê ali?”, e B responde “Vejo *isto*”, com uma descrição, ou desenhando uma cópia da imagem que está sendo vista. Nesse caso, foi empregado o primeiro uso da palavra “ver”, que está relacionado a um sentido mais canônico do termo, mais voltado para as impressões visuais, estímulos óticos. Em um segundo caso, a pessoa A reconhece uma semelhança entre os dois rostos – a imagem observada e o desenho de B – que não havia sido percebida por B ao desenhar. B pode, então, perceber uma semelhança que não havia visto antes entre as duas imagens, mesmo que nada tenha se alterado nas imagens diante de seus olhos. Esse segundo uso do “ver”, o “ver como”, que expressa a apreensão de um novo aspecto, envolve a percepção de semelhanças entre aspectos do que é visto, formando um novo arranjo perceptivo, sem que haja alguma mudança material nos objetos percebidos. Ao introduzir claramente a distinção, o autor diz o seguinte:

Dois empregos da palavra “ver”.

O primeiro: “O que você vê ali?” – “Vejo *isto*” (segue-se uma descrição, um desenho, uma cópia). O segundo: “Vejo uma semelhança nesses dois rostos” – aquele a quem comunico isto deve ver os rostos tão claramente como eu mesmo. [...]

---

<sup>13</sup> Segundo Anscombe e von Wright, após finalizar a primeira parte das *Investigações*, Wittgenstein produziu uma série de manuscritos entre 1946 e 1948 (conhecidos pelos pesquisadores como MSS 130-138), dos quais grande parte veio a ser postumamente selecionado e publicado como *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. Provavelmente em meados de 1949, o autor compilou uma seleção escrita à mão com base principalmente no que tinha escrito após outubro de 1948, mas, também, a partir dos primeiros manuscritos e datiloscritos realizados a partir de 1946. Essa última compilação foi datilografada a pedido do próprio autor e, posteriormente, impressa como a Segunda Parte das *Investigações*. Sobre isso, ver Prefácio das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* (RPP I & II, p. 10).

Um deles poderia desenhar exatamente ambos os rostos; o outro poderia notar nesse desenho a semelhança que o primeiro não viu.

Observo um rosto e noto de repente sua semelhança com um outro. Eu *vejo* que não mudou; e no entanto o vejo diferente. Chamo esta experiência de “notar um aspecto”. (PPF, xi, p. 187).

Wittgenstein salienta tanto as diferenças quanto as semelhanças entre os dois usos que apresenta do verbo “ver”. Lhe parece haver, por um lado, uma “diferença categórica de ambos os ‘objetos’ do ver” (*ibid.*, xi, p. 188), pois, no primeiro uso de “ver”, quando uma pessoa pergunta à outra o que está sendo visto, basta que seja respondido com o esclarecimento da cena que é vista, seja através da descrição do que é visto, ou através de uma representação visual, como um desenho. O uso do “ver como”, entretanto, não diz respeito somente a descrição do que é visto, mas à descrição de um *aspecto* no que é visto. Uma pessoa pode ver dois rostos e não notar nenhuma semelhança entre eles. Em seguida, alguém pode dizer a ela: “Esse rosto me parece tão complacente quanto o outro.” A partir de então, ela pode passar a *ver* os rostos *como* complacentes, notando a semelhança entre eles. Nesse caso, o que está sendo visto agora é o mesmo cenário que já havia sido visto antes, de modo que o cenário material não muda e, mesmo assim, podemos vê-lo de outra forma.

Por outro lado, Wittgenstein admite não ser possível desassociar completamente os usos do “ver” e do “ver como”. Pois, quando notamos um aspecto em uma percepção visual, a imagem que estava sendo vista antes pode não ter mudado diante de nossos olhos, mas, mesmo assim, temos a nítida percepção de que algo mudou, de modo que temos uma sensação similar à de mudanças materiais na percepção. Ao olhar novamente um rosto já observado antes, que agora me parece complacente, vejo este rosto de uma nova forma. Nesse sentido, Wittgenstein admite que “o ‘ver como...’ não pertence à percepção. E por isso é como um ver e também não é como um ver.” (*ibid.*, xi, p. 191). Identifica-se, a partir desses usos, uma área complexa e provocante da gramática da percepção.

Wittgenstein se interessa fortemente pela gramática do “ver” e de seu uso particular com o “ver como” principalmente por que, quando observamos os discursos em torno do fenômeno da revelação de um aspecto, parece surgir um paradoxo: “O ‘ver a figura *como...*’ tem algo de oculto, de incompreensível. Gostaríamos de dizer: “algo se alterou e nada se alterou” (RPP I, §966). Esse aparente paradoxo pode causar confusões ao tratarmos do conceito de visão. Wittgenstein diagnostica, por exemplo, uma confusão causada pelos estudiosos da *Gestalt* ao afirmarem, em suas teorizações, que a apreensão de aspectos é um resultado puramente fisiológico causado por uma mudança nos estímulos sensoriais da percepção.

Essa afirmação, apesar de ser defendida como uma tese científica, é vista por Wittgenstein como resultado de um abuso gramatical que salienta demais as semelhanças gramaticais entre os usos do “ver” e do “ver como”. Ela carrega a suposição de que vemos um aspecto da mesma maneira em que vemos um objeto qualquer diante de nossos olhos. Essa consideração, portanto, ignora o fato de que notar uma semelhança entre dois rostos é diferente (pelo menos em alguma medida) de notar, simplesmente, que há dois rostos diante de mim. Nesse sentido, Wittgenstein pretende mostrar, através da análise gramatical, que há motivos para acreditarmos que a apreensão de um aspecto é muito mais resultado de uma mudança de atitude e tratamento em relação a uma imagem do que resultado de algo puramente fisiológico.

Se a mudança fosse puramente fisiológica, não poderíamos orientar a apreensão de um determinado aspecto através de uma descrição. Suscitando um exemplo, poderíamos afirmar “Veja esta imagem como um coelho!”, apontando para a clássica imagem do pato-coelho de Jastrow apresentada na Segunda Parte das *Investigações* (PPF, xi, p. 189); e, logo em seguida, “Veja, agora, o coelho como um pato!”. Que possamos ver a mesma imagem ora como pato, ora como coelho, evidencia que o que acontece na apreensão de um aspecto parece se relacionar não apenas à percepção visual de objetos comuns, mas também ao que fazemos em atividades intelectuais como a de imaginação.

Abordaremos esta e outras questões que surgem a partir do embate entre as considerações wittgensteinianas e a psicologia da *Gestalt* no próximo capítulo. A partir de exemplos desse tipo, podemos compreender que Wittgenstein se interessa pela gramática peculiar do “ver como” por identificar, nessa região da linguagem, indícios do que parecem ser imbricações entre pensamento e percepção, o que não foi assumido pelos gestaltistas.

No capítulo a seguir, explicaremos de que maneira Wittgenstein inicia suas aproximações ao tema da apreensão de aspectos a partir de análises gramaticais da abordagem teórica da *Gestalt* de Köhler. Em seguida, adentraremos mais profundamente o interesse de Wittgenstein na temática, mostrando as questões que surgem quando o autor aponta o “ver como” como uma evidência gramatical de que há muito mais similaridades entre as atividades de “ver” e de “pensar” do que se pensava anteriormente na tradição filosófica.

## CAPÍTULO 2

### ENTRE O “VER” E O “VER COMO”

Tendo compreendido a filosofia do Wittgenstein maduro e, principalmente, em que consistem seus métodos de investigação gramatical, podemos adentrar nas investigações a respeito dos conceitos da percepção. Este capítulo tem como objetivo esclarecer de que maneira Wittgenstein realiza seus apontamentos gramaticais a respeito dos diferentes tipos de uso que fazemos do verbo “ver” em nossa linguagem, principalmente a partir da tentativa de dissolver a antinomia que surge quando tentamos descrever uma experiência de revelação de um aspecto (ao mesmo tempo, é como um ver e não é como um ver). Em primeiro lugar, ambientaremos a Teoria da *Gestalt* e as considerações de Köhler sobre a organização sensorial, mostrando de que maneira os gestaltistas pretendiam se opor aos princípios e métodos das outras vertentes de psicologia de sua época. Essa ambientação será importante para que possamos compreender que Wittgenstein se interessa pelos escritos de Köhler sobre a organização sensorial porque parecem trazer à tona uma região complexa da gramática da nossa linguagem: a gramática dos conceitos da percepção, principalmente a gramática específica do verbo “ver” e seu uso particular com o “ver como”. Wittgenstein identifica que os gestaltistas salientam o fato de que a percepção parece fazer algo a mais do que apenas ver o que está diante dos olhos. A partir disso, o autor realiza diversos apontamentos gramaticais em seus escritos, analisando evidências linguísticas do que parecem ser ocorrências de rearranjos perceptivos na gramática de nossos jogos de linguagem sobre a percepção, levantando diferentes questões sobre o tema.

Veremos que esses apontamentos fazem parte da tentativa do autor de dissolver possíveis mal-entendidos filosóficos que podem surgir a partir das teorizações de Köhler, que não parece deter uma clara compreensão de como atuamos com os conceitos da percepção em nossa linguagem corrente. Por um lado, podemos encontrar semelhanças nos pensamentos de Köhler e Wittgenstein, por estarem ambos preocupados em fazer considerações que levem em conta a experiência comum tal como acontece na vida ordinária, afastando tendências reducionistas e essencialistas de pensamento. Mas, por outro lado, Wittgenstein diagnostica que Köhler abusa da gramática do verbo “ver” para fundamentar sua teoria de que o “ver como” é um “ver”, salientando demais as semelhanças entre ambos os usos, enquanto ignora diferenças importantes.

Dessa forma, Wittgenstein pretende mostrar muitos sentidos nos quais podemos afirmar que o “ver como” se diferencia de usos do “ver” relativos à percepção simples, relacionando as

experiências de apreensão de aspectos a processos de pensamento, imaginação e conceitualização. A pergunta que será levantada ao fim do capítulo é se Wittgenstein pretendia, com essas considerações, apenas minar a pretensão teórica de Köhler, desfazendo possíveis mal-entendidos gerados pela “dieta unilateral” de exemplos (PI §593), ou se pretendia, para além disso, sugerir que processos de conceitualização têm papel fundamental nas experiências de apreensão de aspectos.

## 2.1 As críticas de Köhler à psicologia de sua época

O interesse de Wittgenstein sobre o tema do “ver como” toma maiores contornos a partir de suas leituras da psicologia da *Gestalt* (em especial, do livro de Wolfgang Köhler,<sup>14</sup> *Psicologia da Gestalt: uma introdução aos novos conceitos da psicologia moderna*), que ganha força na década de 1920 por apresentar críticas às outras vertentes em voga da psicologia de sua época. Em seu texto, Köhler se dispõe a explorar o funcionamento da percepção visual, afirmando que o que falta às perspectivas psicológicas de sua época é a valorização da percepção em seu modo mais “ingênuo”, pré-teórico. Nesse sentido, a principal preocupação de Köhler na formulação de sua teoria era dar ênfase à sua noção de que a percepção envolve processos que vão além da mera recepção e acúmulo de estímulos sensíveis. Mas, antes de compreendermos o que Köhler quer dizer com isso, precisamos nos ambientar em relação às tendências que o autor pretendia objetar.

Dentre os principais interlocutores de Köhler, temos os introspeccionistas, cujo representante principal é Wilhelm Wundt. Para Wundt, a psicologia deveria investigar a consciência – que, para ele, se constituía por estados psicológicos elementares: a base de processos mentais mais complexos. Nesse sentido, Wundt desenvolve, do fim do século XIX até sua morte em 1920, técnicas para encontrar e compreender esses elementos básicos, utilizando o método de análise introspectiva, que visa realizar uma espécie de “dissecação” dos processos mentais em primeira pessoa. Os seguidores da escola elementarista de Wundt acreditavam que poderíamos, a partir da descoberta dos elementos básicos da consciência, compreender a estrutura e o conteúdo da percepção como um todo, pois, desse modo, veríamos como esses elementos constituem processos mentais considerados mais avançados (como de aprendizagem e memória).

---

<sup>14</sup> Dentre os fundadores da Teoria da *Gestalt*, M. Wertheimer, K. Koffka e W. Köhler, dialogaremos, nesta pesquisa, apenas com os escritos de Köhler, por ser o principal interlocutor de Wittgenstein em seus apontamentos sobre a gramática do “ver como” e de outros conceitos psicológicos.

Nesse sentido, Wundt defendia que as experiências mais “básicas”, como percepção de cor ou sensação de dor, formam estados de consciência mais elementares, que são organizados pela mente formando processos mentais mais avançados. E, para que pudéssemos compreender os estados mais avançados, precisaríamos analisar a mente com base nesses elementos simples. Segundo Schultz & Schultz, Wundt acreditava que o método de introspecção, através de uma percepção interna, poderia fornecer os dados básicos necessários para estudar os problemas da psicologia, da mesma forma como a percepção externa fornecia dados para as ciências da época, como a astronomia e a química. Os autores afirmam:

A proposta de Wundt consistia em analisar a mente com base em seus elementos, suas partes componentes, exatamente do mesmo modo que os cientistas naturalistas trabalhavam para dividir o seu objeto de estudo, ou seja, o universo físico. A ideia da tabela periódica desenvolvida pelo químico russo Dimitri Mendeleev serviu de apoio para o objetivo de Wundt. Os historiadores sugeriram que, talvez, Wundt estivesse tentando desenvolver uma espécie de “tabela periódica” da mente. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2020, p. 75).

Nesse contexto, Wundt instituiu o método de análise introspectiva (que não foi desenvolvido por ele, mas aprimorado ao longo de suas práticas), se baseando no princípio de que apenas o indivíduo que passa pela experiência é capaz de observá-la. A introspecção, para essa vertente, poderia ser realizada apenas por psicólogos treinados e observadores habilitados, pois esses conseguiriam diferenciar as sensações puras dos significados associados a elas. Uma observação interna “sob rígidas condições experimentais” poderia produzir “observações precisas, passíveis de repetição, da mesma forma que a percepção externa produz para as ciências naturais observações que podem ser repetidas separadamente por outros pesquisadores.” (*ibid.*, p. 76).

Vemos, portanto, que os introspeccionistas explicavam o funcionamento da percepção de modo em que, para eles, recebemos uma variedade de dados sensoriais, elementos “simples”, que formam juntos a experiência perceptiva. Além disso, esses elementos simples poderiam ser observados através de análises introspectivas em primeira pessoa, o que nos forneceria uma compreensão da percepção como um todo. Assim, a percepção deveria ser limpa de suas influências acidentais e pessoais, para que pudéssemos acessar a “pura” forma da experiência, as sensações. No entanto, a metodologia foi fortemente criticada por não gerar resultados consistentes o suficiente para a ciência, por ter encontrado dificuldades em produzir pesquisas objetivas com seus métodos. Isso fez com que teóricos criticassem não apenas a metodologia, mas também os pressupostos desse tipo de psicologia. Compreenderemos, mais à frente, de que maneira a psicologia da *Gestalt* se posiciona contra o introspeccionismo. Primeiramente, abordaremos outra vertente contrariada pela *Gestalt*: a psicologia behaviorista.

De acordo com Köhler, o behaviorismo cresce a partir da insatisfação com o método introspeccionista. Para os behavioristas, não há, no introspeccionismo, uma clareza epistemológica em relação à possibilidade de conhecimento da experiência direta de outras pessoas. Podemos encontrar a crítica do behaviorismo ao introspeccionismo nas palavras de Köhler:

De acordo com o behaviorista, não foi possível realizar uma inspeção convincente da experiência direta; nem se chegou à tentativa de descrever as relações entre suas variedades, ou de formular as leis da chamada “vida mental”. Obviamente, sustenta o behaviorista, não existe uma ciência da experiência direta que tenha métodos claros e resultados confiáveis. (KÖHLER, 1992, p. 8-9).<sup>15</sup>

A corrente behaviorista foi marcada por diversos nomes, desde sua origem com Edward Thorndike, Ivan Pavlov e Vladimir Bekhterev, até outros que ficaram famosos por suas aplicações posteriores, como John Watson e Burrhus Skinner. No contexto de críticas aos métodos anteriores, o valor da introspecção e da postulação de elementos mentais perde seu *status* na psicologia, de modo que os teóricos passam a deixar de lado conceitos como os de “sensação”, “mente” e “consciência”. Os novos psicólogos pretendiam dar lugar às experiências objetivamente observáveis, prezando por noções como as de “estímulo” e “resposta”, em uma análise dos comportamentos dos indivíduos – que se tornaram o objeto central da investigação psicológica. Além disso, os behavioristas buscavam lidar apenas com descrições objetivas desses comportamentos, de modo a rejeitar qualquer observação da experiência direta em primeira pessoa, sob alegação de não ser possível, através da introspecção, produzir uma ciência objetiva. Sobre isso, Dinishak comenta o seguinte:

O próprio conceito de introspecção é problemático, pois está anexado ao conceito filosófico de mente ou alma, que encoraja um espiritualismo acrítico (GP 1929/10). Além disso, é questionável se a observação da própria experiência direta é possível, uma vez que não há um ponto de observação externo ao sistema sob observação (DINISHAK, 2008, p. 52).<sup>16</sup>

É a partir do embate travado entre essas duas vertentes de pensamento que Köhler começa a desenvolver suas considerações. Köhler admite que os behavioristas têm razão ao criticar o introspeccionismo por estar anexado a um pressuposto filosófico de mente ou alma; no entanto, acredita que os behavioristas abraçam um “ceticismo enviesado” (*ibid.*, p. 54). Dinishak admite que, por um lado, o behaviorista duvida da possibilidade de acessar o que há

---

<sup>15</sup> Todas as citações da edição estadunidense da obra de Köhler, *Gestalt Psychology: an introduction to new concepts in modern psychology* (Köhler, 1992), foram traduzidas do inglês por mim.

<sup>16</sup> Todas as citações de *Wittgenstein and Köhler on seeing and seeing aspects: a comparative study* (DINISHAK, 2008) foram traduzidas do inglês por mim.

de interno em outras mentes, mas, por outro lado, assume o pressuposto não conquistado de que há um mundo físico independente, que pode ser observado por nós de forma puramente científica e não-enviesada. A autora acrescenta: “Köhler admite que a dúvida cética é benéfica para a investigação científica, mas essa atitude de dúvida deve ser medida em relação às vantagens de empregar uma perspectiva ingênua” (*ibid.*, p. 54).

Ao comentar sobre uma abordagem da “perspectiva ingênua”, Dinishak se refere a uma análise que valorize a experiência sensorial do modo como acontece na vida comum, em detrimento das que tentam isolar a experiência de seus contextos pré-teóricos, buscando encontrar seus elementos mais “puros” (no caso do introspeccionista), ou extraindo apenas o que aparece como científico na repetição dos comportamentos humanos (no caso dos behavioristas). Nesse sentido, nenhuma das duas vertentes dá conta de investigar a percepção. Segundo a *Gestalt*, o que precisamos, em última instância, é recusar a tentativa de dissecar a experiência em seus componentes isolados, atentando para outras características da experiência imediata, que parecem mostrar que não há ali conjuntos de elementos, mas sim unidades completas.

## 2.2 A Teoria da *Gestalt* e a Organização Sensorial

Ao identificarem problemas nas outras teorias psicológicas vigentes, os psicólogos da *Gestalt* passam a notar características como a de que, mesmo que haja uma mudança na recepção de dados sensoriais, a experiência visual pode constituir uma *constância perceptiva*. Eles percebem, por exemplo, que ao pararmos em frente a uma janela, uma imagem retangular forma-se na nossa retina; mas, ao pararmos de lado para a janela, a imagem que se forma na retina se transforma em um trapézóide, ainda que continuemos a perceber a janela como retangular. Como afirmam Schultz & Schultz, “a percepção da janela permanece constante, embora a informação sensorial (a imagem projetada na retina) mude. O mesmo ocorre com a constância do tamanho e do brilho em que os elementos sensoriais mudam, mas não a percepção.” (SCHULTZ; SCHULTZ, 2020, p. 297).

O surgimento da Teoria da *Gestalt* foi fortemente influenciado pelos estudos de Ernst Mach, professor de física da *University of Prague* que publicou, em 1885, a obra *Análise das Sensações*. Mach, estudando padrões espaciais e temporais da percepção, foi um dos primeiros teóricos a chamar atenção para a permanência de padrões perceptivos mesmo após mudanças nos estímulos sensoriais. Schultz & Schultz dizem:



Mach alegava que a percepção de um objeto não muda, ainda que modifiquemos nossa orientação em relação a ele. Uma mesa continua a ser uma mesa se olharmos de lado, de cima ou de algum outro ângulo. Do mesmo modo, o tom continua o mesmo em nossa percepção até quando a forma do tempo é modificada; ou seja, quando é executado mais lenta ou rapidamente. (*ibid.*, p. 90).

Mach defendia que as sensações de forma do espaço e do tempo não dependem de elementos individuais da percepção. Por isso, ao fornecer um exemplo, afirma que podemos olhar para uma mesa dos mais variados ângulos, percebendo-a a partir de diferentes configurações de estímulos sensoriais, e continuaremos a ver que ali há uma mesa. Da mesma maneira, podemos escutar uma melodia que se assenta sobre uma determinada harmonia e modificar o andamento em que suas notas são tocadas, o que permitiria tocá-la mais rápida ou mais lentamente. Este último exemplo ilustra o fato de que podemos modificar elementos de uma música, e ainda assim identificar a totalidade que se forma com sua execução. Com efeito, não é novidade para os músicos que seja possível modificar, inclusive, as notas de uma música para tornar seu tom mais agudo ou mais grave, facilitando, muitas vezes, o alcance vocal de quem canta. Para que seja tocada uma música em tom mais agudo ou mais grave, é necessário modificar suas notas componentes, sem que se haja mudanças na melodia, o que faz com que continuemos a identificar a música em sua totalidade (muitas vezes, dentre os apreciadores leigos, a mudança tonal passa desapercibida).

Estudando as ideias de Mach, Ehrenfels considerou a melodia musical como uma das *qualidades de forma* (*Gestalt Qualitäten*) da experiência. Nascido 21 anos após Mach, Christian von Ehrenfels foi mais uma das influências para o movimento da *Gestalt*. O autor defendia a ideia de que as *qualidades de forma* são percepções que se baseiam em algo que vai além da mera junção de sensações individuais. Ehrenfels afirmava que “a forma em si era um elemento criado pela mente em operação sobre os elementos sensoriais.” (*ibid.*, p. 90). Nesse sentido, a mente teria uma capacidade de criar novas formas a partir das sensações elementares. Ehrenfels estudou com Max Wertheimer em Praga – um dos principais fundadores da psicologia da *Gestalt* ao lado de Kurt Koffka e Köhler –, que se maravilhou por seu trabalho e percebeu, ali, ideias inovadoras para a psicologia.

A partir de suas leituras e experimentos, os gestaltistas passam a indagar se não há uma diferença muito maior entre o caráter da estimulação sensorial e a percepção em si do que a psicologia costumava considerar. Wertheimer, Koffka e Köhler reúnem seus interesses e realizam pesquisas para compreender de que maneira a percepção atua sobre os dados sensíveis. Surge, a partir de então, o principal *insight* da Teoria da *Gestalt*: o de que a percepção realiza

uma *complementação* ou *organização* dos dados sensoriais. Dinishak introduz a noção de organização da seguinte forma:

[...] o campo visual se organiza em unidades circunscritas ou *Gestalten* [formas]. Nossa experiência visual tem um caráter de “objeto”. A organização é uma característica penetrante da experiência sensorial cotidiana, mas tanto o leigo quanto o teórico tendem a negligenciá-la. (DINISHAK, 2008, p. 2).

Assim, os teóricos da *Gestalt* sugerem que a experiência sensorial é sempre organizada ou estruturada em entidades. No campo visual, isso ocorre de modo em que a estimulação retiniana permite sempre uma infinidade de ordenações possíveis, um “mosaico” de estímulos e, no entanto, vemos apenas uma organização de cada vez. Além disso, essa organização, para Köhler, é tão pervasiva das experiências sensoriais que passa despercebida por nós e, para entendê-la, devemos “redescobrir o óbvio” – e o papel da *Gestalt* é trazer à tona esses aspectos da experiência comum que não eram discutidos anteriormente.

Em seu texto, ao apresentar a noção de “organização sensorial”, Köhler fornece a seguinte formulação: “Na maioria dos campos visuais, os conteúdos de certas áreas ‘pertencem uns aos outros’, de modo que circunscrevemos, ou limitamos, unidades diante de nós, das quais seus arredores são excluídos” (KÖHLER, 1992, p. 137). Logo em seguida, apresenta um exemplo de como vemos através de *Gestalten*:

Na mesa diante de mim encontro um bom número de unidades ou coisas circunscritas: um papel, um lápis, uma borracha, um cigarro e assim por diante. A existência dessas coisas visuais envolve dois fatores. O que está incluído em uma coisa torna-se uma unidade, e essa unidade é segregada de seu ambiente. Para me certificar de que isso é mais do que uma mera questão verbal, eu poderia também tentar formar outras unidades em que partes de uma coisa visual e partes de seu ambiente estariam juntas [em uma mesma unidade] (*ibid.*, p. 137).

Nesse caso, o vemos como o campo visual é dividido em duas unidades: uma forma que reconhecemos como “figura”, e outra que reconhecemos como “fundo”. A área do campo visual que é agrupada na unidade de “figura” ganha como traço característico a “substancialidade de algo” (DINISHAK, 2008, p. 64), enquanto o ambiente (o “fundo”, em oposição à “figura”) aparece como comparativamente “solto”. Essa divisão, no entanto, pode se reconfigurar enquanto forma novas *Gestalten*, constituindo novas unidades do que, na imagem, se forma como ora “figura” ora como “fundo”.

O agrupamento da experiência visual em unidades de “figura” e “fundo” é uma das maneiras em que a mente pode organizar os estímulos visuais. Em 1923, Wertheimer publicou um artigo apresentando os princípios da *Gestalt* sobre a organização sensorial. Dentre eles, está elencada a “tendência de organizar as percepções do objeto (a figura) que está sendo visto e do

fundo (a base) sobre o qual ele aparece.” (SCHULTZ; SCHULTZ, 2020, p. 299). Ou seja, há uma propensão em destacar-se uma figura em relação a um fundo. Juntamente a essa, a *Gestalt* postula outros princípios que tendem a formar unidades perceptivas.

O princípio do *preenchimento*, por exemplo, diz que a percepção humana tem a tendência a completar figuras incompletas. Se olharmos para o desenho de um quadrado que não está completo (algum de seus seguimentos de reta possui uma parte que está “aberta”), tendemos a vê-lo como completo mesmo assim. Os outros princípios são os seguintes: de *proximidade*, que diz que partes próximas umas às outras no tempo e no espaço tendem a ser percebidas juntas, pois parecem estar unidas; de *semelhança*, segundo o qual há uma tendência a vermos partes similares como se estivessem juntas, formando um grupo; de *continuidade*, que assume que a percepção costuma conectar as partes de modo que formem padrões contínuos, ou pareçam fluir em uma direção específica; de *simplicidade*, de acordo com o qual somos inclinados a buscar por composições mais simples, simétricas e estáveis – de modo geral, mais equilibradas.

Nesse sentido, a percepção seria guiada por certos princípios que direcionam as tendências de organização das experiências sensíveis para a formação de determinadas unidades. No entanto, para os gestaltistas, os princípios da organização sensorial não dependem de processos mentais superiores, nem de experiências anteriores, mas se encontram nos próprios estímulos perceptivos. De acordo com Köhler, muitos teóricos, como os adeptos do que ele chama de *empiristic explanation*,<sup>17</sup> argumentam que entidades específicas são segregadas dos campos visuais apenas na medida em que elas representam objetos conhecidos (KÖHLER, 1992, p. 139-140). Portanto, para os adeptos da *empiristic explanation*, a organização é a projeção de significado na percepção e, por isso, entidades são separadas no campo visual quando são definidas como objetos conhecidos. No exemplo apresentado acima dos objetos observados em uma mesa, seria equivalente a dizer que apenas segregamos um papel, um lápis ou uma borracha como uma “figura” em um “fundo” (que é a mesa) porque já conhecemos esses objetos e, inclusive, temos nomes e conceitos para identifica-los. Porém, Köhler argumenta que a organização acontece até em casos em que não conhecemos as entidades percebidas, como quando olhamos para um canto escuro à noite, ou quando ficamos tentando identificar objetos desconhecidos em paisagens. Além disso, em alguns casos, experienciamos

---

<sup>17</sup> Köhler argumenta diversas vezes, em seu texto, contra o que ele chama de *empirists* ou *empiristic explanation*, que aparece, também, como *meaning theory* em outros momentos. Essa seria uma referência aos psicólogos que tendem a explicar o máximo de fatos mentais por aprendizados em experiências anteriores. Sobre isso, ver: DINISHAK, 2008, p. 66.

organizações "espontâneas", que não são organizações que já conhecíamos antes. O autor afirma:

Eu frequentemente me encontro diante de uma coisa desconhecida que está destacada de seu ambiente como um objeto particular, enquanto, ao mesmo tempo, sou completamente incapaz de dizer o que essa coisa é. Podemos descobrir só depois sua natureza nesse sentido (KÖHLER, 1992, p. 140).

Seguindo esta linha de pensamento, Köhler acredita que o nosso conhecimento sobre o significado das coisas não pode ser responsável pela existência de unidades visuais destacadas. Por isso, Köhler acredita que a organização da percepção visual não acontece no pensamento, nem é resultado de uma projeção de significado adquirida no campo visual, mas pertence totalmente à experiência visual, tanto quanto as cores, por exemplo. Portanto, a organização não é um ato intelectual adicionado à experiência sensorial, mas um “fato sensorial” (DINISHAK, 2008, p. 72).

### **2.3 Adentrando a gramática da percepção: relações entre Wittgenstein e Köhler**

Façamos agora um aprofundamento. Vimos, anteriormente que uma determinada organização sensorial que se forma em nossa percepção sobre algo é apenas uma dentre as muitas organizações possíveis, dado um mesmo estímulo retinal. No entanto, a possibilidade de reconfiguração de *Gestalten*, ou seja, o surgimento de novas organizações a partir dos mesmos estímulos sensoriais, não se dá por processos de atribuição de significado à percepção. A partir disso, uma pergunta que surge para Köhler é: de que maneira o sistema perceptivo se assenta sobre uma determinada organização dentre as muitas possíveis? Ao elaborar uma resposta, Köhler fundamenta a formação de organizações sensoriais com uma espécie de neurologia ensaística, afirmando que “a organização em totalidades separadas é o resultado de processos fisiológicos dinâmicos, fluidos e, ainda sim, ordenados” (DINISHAK, 2008, p. 71). Ela é “‘original’ ou ‘natural’ – um ‘fato sensorial’ primitivo” (*ibid.*, p. 72) que constitui uma “conquista característica do sistema nervoso” (KÖHLER, 1992, p. 160). Ou seja, a organização é intrínseca à experiência sensorial. Nesse sentido, a teoria é justificada por um argumento neurológico, segundo o qual há um isomorfismo entre fatos psicofísicos e fatos fisiológicos: um fato psicofísico representa um fato fisiológico, de forma que “eventos dinâmicos (entre constelações de estímulos) no campo sensorial refletem eventos dinâmicos no sistema nervoso” (DINISHAK, 2008, p. 73).

No entanto, a explicação neurológica sobre o funcionamento da organização sensorial é de pouco interesse para esta pesquisa, até mesmo porque o próprio Köhler afirma que suas considerações sobre os mecanismos fisiológicos da organização devem ser consideradas mais como uma hipótese em andamento do que uma teoria bem desenvolvida, pois ainda não havia, em sua época, uma neurologia avançada o suficiente para explicar detalhadamente os processos fisiológicos do cérebro (*ibid.*, p. 73). Além disso, nosso maior interesse com a Teoria da *Gestalt* é mostrar como as considerações de Köhler serviram como pontapé inicial para o interesse gramatical de Wittgenstein nas descrições e abordagens teóricas da apreensão de aspectos. Nesse sentido, compreenderemos, mais à frente neste capítulo, que o que se mostrará relevante nesta última explicação de Köhler é o fato de que ela pressupõe que: a) há uma separação estrita entre a formação de *Gestalten* e processos de pensamento, como imaginação e atribuição de significado; b) quando percebemos diferentes organizações, percebemos, também, objetos visuais diferentes; e c) por conta de (a) e (b), sua teoria parece sugerir que as organizações sensoriais são entidades mentais privadas, que surgem como resultados de mudanças nos estímulos perceptuais. Sobre isso, Dinishak diz:

Köhler argumenta que a organização visual não é o resultado da projeção do significado adquirido no campo visual. Além disso, a organização “pertence” à experiência visual tanto quanto as propriedades visuais paradigmáticas, como as cores. Dito de outra forma, a organização não é um ato intelectual adicionado à experiência sensorial; é um “fato sensorial” não menos que as cores. (*ibid.*, p. 2).

Tendo isso em vista, podemos compreender melhor o interesse de Wittgenstein nas considerações de Köhler. Como vimos no capítulo anterior, Wittgenstein se interessa fortemente pelos apontamentos da Teoria da *Gestalt*, não por conta de suas explicações psicológicas dos fenômenos perceptivos, mas pelo fato de a *Gestalt* ter chamado atenção para uma complexa região da gramática da nossa linguagem. Os gestaltistas salientam que a percepção costuma fazer algo a mais do que apenas ver o que está diante de nossos olhos. E, a partir de suas leituras e reflexões, Wittgenstein começa a identificar evidências linguísticas desse tipo de ocorrência na gramática de nossos jogos de linguagem sobre a percepção, levantando diferentes questões sobre o tema.

Wittgenstein se debruça sobre a gramática do “ver como” principalmente porque, como vimos no capítulo anterior, o “notar um aspecto” – nos termos da *Gestalt*, uma mudança de organização sensorial – parece evocar uma antinomia, pois algo muda em nossa percepção enquanto, ao mesmo tempo, nada parece ter mudado. Buscando dissolver o que parece ser uma confusão gramatical, Wittgenstein inicia sua discussão pondo em evidência a distinção

gramatical entre os usos do termo “ver” e da expressão “ver como” – expressão que apresentaria, na linguagem, o fenômeno de apreensão de aspectos – apresentando, a partir disso, suas caracterizações gramaticais.

### **2.3.1 Semelhanças: combatendo tendências reducionistas de pensamento**

Antes de nos voltarmos às considerações gramaticais sobre o aspecto, é preciso salientar que a Teoria da *Gestalt* se aproxima da filosofia wittgensteiniana na medida em que tenta realizar, na psicologia, algo similar ao que Wittgenstein pretendia efetuar na filosofia da linguagem. Os gestaltistas pretendiam se aproximar mais da experiência perceptiva como ela é na vida ordinária, acreditando que, para isso, deveriam se voltar contra a busca essencialista pelos elementos atômicos da percepção. Isso porque, ainda que encontrassem esses elementos, eles não dariam conta de explicar o que de fato fazemos em termos perceptivos, já que a percepção forma unidades que não podem ser compreendidas a partir dos meros estímulos sensoriais.

De forma análoga, Wittgenstein questiona a busca incessante na tradição da filosofia da linguagem por encontrar os elementos atômicos que estariam na base dos processos de afiguração. Podemos afirmar, ainda, que Wittgenstein diagnostica essa como sendo uma das principais fontes de problemas não somente na filosofia da linguagem, mas em toda a filosofia, pois a busca pelas “essências” nos distancia da experiência cotidiana, também, quando fornece sentido explicativo às palavras da linguagem corrente. Isso é o que ocorre, por exemplo, quando filósofos acreditam poder encontrar a essência da *alma* na formulação de suas teses filosóficas, enquanto podemos diagnosticar, ao atentar para a gramática, que “alma” é uma palavra que utilizamos em diversos jogos de linguagem, sem que haja, para ela, um sentido unívoco mais fundamental. Esse tipo de busca se origina na errônea tentativa de encontrar uma referência para a palavra “alma” da mesma forma como podemos encontrar para a palavra “mesa”, ou “pão”, e na crença de que essa referência seria seu sentido mais essencial. É a partir desse tipo de diagnóstico que Wittgenstein pretende combater as tendências de pensamento que nos levam em direção às confusões filosóficas:

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e buscam captar a *essência* da coisa, deve-se sempre perguntar: Será que essa palavra é de fato usada assim, em algum momento, na linguagem que é seu lugar de origem? – *Nós* reconduzimos as palavras de seu emprego metafísico novamente a seu emprego cotidiano. (PI, §116).

Assim, podemos compreender que a Teoria da *Gestalt* se aproxima da filosofia de Wittgenstein na medida em que reconhece, na psicologia, uma tendência de pensamento relacionada a um distanciamento da experiência cotidiana, similar à combatida por Wittgenstein em sua terapia gramatical: a tendência reducionista a buscar os fundamentos mais elementares, que permitiriam compreender os níveis mais complexos da experiência. Segundo Dinishak, Wittgenstein e Köhler compartilham interesses, além de compartilhar “compromissos metodológicos na medida em que expõem falsas dicotomias e visualizam um novo espaço intelectual” (DINISHAK, 2008, p. 122). Além disso, a autora afirma o seguinte:

No que diz respeito ao objetivo conjunto de retratar adequadamente nosso ponto de vista pré-teórico, ambos os pensadores vislumbram sua contribuição no sentido de nos ensinar a perceber o que está diante de nossos olhos. (*ibid.*, p. 122).

No entanto, apesar das semelhanças, ao se debruçar sobre a gramática do aspecto, Wittgenstein identifica importantes características que parecem ter sido ignoradas pela *Gestalt* em suas descrições teóricas sobre o aspecto. Podemos nos voltar, agora, para as considerações gramaticais de Wittgenstein a respeito do “ver como”. Em seu *Dicionário Wittgenstein*, Glock diz:

Köhler se aproxima de Wittgenstein ao rejeitar o ponto de vista reducionista, segundo o qual construímos objetos perceptuais a partir de dados brutos. Infelizmente, o tratamento que dá ao fenômeno da revelação de aspectos reifica as *Gestalten*. Sustenta que, na percepção de aspectos, não vemos um único objeto sob diferentes aspectos; vemos dois “objetos visuais” ou “realidades visuais” diferentes. (GLOCK, 1998, p. 52).

Tendo chegado a este ponto da discussão, podemos compreender, de maneira mais aprofundada, as motivações para a distinção apresentada no capítulo anterior entre os usos da expressão “ver” e da expressão “ver como”. Ao realizar seus apontamentos sobre as semelhanças e diferenças entre os usos do “ver” e do “ver como”, Wittgenstein diagnostica que as teorizações de Köhler incorrem em abusos gramaticais, oriundos de sua tendência a enfatizar demais as semelhanças entre esses usos, a ponto de negligenciar diferenças gramaticais importantes.

### **2.3.2 Dessemelhanças: os problemas da dieta unilateral de exemplos**

O principal problema do aparente paradoxo envolvendo a mudança de *Gestalten*, na teorização de Köhler, é desenvolver uma fundamentação que clarifique de que maneira somos capazes de perceber uma modificação nos arranjos perceptivos, mesmo que não possamos

traçar mudanças materiais no campo visual. Uma saída possível para o impasse é a afirmação de que a reorganização ocorre devido a uma projeção de significado na percepção, já que não podemos traçar as mudanças nas imagens externamente – resposta da qual Köhler pretendia se distanciar, afirmando não haver, no rearranjo perceptivo, qualquer processo de interpretação significativa dos estímulos envolvendo “processos mentais superiores”:

Houve um tempo em que o notável comportamento das *Gestalten*, particularmente a invariância de suas formas sob condições de transposição, era geralmente interpretado como prova de que processos mentais superiores estavam envolvidos (cf. p. 176). Do nosso ponto de vista atual, entretanto, a organização sensorial aparece como um fato primário que surge da dinâmica elementar do sistema nervoso. (KÖHLER, 1992, p. 199).

Por isso, na tentativa de dar conta da ideia de que podemos ver um objeto de diferentes maneiras, Köhler fundamenta sua teoria a respeito da organização sensorial nos pressupostos apresentados anteriormente, que tomam casos de “ver como” como resultados de alterações nos estímulos perceptivos. Ele descreve, portanto, a alteração de um aspecto como uma alteração nos próprios objetos visuais. Köhler admite que, a partir da revelação de um aspecto, dois objetos visuais diferentes “se distinguem quanto à organização, que é, tanto quanto a cor ou a forma, um traço pertencente a esses objetos” (GLOCK, 1998, p. 52). Assim, em uma mudança de organização, há uma mudança na imagem retinal, da mesma forma que uma mudança nos estímulos deve acontecer para que vejamos uma alteração de cor.

Köhler sustenta, portanto, que não vemos um objeto sob diferentes aspectos, mas que vemos dois objetos visuais diferentes, como duas realidades visuais. Sobre isso, Naomi Eilan diz o seguinte: “Köhler insistiu que, em cada caso, nos deparamos com um novo objeto visual. Não há nada sendo transportado, visualmente falando, para ser interpretado de forma diferente.” (EILAN, 2013, p. 5).<sup>18</sup> Logo em seguida, a autora apresenta a seguinte citação de Köhler sobre o rearranjo perceptivo:

Enquanto *realmente* tivermos o primeiro [aspecto], ou seja, como atual na visão, o outro será absorvido no ambiente geral, que opticamente *não tem forma real* no momento. Quando a segunda forma se torna uma realidade visual, a primeira desaparece. (KÖHLER apud EILAN, 2013, p. 5).

A explicação de Köhler sugere, portanto, que a mudança que deve ocorrer para que possamos ver o mesmo objeto de uma nova forma é uma mudança em nossa percepção interna. Ela insinua, como afirma Glock, que “o que se altera nos casos de revelação de um aspecto é o modo como percebemos as relações (espaciais) entre os elementos da figura” (GLOCK, 1998,

---

<sup>18</sup> Todas as citações de “On the Paradox of Gestalt Switches: Wittgenstein’s Response to Köhler” (Eilan, 2013) foram traduzidas do inglês por mim.



p. 52), o que faz com que os gestaltistas transformem o aspecto em uma entidade mental privada. À vista disso, a teorização de Köhler faz com que defenda os pressupostos (a), (b) e (c) apresentados anteriormente.

A partir dessa explicação, podemos compreender que os apontamentos gramaticais de Wittgenstein a respeito das diferenças entre os usos do verbo “ver” surgem da insatisfação quanto à resolução de Köhler da antinomia envolvendo a revelação de aspectos. Wittgenstein diagnostica que a descrição teórica de Köhler é apenas uma descrição que enfatiza as semelhanças gramaticais entre o “ver” e o “ver como”, e não uma descrição que tem profundidade explicativa. Em uma das poucas passagens que cita diretamente o nome de Köhler, o filósofo austríaco critica um exemplo apresentado pelo gestaltista em que afirma que, ao vermos, em um mapa do mar Mediterrâneo, a Itália como fundo e o mar como figura, experienciamos uma forma concreta completamente diferente da percepção anterior à revelação do aspecto:

Quando se deixa de reconhecer o mar Mediterrâneo num mapa que está colorido de maneira diferente, *isso* não mostra que aqui esteja *realmente* dado um outro objeto visual. (O exemplo de Köhler.) Isso poderia, no máximo, fornecer uma razão plausível para um determinado *modo de expressão*. Não é de forma alguma o mesmo dizer “Isso mostra que aqui ele realmente é visto de duas maneiras” – e “Nessas circunstâncias seria melhor falar de ‘dois objetos visuais diferentes’”. (RPP I, §1035).

Com suas considerações, Wittgenstein nos mostra que a gramática dos nossos conceitos psicológicos fundamenta a ênfase de Köhler, pelo menos em certo grau. Há, de fato, muitas semelhanças entre casos de uso do “ver” e do “ver como”, o que pode nos levar a pressupor uma distância entre experiências de apreensão de aspectos e atividades interpretativas ou de significação. Em dado momento da Segunda Parte das *Investigações*, Wittgenstein realiza o seguinte comentário sobre a gramática do “ver como”:

Vejo realmente cada vez algo diferente, ou apenas interpreto o que vejo de modo diferente? – Estou inclinado a ficar com o primeiro. Mas por quê? – Interpretar é um pensar, um agir; ver é um estado.  
Ora, os casos em que *interpretamos* são fáceis de reconhecer. Se interpretamos, fazemos hipóteses que podem se revelar falsas. – “Vejo esta figura como um...” é tão pouco verificável (ou apenas no sentido) quanto “vejo um vermelho brilhante”. Há portanto uma semelhança no emprego de “ver” em ambos os contextos. Apenas não pense que você já sabia o que “estado de ver” significa aqui! *Aprenda* o significado por meio do uso. (PPF, xi, p. 206).

Nesse parágrafo, Wittgenstein afirma que a apreensão de aspectos pode ser diferenciada de casos de interpretação por algumas vias (i.e., o aspecto não é verificável como uma hipótese interpretativa; e não é pensado da mesma maneira que uma hipótese), de modo que podemos

traçar semelhanças entre os dois empregos da palavra “ver”. Muitas aproximações são possíveis se observarmos os mais variados casos de uso. O perigo, no entanto, é considerar apenas alguns desses usos, em uma tentativa de sustentar sua teoria sobre o fenômeno, assumindo pressupostos que não podem ser justificados pelas evidências gramaticais – isso seria, justamente, ignorar a importância do uso e a complexidade da gramática das expressões. Por isso, o filósofo austríaco afirma:

Você diz que vejo dois objetos visuais diferentes, que apenas têm algo em comum um com o outro. Pois com isto você está apenas enfatizando certas analogias às custas de outras. Essa ênfase, porém, ainda tem de ser justificada gramaticalmente. (RPP I, §879).

Nesse sentido, o erro de Köhler não foi realizar uma aproximação entre a “percepção comum” e a experiência particular de apreensão de aspectos – o que pode ser sustentado gramaticalmente – mas enfatizar demais essa analogia a ponto de negligenciar diferenças importantes. Para exemplificar uma dessas diferenças, Wittgenstein evoca o seguinte jogo de linguagem:

Dizer “vejo-o agora como...”, teria tido para mim tão pouco sentido quanto dizer, à vista de faca e garfo: “Vejo-os agora como faca e garfo”. Essa expressão não seria compreendida. – Tampouco esta: “Agora isto é para mim um garfo” ou “Isso pode ser também um garfo”. (PPF., xi, p. 190)

Nessa passagem, Wittgenstein nos apresenta um jogo corriqueiro em que, diante de uma lida normal com garfos e facas, alguém diz: “Vejo-os agora como faca e garfo”. O filósofo nos revela que esse lance não é significativo neste jogo, pois não podemos, para qualquer caso, tratar o “ver” da mesma maneira que tratamos o “ver como”. Não faz sentido, nesse contexto, dizer que vejo um garfo como um garfo. O lance, pela sua falta de sentido, nos mostra um limite na gramática do “ver”, evidenciando que não podemos falar em notar aspectos em certos jogos de linguagem. Há, portanto, alguns contextos nos quais a expressão “ver como” não pode ser utilizada do mesmo modo que o verbo “ver”.

Segundo Dinishak, a desvantagem fundamental em favorecer qualquer analogia é que isso pode dificultar a apreciação de outras comparações possíveis: “Para Wittgenstein, tal unilateralidade é uma forma de preconceito intelectual” (DINISHAK, 2008, p. 122). Também dialogando com Köhler, Wittgenstein diz o que se segue:

Se pensarmos nas correntes na retina (ou algo do tipo), gostaríamos de dizer: “Então o aspecto é tão bem ‘visto’ quanto a forma e a cor”. Mas como será que uma hipótese como essa podia ajudar-nos a formar essa convicção? Bem, ela corrobora a **tendência** para aqui dizer que *víamos* duas formações distintas. Mas se a questão é fundamentar essa tendência, ela deve ter seu fundamento em outro lugar. (RPP I, §1024).

“A organização da imagem visual se altera.” – Sim, é isso que eu também gostaria de dizer.” Isto é análogo ao caso em que alguém dissesse “Tudo ao meu redor me parece irreal” – e um outro replicasse: “Sim, eu conheço esse fenômeno. É bem assim que eu também gostaria de exprimi-lo”. (*ibid.* §535).

Nessas passagens, Wittgenstein nos alerta que a descrição de Köhler não tem profundidade explicativa, ela apenas pode mostrar algumas das relações que podemos estabelecer gramaticalmente entre o “ver” e o “ver como”. Köhler utiliza sentenças similares a “A organização da imagem visual se altera” como se isso fosse uma explicação satisfatória sobre o fenômeno da organização sensorial. Essa é, no entanto, apenas uma das descrições possíveis do que percebemos com a alteração de um aspecto, que salienta apenas algumas das características desse tipo de experiência – que podem ser mais facilmente associadas a outros usos do “ver”. Mas, para que pudesse fundamentar sua teoria, Köhler precisou ignorar outras características gramaticais do “ver como”, que se diferenciam mais fortemente dos usos típicos do “ver” (mostrarei, logo a seguir, algumas dessas características).

Os gestaltistas caem, portanto, no típico erro em que caem a maioria dos teóricos: utilizar as palavras da linguagem corrente com um peso explicativo, acreditando alcançar, assim, um exame mais minucioso do fenômeno. Além disso, para justificar suas teorias, se utilizam de um recurso que é, segundo Wittgenstein, a principal causa das doenças filosóficas: a dieta unilateral na qual alimentam seu pensamento com apenas uma espécie de exemplos (PI §593). O autor afirma:

A pergunta “O que você vê?” recebe diferentes tipos de descrição como resposta. – Se agora alguém diz: “É claro que vejo o aspecto, a organização. Vejo-as tão bem quanto as formas e as cores” – o que isso deve significar? Que se conta tudo isso como parte do “ver”? Ou que aqui, de todo modo, existe a maior semelhança? – E o que posso dizer quanto a isso? Posso apontar semelhanças e dessemelhanças. (RPP I, §964).

De certo modo, é como se a explicação de Köhler para a mudança na organização sensorial resolvesse apenas um dos lados da antinomia: Em “o ‘ver como...’ [...] é como um ver e também não é como um ver” (PPF, xi, p. 191), Köhler pretende explicar apenas de que maneira o “ver como” é como um “ver”, baseando nisso toda sua teoria sobre o funcionamento da percepção – sem considerar em que sentidos, também, o “ver como” não é como um “ver”. O descuido dos gestaltistas é, portanto, salientar demais a semelhança entre os dois usos, baseando nessa semelhança toda sua teoria, sem perceber que, para fornecer uma consideração gramatical completa do “ver como”, precisamos observar as mais variadas espécies de usos, e não apenas as que fortalecem a teoria que o autor pretendia defender.

## 2.4 Outras aproximações gramaticais: vontade, pensamento, imaginação, e cegueira para aspectos

Vejam, agora, evidências gramaticais de que os usos do “ver como” se distanciam, pelo menos em algum grau, de casos de uso do “ver”. Ao se atentar apenas às semelhanças entre os dois usos do “ver”, Köhler não dá a devida atenção, por exemplo, à atuação da vontade no notar aspectos. No §971 das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, Wittgenstein apresenta um enigma gráfico que também está presente na Segunda Parte das *Investigações*, o qual o autor denomina “dupla cruz” (PPF, xi, p. 201). Nele, temos uma imagem dentro da qual há duas cruzes intercaladas, uma branca e outra preta:



Figura 1 – Dupla cruz

A imagem pode ser vista de diferentes formas, de modo que cada descrição revela um aspecto diferente que pode ser notado nela. Podemos ver a imagem como uma cruz branca em um fundo preto; como uma cruz preta em um fundo branco; como quatro triângulos brancos apontando para o centro em um fundo preto; como um guarda-sol aberto visto de cima, etc. (quantos aspectos pudermos descrever). É possível que alguém que olhe para a imagem veja, em um primeiro momento, somente a cruz preta sobre o fundo branco. Em um caso como esse, outra pessoa pode descrever à primeira: “Veja a imagem como um guarda-sol aberto visto de cima”; e, quem ouve a descrição poderá tentar ver a imagem da forma como foi descrita. Nesse caso, Wittgenstein adverte, vemos que se pode olhar para a imagem de uma ou de outra forma e, além disso, a mudança de aspecto está submetida à vontade. Nas palavras do próprio filósofo, vemos o seguinte: “Aquilo de Köhler não trata é o fato de que se pode *olhar para* a figura 2 deste ou daquele jeito, de que o aspecto, ao menos até certo grau, está submetido à vontade.” (RPP I, §971).

O aspecto está relacionado à vontade não no sentido de que vemos aspectos à vontade, mas no sentido de que faz parte de sua gramática que ele esteja sujeito à vontade: ao chamar atenção para a revelação de um aspecto através de uma descrição, estamos, muitas vezes, tentando fazer com que o outro se esforce para ver um aspecto determinado. Na Segunda Parte das *Investigações*, o autor também comenta sobre a atuação da vontade nos casos de revelação

de um aspecto: “O ver um aspecto e o representar-se dependem da vontade. Há a ordem: ‘represente-se *isso!*’ e esta: ‘veja agora a figura *assim!*’; mas não: ‘Veja agora a folha verde!’” (PPF, xi, p. 206). Este é um apontamento sobre a gramática do “ver como” que mostra que ele se diferencia, pelo menos em certo grau, de outros usos do “ver”. Em outros jogos de linguagem, a vontade não pode atuar sobre o “ver” da mesma forma que atua em casos de “ver como” – como é o caso do lance inválido citado na seção anterior, em que alguém profere, diante de uma lida corriqueira com talheres: “Vejo-os agora como faca e garfo” (PPF, xi, p. 190).

Além disso, alguns casos de apreensão de aspectos também parecem se relacionar a outras atividades que fazemos que se distanciam dos usos típicos de “ver”. A atuação da vontade nos casos de “ver como” mostra que esses casos parecem envolver, também, o acionamento da imaginação, pois é através dela que podemos, voluntariamente, fazer surgir um novo aspecto em uma mesma figura materialmente inalterada. A seguinte passagem, exemplifica o que pretendo dizer:

O aspecto está sujeito à vontade. Não posso ver algo vermelho se ele me parece azul, e não faz sentido dizer “Veja isto vermelho”; pelo contrário, o que faz sentido é “Veja isto como...”. E parece ser essencial ao aspecto que ele seja (ao menos até certo grau) voluntário, assim como é para a imaginação que ela também o seja. [...] É essencial que se possa dizer: “Agora o veja *assim*” e “Imagine...!”, pois isto está conectados com o fato de o aspecto não nos “informar” nada sobre o “mundo exterior” (RPP I, §899).

Desse modo, não parece fazer sentido, no caso de uma lida comum com garfos e facas, dizer: “Vejo-os agora como faca e garfo”, diferentemente de como faz sentido dizer, diante da imagem figurada das cruzes branca e preta (RPP I, §971): “Veja a imagem como um guarda-sol aberto visto de cima”. Neste primeiro caso, não faz sentido, gramaticalmente, dizer que posso fazer um esforço imaginativo, voluntário, para ver garfo e a faca, pois esse sentido de “ver” não admite a relação com essas palavras. Quando digo, em um contexto normal, que vejo um garfo, esse proferimento se relaciona muito mais com a atividade de fornecer uma informação sobre o que vejo, ou simplesmente comunicar o que vejo, do que com a atividade de imaginar algo sobre o que está sendo visto, como é o caso da figura em RPP I §971.

Ademais, uma das evidências apontadas por Wittgenstein de que parecem haver relações entre a percepção de aspectos e atividades imaginativas é o caso do que chama de “cegueira para aspectos” (*Aspektblindheit*). A cegueira para aspectos pode ser compreendida como a condição de não conseguir perceber certas unidades perceptivas ou mudanças de aspecto, apesar de não haver nenhuma insuficiência sensorial por parte do perceptor. Um cego para aspectos não tem qualquer dificuldade em descrever o que vê diante de seus olhos, mas

não consegue voluntariamente fazer a mudança de um aspecto para outro em uma mesma experiência perceptiva:

O cego para aspectos não pode ver os aspectos A mudarem. Mas também não deve reconhecer que a dupla cruz contém uma cruz negra e uma branca? Então ele não vai poder levar a cabo a tarefa: “Mostre-me entre essas figuras aquela que contém uma cruz negra?” Não. Isso ele pode, mas ele não deve dizer: “Agora é uma cruz negra sobre um fundo branco!” (PPF, xi, p. 207).

Nesse sentido, o cego para aspectos não tem qualquer dificuldade tipicamente fisiológica, mas demonstrará uma “atitude distinta da nossa com relação a figuras” (RPP II, §479) – com efeito, a cegueira para aspectos parece estar, para Wittgenstein, fortemente relacionada a uma deficiência em compreender um determinado uso de uma figura ou sentença. Na Segunda Parte das Investigações, o autor afirma o seguinte sobre a cegueira para aspectos:

A importância desse conceito reside na relação entre os conceitos ‘ver um aspecto’ e ‘vivenciar a significação de uma palavra’. Pois queremos perguntar: “O que escaparia àquele que não *vivencia* a significação de uma palavra?”. (PPF, xi, p. 207)

Esses apontamentos sobre a diversificação gramatical dos usos do “ver como” se distanciam cada vez mais do que os teóricos da *Gestalt* propuseram com sua afirmação de que a mudança de aspectos se dá pela percepção de realidades ou objetos visuais diferentes, em um mecanismo que não envolve qualquer atuação de processos de significação ou pensamento. As evidências de que a apreensão de aspectos se relaciona a processos imaginativos nos dão motivos para concordar com Wittgenstein: a proposta dos gestaltistas enfatizava demais as relações entre o “ver como” e o “ver”, deixando de lado os casos em que o “ver como” se aproxima de atividades imaginativas e de pensamento.

Com isso, no entanto, Wittgenstein não pretende afirmar que o aspecto se dá de modo interno à mente, como um objeto privado. As relações que Wittgenstein estabelece entre o “ver como” e atividades de pensamento parecem dizer respeito justamente à importância do uso e da gramática para a consideração dessas experiências. No §125, o autor apresenta um caso de revelação de um aspecto que se diferencia de usos gráficos do “ver como”, como a dupla cruz ou o pato-coelho de Jastrow. O autor narra uma experiência na qual temos a sensação de que “tudo parece não ser *real*”:

A sensação de irrealidade dos arredores. Uma vez eu tive essa sensação, e muitos a têm antes da irrupção de doenças mentais. De alguma forma, tudo parece não ser *real*; mas não como se *víssemos* as coisas de maneira confusa e indistinta; tudo parece bem como de costume. E como sei que uma outra pessoa sentiu o mesmo que senti? Porque ela usa as mesmas palavras que eu também considero serem as apropriadas. (RPP I, §125).

Wittgenstein utiliza esse exemplo para mostrar que o significado das palavras não está na mente, pois não entendemos a descrição de uma sensação buscando por algo igual a ela dentro de nós – como se reconhecêssemos a sensação internamente. Ele diz que, para que possamos compreender o que seja essa sensação, o falante deve empregar certas palavras, que ambos sabem serem as palavras adequadas para descrever a situação. Essa descrição, no entanto, não é uma descrição do que está sendo visto objetivamente, pois não é “como se *víssemos* as coisas de maneira confusa e indistinta”, mas, mesmo assim, podemos dizer que temos a sensação de irrealidade. Essa é, portanto, uma descrição que emprega novas maneiras de utilizar as palavras, com o objetivo de descrever ao outro um aspecto no que é percebido. Wittgenstein segue, ainda no mesmo parágrafo:

Entretanto, por que escolho precisamente a palavra “irrealidade” para exprimi-la? Não é por causa de como ela soa [...]. Eu a escolho por causa de seu significado. Acontece, porém, que eu não aprendi a usar essa palavra significando *uma sensação*. Não; mas eu a aprendi com um determinado significado e agora a uso *desse jeito* espontaneamente. Poderíamos dizer o seguinte – embora isso possa levar a enganos: Se eu aprendi a palavra com seu significado ordinário, então agora escolho *esse significado* como um símile de minha sensação. Naturalmente, porém, aqui não se trata de um símile, de uma comparação da sensação com algo distinto dela. (*ibid.* §125)

Segundo a descrição autor, esse uso funciona como uma espécie de descrição analógica, em que empregamos a palavra “irreal” para descrever não um objeto da percepção, mas um aspecto que pode ser percebido. Mas isso não acontece porque se trata de fato de um símile, como se comparássemos uma sensação interna com algo externo (o signo) para expressá-la. O que acontece, como explica no parágrafo seguinte, é que “uso uma palavra, portadora de uma outra técnica, como expressão de uma sensação” (*ibid.* §126). É uma nova maneira de usar a palavra, uma espécie de expressão figurada. Essa forma de explicar o sentido de uma expressão como “Sinto que tudo parece não ser real” desafia a tendência a dizer que seu sentido reside no fato de que exprimimos algo interno, de que o sentido está no sentimento:

[...] eu a uso de uma nova maneira. Em que consiste essa nova maneira de usá-la? Bem, uma das coisas é que eu *digo*: tenho uma “sensação de irrealidade” – isto é, depois de eu ter aprendido o uso da palavra “sensação” da maneira habitual. (*ibid.* §126).

Para que a expressão tenha sentido, devemos ter aprendido o uso dos conceitos de “sensação” e de “irrealidade” de sua maneira habitual, e empregar, depois, um novo uso, para fazer ver uma nova conexão entre elas. Se a expressão for um lance válido em seu jogo de linguagem, e o falante conseguir fazer ver o aspecto que pretende mostrar, tudo será compreendido. Wittgenstein chama atenção, portanto, para o modo em que o aspecto se

assemelha, pelo menos em alguns casos, mais à aplicação de certas técnicas (certos modos de lidar com a percepção e com determinadas descrições) do que à descrição de um estado (o estado da visão ou da sensação): “A expressão do aspecto é a expressão de uma apreensão (portanto, de uma maneira de lidar, de uma técnica); mas é usada como descrição de um estado.” (*ibid.* §1025).

## 2.5 O caráter conceitual dos aspectos

A partir das discussões anteriores, observamos que, com o intuito de mostrar que a descrição de Köhler salientava apenas os sentidos nos quais o “ver como” se aproxima dos usos do “ver”, Wittgenstein apresenta muitos exemplos de como o “ver como” pode ser associado a outros tipos de atividades. O filósofo austríaco pretendia demonstrar, através de seus apontamentos gramaticais, que a relação estabelecida por Köhler ignorava traços característicos de experiências de notar aspectos, e nisso reside a força de sua teoria. Quando mostramos, portanto, outras relações possíveis, que salientam as diferenças entre o “ver como” e o “ver”, a fundamentação de Köhler se mostra um abuso teórico, orientado pela falta de clareza a respeito da gramática do “ver como” e seus conceitos afins.

Tendo isso em vista, Wittgenstein menciona diversas vezes que o notar um aspecto parece se relacionar a atividades em que há atuação de pensamento, além de mencionar atividades de significação e conceitualização em diferentes passagens:

A revelação de um aspecto aparece entre vivência visual e pensamento. (PPF, xi, p. 192).

Aqui é *difícil* ver que se trata de determinações conceituais. Um *conceito* impõe-se (Isso você não deve esquecer). (*ibid.*, xi, p. 198).

É quase como se o ‘ver o signo nesse contexto’ fosse um eco de um pensamento. (*ibid.*, xi, p. 205).

O que vejo é – em oposição a Köhler – precisamente um *significado*. (RPP I, §869).

Contudo, há discordâncias interpretativas em relação ao que essas passagens querem dizer. A partir delas, algumas perguntas podem ser levantadas: Wittgenstein pretendia apenas apresentar contraexemplos para minar a pretensão teórica de Köhler, ou ele estava também propondo que a revelação de aspectos pode ser compreendida em termos do estabelecimento de relações conceituais? Se for o primeiro caso, então por que ele parece falar sobre uma atuação conceitual sobre a percepção? E o que significa falar em “relações conceituais” em seus



esclarecimentos sobre o “ver como”? Nos encaminharemos, a seguir, para uma discussão a respeito do caráter conceitual dos aspectos.

Em alguns de seus apontamentos, Wittgenstein parece sugerir haver diferentes tipos de percepção de aspectos. De acordo com Glock, o filósofo austríaco admite uma diferença entre os “tipos de ‘ver como’”, que variam de acordo com o grau de pensamento envolvido (GLOCK, 1998, p. 52). De fato, alguns trechos de seus escritos parecem indicar haver uma diferença entre percepções de aspectos que envolvem pensamentos e associações conceituais, e outras puramente óticas:

Eu gostaria de dizer: Há aspectos que são determinados **principalmente** por pensamentos e associações, e outros que são “puramente óticos”, que entram em cena e variam automaticamente, quase como imagens residuais. (RPP I, §970).

Não é preciso distinguir, entre os aspectos, os puramente óticos dos outros? Está claro que eles são muito diferentes uns dos outros: em sua **descrição**, por exemplo, às vezes entra a dimensão da profundidade, às vezes não; as vezes o aspecto é um determinado “agrupamento”, mas, quando se vê traços como um rosto, não se os reuniu num grupo apenas visualmente; [...] (*ibid.* §1017).

Além disso, é difícil discordar de que haja uma diferença entre os casos de percepção de aspectos em enigmas gráficos, como é o caso da dupla cruz, e casos como o da sensação de irrealidade descrito em RPP I §125, que parece necessitar, de certo modo, de um uso figurado do conceito de “irrealidade” para evocar a mudança de um aspecto.

Entretanto, ainda que Glock esteja correto em sua interpretação, não está claro de que maneira o pensamento pode atuar sobre alguns casos de percepção de aspectos, seja em menor ou maior grau. Ademais, outros trechos dos escritos de Wittgenstein parecem insinuar uma atuação conceitual mesmo sobre casos de “ver como” que envolvem enigmas gráficos e rearranjos em percepções visuais. O próprio caso do pato-coelho de Jastrow parece se situar em uma área de mais intercessão. Este é um enigma gráfico e, ainda assim, podemos nos perguntar se há atuação dos conceitos de “pato” e de “coelho” na mudança da percepção de um aspecto para o outro. Essa é uma interpretação possível para passagens como as seguintes:

Quando descrevo um aspecto, a descrição pressupõe conceitos que não fazem parte da descrição da própria figura.” (*ibid.* §1030).

É como se tivéssemos trazido um conceito para perto do que é visto, e agora víssemos os dois simultaneamente. Muito embora o conceito em si mesmo seja praticamente invisível, ele **estende um véu organizador sobre os objetos.** (*ibid.* §961).

Avner Baz, em seu texto *Wittgenstein on Aspect Perception*, pretende afastar essa interpretação. De acordo com Baz, muitos leitores de Wittgenstein acreditam que os aspectos

podem ser identificados em termos de conceitos, de modo que o “y” na fórmula “perceber x como y” poderia ser entendido como o conceito (de) y. Além disso, muitas vezes essa ideia vem associada à uma outra, segundo a qual toda a percepção pode ser compreendida em termos de uma percepção de aspectos. Essas duas ideias, quando adotadas juntas, podem dar suporte a uma terceira ideia: a de que toda a percepção (normal, adulta e humana) é “conceitualizada” (BAZ, 2018, p. 11). Para Baz, as três ideias estão equivocadas, e as experiências de apreensão de aspectos nos dão evidências contra elas.

Um dos expoentes das interpretações as quais Baz pretende contrariar é Peter F. Strawson. Em “Imagination and Perception”, Strawson defende a ideia de que Wittgenstein, ao chamar atenção para a atividade de “notar aspectos”, trouxe à tona um tipo de experiência que é comum na percepção humana. Ainda que o próprio Wittgenstein tenha realizado uma distinção entre os tipos de usos do “ver”, Strawson afirma não haver uma diferença clara entre a ocorrência desses casos. Para ele, Wittgenstein ficou apenas muito impressionado com casos em que somos repentinamente atingidos por um aspecto, como, por exemplo, quando estamos observando continuamente um rosto, e apenas após um tempo parecemos reconhecê-lo como familiar. O autor afirma: “Embora haja claramente distinções entre os casos, também há continuidades. Não há razão para fazer uma clivagem conceitual nítida entre os casos de uma irrupção repentina, seja de um aspecto ou de um objeto e outros” (STRAWSON, 1970, p. 47).<sup>19</sup>

Strawson acredita que Wittgenstein ficou impressionado com alguns casos de apreensão de aspectos, justamente, porque ver um aspecto em algo é *pensar* nele de um certo modo, estar disposto a *tratar* ele de certo modo, dar certos tipos de explicações do que é visto, e se *comportar* de certo modo (STRAWSON, 1970, p. 45). Strawson utiliza as passagens em que Wittgenstein aproxima o “ver como” da atuação de conceitos para justificar seu ponto, afirmando que, ao lado das metáforas de Wittgenstein, poderíamos ainda adicionar outras como: “a experiência visual é *irradiada* por, ou *infundida* pelo conceito; ou, se torna *encharcada* com o conceito” (STRAWSON, 1970, p. 46).

De acordo com Baz, a melhor maneira de iniciar o tratamento dessa questão é mostrando que não está claro o que Wittgenstein pretendia dizer em passagens em que aproxima a experiência de apreensão de aspectos de processos de conceitualização. Baz acredita que em passagens como RPP I §961, ao afirmar que o conceito “estende um véu organizador sobre os objetos”, Wittgenstein estava sendo apenas metafórico e experimental, e não tinha consciência do tipo de problema filosófico que o uso desse vocabulário poderia causar. Baz admite que ele

---

<sup>19</sup> Todas as citações de “Imagination and Perception” (STRAWSON, 1970) foram traduzidas do inglês por mim.

mesmo já utilizou muitas dessas passagens em trabalhos anteriores para enfatizar o importante papel, na apreensão de aspectos, de poder “acessar o objeto de um jeito particular” (BAZ, 2018, p. 12).<sup>20</sup> No entanto, afirma ter passado a considerar essas passagens problemáticas, e alerta que, se formos tomá-las como metafóricas, não é evidente o que elas nos convidam a imaginar ou elucidar sobre o aspecto. Para ele, elas apenas nos dão a ilusão de compreendê-las.

No entanto, ainda parece ingênuo acreditar que Wittgenstein estava sendo apenas ensaístico em aproximar tantas vezes a experiência de apreensão de aspectos de atividades de conceitualização e pensamento. Talvez possamos encontrar saídas, nos perguntando porque Wittgenstein se preocupa em distanciar tão fortemente os usos de “ver como” de descrições de estados (como é o caso de descrições do que é visto ou do que se sente), e salienta fortemente a relação entre o notar aspectos e a aplicação de técnicas (RPP I, §1025; RPP I, §1099). Wittgenstein poderia estar interessado, nessas passagens, justamente salientar a propriedade do “ver como” de nos fazer “ver semelhanças” através do manejo de nossas técnicas, sem que precisamos, para isso, explicar ou descrever corretamente nossas experiências perceptivas? No próximo capítulo, examinaremos a interpretação de Baz e a posição divergente de Strawson, investigando o que podemos compreender a partir dessas passagens em que Wittgenstein relaciona o “ver como” à conceitos.

---

<sup>20</sup> Todas as citações de *Wittgenstein on Aspect Perception* (BAZ, 2018) foram traduzidas do inglês por mim.

### CAPÍTULO 3

#### ENTRE O “VER COMO” E O “PENSAR”

Neste capítulo, analisaremos as hipóteses interpretativas dos escritos de Wittgenstein a respeito do tema da aspectualidade de Peter F. Strawson, em seu texto “Imagination and Perception”, e de Avner Baz, em seu *Wittgenstein on Aspect Perception*. Veremos que, por um lado, Strawson defende que Wittgenstein compreende a experiência de percepção de aspectos como uma experiência na qual a imaginação atua ativamente, de modo em que as passagens consideradas “problemáticas” a respeito da relação entre aspectos e conceitos evidenciam a imbricação entre a imaginação – uma “faculdade oculta da alma” – e a percepção humana. Por outro lado, Baz afirma que os escritos de Wittgenstein sobre a experiência da aspectualidade evidenciam uma relação puramente perceptiva, de modo que os excertos que relacionam os aspectos a conceitos seriam meramente ensaísticos, e se justificariam pela descrença do filósofo austríaco em relação aos métodos experimentais. Ao fim do capítulo, avaliaremos a consistência dessas hipóteses interpretativas, para que possamos, por fim, apresentar nossa própria leitura dos escritos do filósofo austríaco sobre o conceito de “aspecto”. Apresentaremos, nesta última etapa, nossas considerações a respeito das passagens em que Wittgenstein relaciona a experiência perceptiva da aspectualidade a processos de conceitualização, situando essas observações em meio a outras discussões metodológicas sobre o procedimento de investigação gramatical.

#### **3.1 Peter F. Strawson: aspectos como atuação imaginativa sobre a percepção**

Em seu artigo “Imagination and Perception”, Strawson pretende investigar a hipótese de que a imaginação atua em nosso reconhecimento perceptivo dos objetos. Nesse sentido, o autor acredita haver uma atuação imaginativa quando reconhecermos perceptivamente um objeto como si mesmo, ou como pertencente a uma categoria específica. O autor inicia seu texto apresentando alguns usos da palavra “imaginação” e conceitos afins, como o de “representação”, mostrando que o sentido da palavra que mais interessa para seus propósitos é um que se conecta com a ideia da existência de uma “*imagem mental* nos olhos da mente” (STRAWSON, 1970, p. 31). Em relação a seu objetivo geral, o autor diz o seguinte:

Meu tópico principal é o uso de Kant do termo “imaginação”, na *Crítica da Razão Pura*, em conexão ao uso do reconhecimento perceptivo, o que pode parecer estranho, mas possui reivindicações de afinidade que merecem considerações. Vou me referir também a Hume e Wittgenstein. (*ibid.*, p. 31).

Na epígrafe do artigo, o autor afirma que os psicólogos têm falhado, até então, em compreender a imaginação como um ingrediente necessário da percepção. Por isso, seu objetivo é lançar luz sobre a noção de “imaginação”, a partir de alguns pensamentos extraídos principalmente de Kant, mas, também, de Hume e Wittgenstein.

Apesar disso, o autor faz uma ressalva, indicando que seu artigo não possui a pretensão de ser estritamente argumentativo ou analítico-sistemático, mas que se enquadra em uma espécie “vagamente ruminativa” (*ibid.*, p. 31). Desse modo, as considerações de Strawson sobre o tema do “ver como” não são se enquadram como comentários puramente exegéticos a respeito do pensamento de Wittgenstein, pois são utilizados como uma maneira de fortalecer o sistema filosófico próprio do autor inglês. Ainda assim, o autor fornece sua própria interpretação para as passagens de Wittgenstein sobre os aspectos e, por isso, seu posicionamento é útil para que compreendamos um tipo de interpretação que identifica nos escritos de Wittgenstein evidências de que a imaginação atua ativamente na percepção de aspectos.

De modo geral, podemos afirmar que Strawson utiliza os apontamentos do filósofo austríaco para defender sua ideia de que a imaginação atua não apenas em casos de “ver como”, mas, também, e no reconhecimento de que um objeto observado é o mesmo em diferentes experiências perceptivas, e na determinação de que um conceito específico pode ser utilizado para categorizar o objeto observado. O autor pretende investigar de que maneira a imaginação atua conectando tanto diferentes percepções de objetos de um mesmo tipo, quanto diferentes percepções de um mesmo objeto de um tipo determinado. Nesse sentido, a imaginação é considerada como um instrumento de determinação tanto da identidade dos objetos quanto de seu tipo determinado, i.e., do conceito ao qual o objeto pode ser subsumido. Contudo, é admitido pelo autor, o funcionamento desse mecanismo imaginativo ainda é obscuro, sendo essa obscuridade, inclusive, enfatizada por Hume e Kant: os outros dois autores, além de Wittgenstein, utilizados como base para o desenvolvimento da hipótese de Strawson. Sobre isso, o autor diz o seguinte:

Assim, Kant diz do esquematismo que é “uma arte escondida nas profundezas da alma humana, cujos modos reais de atividade dificilmente a natureza nos permitirá descobrir e abrir ao nosso olhar”. E Hume, falando da prontidão da imaginação com as ideias particulares apropriadas, descreve-a como uma “espécie de faculdade mágica na alma que, embora seja sempre mais perfeita nos maiores gênios, e seja propriamente o que chamamos de gênio, é, no entanto, inexplicável pelos maiores esforços de compreensão humana”. (*ibid.*, p. 34).

A partir dessas reflexões, Strawson defende que, ainda que seja “uma arte oculta da alma, uma faculdade mágica, algo que nunca entenderemos completamente” (*ibid.*, p. 34), a

imaginação opera de modo relevante na aplicação de um mesmo conceito geral para uma variedade de casos diferentes. Nesse sentido, Strawson confere bastante importância para a atuação do mecanismo imaginativo no reconhecimento perceptivo em geral. O autor defende que a percepção, para que tenha sentido, deve ser transpassada por esse mecanismo “oculto da alma”, que organiza as impressões sensíveis. Por esse motivo, por exemplo, quando reconhecemos um rosto que sabemos ser conhecido, e conseguimos associá-lo a experiências perceptivas passadas, isso se dá pelo fato de que as percepções passadas estão vivas na percepção presente através da imaginação. O autor afirma:

É claro que quando você vê pela primeira vez uma coisa nova e desconhecida de um tipo familiar, não há dúvida de que as percepções passadas dessa coisa estão vivas na percepção presente. Ainda assim, pode-se dizer, tomá-lo, vê-lo, como uma coisa desse tipo é ter implicitamente o pensamento de outras percepções possíveis, relacionadas à sua percepção real, como percepções do mesmo objeto. (*ibid.*, p. 40).

Para fortalecer seu ponto, o autor apresenta um exemplo em que reconhecemos um cachorro parado perto de nós como um cachorro silencioso e estático. E afirma que, ver esse objeto como um cachorro, silencioso e estático, é também o ver como possivelmente se movendo e latindo (um potencial “movedor” e “latidor”). E, se continuarmos a observá-lo, veremos que ele não é apenas um cachorro qualquer, mas *o* cachorro, que é objeto de nossa observação recente, e que vemos ele *como sendo*. Nesse sentido, a percepção de um objeto como duradouro (o fato de o cachorro ser o mesmo, que está parado no momento, mas que podemos imaginar se movendo) é infundida com outras percepções passadas, e com metáforas que estão à escolha do pensamento (por exemplo, ver o cachorro ora como “estático”, ora como “movedor”). Além disso, a imaginação, pelo menos em um de seus aspectos, é o que permite produzir essas representações de percepções possíveis (não-atuais) sobre representações atuais. O autor diz o seguinte:

Argumentei que uma percepção atual do tipo com o qual estamos preocupados deve seu caráter essencialmente a esse vínculo interno, do qual achamos tão difícil dar qualquer descrição senão metafórica, com outras percepções passadas ou possíveis, mas, em qualquer caso, não-atuais. As percepções não-atuais são, de certo modo, representadas, vivas na percepção presente; assim como são representadas, por imagens, na atividade de produção de imagens da imaginação. (*ibid.*, p. 41).

Apesar dessa caracterização, o autor faz uma ressalva indicando não se referir a essas percepções passadas que atuam na percepção atual como “imagens reais”, mas como representações imprecisas e vagas, das quais não temos ainda muita clareza sobre seu funcionamento. Justamente por isso, Strawson introduz Wittgenstein em meio a uma discussão

anteriormente instituída pelas contribuições de Hume e Kant. Os apontamentos de Wittgenstein sobre o “ver como” são lidos por Strawson como mais algumas evidências de que a imaginação atua sobre a percepção.

Podemos, agora, compreender a leitura de Strawson das passagens de Wittgenstein, sob o pano de fundo das discussões anteriores sobre a atuação imaginativa na percepção. Strawson nos relembra que, na Segunda Parte das *Investigações*, logo após a sequência de excertos em que Wittgenstein discute o tema da aspectualidade, o filósofo austríaco afirma o seguinte: “Certas coisas, ao ver, parecem-nos enigmáticas, porque todo o ver não nos parece suficientemente enigmático” (PPF, xi, p. 206). De acordo com Strawson, essa passagem evidencia o fato de que Wittgenstein estava particularmente impressionado com alguns casos em que alguém é subitamente tomado por uma mudança de aspectos. Entretanto, a operação que ocorre com a mudança de aspectos é uma operação existente em muitas outras experiências perceptivas, a saber, a atuação imaginativa, ou de percepções não-atuais, na percepção presente.

Como vimos ao fim do capítulo anterior, Strawson acredita que Wittgenstein se interessa particularmente pelos casos em que somos subitamente tomados por um novo aspecto apenas porque esses casos chamam atenção para uma característica marcante da percepção humana. Os casos de enigmas gráficos, como o pato-coelho e a dupla-cruz, chamam atenção para o modo em que ver um aspecto é *pensar* em uma coisa de uma determinada forma, *trata-la* de um certo modo, dar certas explicações e descrições do que é visto – de modo geral, *comportar-se* de um jeito determinado. A percepção de uma mudança de aspectos seria, então, uma forma *mais manifesta* em que tomamos consciência da maneira em que o pensamento e a imaginação atuam na percepção. Por essa razão, Strawson afirma que, ao lado da metáfora de Wittgenstein de que há um “eco do pensamento” na visão,<sup>21</sup> podemos adicionar outras, como afirmar que “a experiência visual é *irradiada* por, ou *infundida* com, o conceito; ou, ela se torna *encharcada* (*soaked*) com o conceito.” (STRAWSON, 1970, p. 46). Desse modo, a percepção de uma mudança de aspectos seria apenas um fenômeno específico da visão que dramatiza o caráter enigmático da percepção como um todo. O autor afirma o seguinte:

Talvez devêssemos falhar menos a este respeito, se víssemos que o caso notável da mudança de aspectos apenas dramatiza para nós uma característica (a saber, o ver como) que está presente na percepção em geral. (*ibid.*, p. 47).

O autor afirma, ainda, que o foco de Wittgenstein no âmbito comportamental das experiências de mudança de aspectos, ou seja, seu foco nas descrições dos aspectos e no

---

<sup>21</sup> “É quase como se o ‘ver o signo nesse contexto’ fosse um eco de um pensamento” (PPF, xi, p. 205).

redirecionamento da atitude em relação aos objetos, se dá pelo fato de que reportar um aspecto é apontar para *outras percepções* (*ibid.*, p. 48), pois é assim que o pensar algo de uma certa maneira se relaciona com a experiência instantânea. De modo análogo, quando vemos um objeto real, ao invés de uma imagem ambígua, demonstramos uma disposição comportamental em relação a ele, que inclui uma prontidão para – ou uma expectativa de – outras percepções do mesmo objeto.

Para Strawson, a relação entre a percepção atual e outras percepções passadas aparece no resgate de Wittgenstein, na Segunda Parte das *Investigações*, do conceito de “relações internas”, já utilizado em seus escritos de juventude (TLP, 2020, 4.122, 4.124). Em meio à sua investigação gramatical a respeito da mudança de aspectos, Wittgenstein afirma que o que é percebido na revelação de um aspecto não é uma propriedade do objeto, mas uma relação interna entre ele e outros objetos:

À cor dos objetos corresponde a cor na impressão visual (este mata-borrão parece-me cor-de-rosa, e é cor-de-rosa) –, à forma do objeto corresponde a forma na impressão visual (parece-me retangular, e é retangular) – mas o que percebo na revelação de um aspecto não é a propriedade do objeto, mas é uma relação interna entre ele e outros objetos. (PPF, xi, p. 205).

De acordo com Glock, a noção de “relações internas” designa o modo em que elementos se conectam pelo pertencimento uns aos outros (GLOCK, 1998, p. 319). O comentador apresenta a seguinte definição:

São relações que não poderiam deixar de ocorrer, por serem dadas juntamente com termos (objetos ou elementos relacionados), ou por serem (em parte) constitutivas desses termos, como é o caso de o branco ser mais claro que o preto. Uma propriedade interna é, da mesma forma, uma propriedade que uma coisa não poderia deixar de possuir, pelo fato de ser essencial para que seja a coisa que é. (GLOCK, 1998, p. 318).

A partir disso, Strawson acredita que, com essa noção, Wittgenstein atenta para o modo em que o aspecto estabelece “relações internas” entre experiências perceptivas atuais e representações imaginativas. Voltaremos à noção de “relações internas” mais à frente neste capítulo, a fim de explicitar os motivos pelos quais Strawson estava equivocado ao interpretar essa relação como uma relação entre percepções atuais e não-atuais. Vejamos outra passagem de Wittgenstein utilizada por Strawson para justificar seu ponto:

O conceito de aspecto é aparentado com o conceito de representação (*Vorstellung*). Ou: o conceito “vejo isto agora como...” é aparentado com ‘represento-me agora *isto*’. (PPF, xi, p. 206).

Nesta passagem, Wittgenstein afirma haver uma semelhança geral entre ver aspectos e possuir representações dos objetos. Como observamos no capítulo anterior, a principal



semelhança que Wittgenstein reconhece entre a atividade imaginativa e a experiência perceptiva da mudança de aspecto é o fato de que ambas, pelo menos até certo grau, estão sujeitas à vontade. Strawson afirma que esta passagem é mais uma a salientar o fato de que a imaginação atua, ativamente, não apenas na percepção de aspectos, mas em toda a percepção. Pois, podemos utilizar a vontade para ver aspectos mudarem não apenas em enigmas gráficos, mas também quando vemos aspectos mudarem em percepções comuns dos objetos. Para exemplificar casos desse tipo, o autor concebe a seguinte situação: Posso estar olhando de longe para um arbusto florido amarelo em uma parede de pedra, e vê-lo como marcas de giz amarelo rabiscas na parede. Um momento depois, percebo que as marcas de giz eram, na verdade, um arbusto florido na parede de pedra. Entretanto, já tendo tido apreendido o aspecto anterior em uma experiência perceptiva passada, tenho a possibilidade de voluntariamente voltar a ver o arbusto como marcas de giz rabiscadas. Sobre isso, o autor complementa:

Sem dúvida, é apenas contra o pano de fundo de alguma experiência de mudança de aspectos, ou do pensamento de sua possibilidade, que é bastante natural e não enganoso falar, em conexão com a percepção comum, de ver os objetos como os objetos que eles são. Mas isso não torna incorreto ou falso fazer isso de maneira geral. (STRAWSON, 1970, p. 46).

Strawson acredita, portanto, que os escritos de Wittgenstein apresentam uma reunião não sistemática de materiais para uma pesquisa mais minuciosa sobre a atuação da imaginação na percepção. Para ele, ainda que não tenhamos clareza sobre a real atuação desse mecanismo “oculto da alma”, os escritos de Wittgenstein nos encaminham para a tese de que a afinidade entre o “ver como” e possuir representações, ou imaginar, vai ainda além à sujeição da vontade: a afinidade se justifica pelo fato de que “o pensamento (ou, como Kant pode preferir, o conceito) está tão vivo na percepção quanto na representação” (*ibid.*, p. 52). Sobre isso, o autor apresenta a seguinte definição:

O pensamento de algo como um X ou um X particular está vivo na percepção desse algo como um X ou um X particular, assim como o pensamento de um X ou de um X particular está vivo na posse de uma representação de um X ou de um X particular. (*ibid.*, p. 52).

A partir dessa apresentação, podemos observar que, de fato, como advertido pelo próprio autor, o texto de Strawson é bastante ensaístico. Entretanto, uma das críticas que será direcionada por Baz à hipótese de Strawson é a de que seu entendimento de “conceito” é vago e geral demais, o que torna inócuo seu discurso de que conceitos irradiam a percepção humana (BAZ, 2020, p. 13). Nesse sentido, admitir que a percepção de aspectos é uma experiência infundida por conceitos, sem que tenhamos clareza do que entendemos como o significado de “conceito”, além de ser desinformativo, pode contribuir para a construção de uma imagem

demasiadamente intelectualista de processos imaginativos e de conceitualização, que definitivamente não seria aderida por Wittgenstein.

Wittgenstein pensa um “conceito” como uma reunião de técnicas de aplicação de um termo geral, de modo em que a significação de um conceito corresponde à multiplicidade de seus usos em diferentes jogos de linguagem. Strawson, por outro lado, parece conceber os conceitos a partir de um ponto de vista mais intelectualista: como elementos internos à mente, que representam, através da imaginação, a experiência perceptiva (tanto atual quanto não-atual). Voltaremos a este tópico na próxima seção, ao expormos as críticas de Baz e esse tipo de interpretação das passagens de Wittgenstein sobre os aspectos. Além disso, apresentaremos outras críticas à interpretação de Strawson ao fim do capítulo, mostrando que, além de não pretender aderir a uma concepção de imaginação enquanto um “mecanismo oculto da alma”, também não era o intuito de Wittgenstein explicar como o pensamento poderia estar relacionado à experiência instantânea: seu interesse era, por outro lado, gramatical.

### **3.2 As críticas de Avner Baz à identificação dos aspectos com conceitos**

Apresentamos, anteriormente, a interpretação de Strawson de que os aspectos podem ser compreendidos em termos de conceitos. Nas páginas que se seguem, ganharemos familiaridade com as críticas de Avner Baz à hipótese de Strawson. Ao fim dessa seção, observaremos que uma das razões pelas quais essa interpretação é problemática é a falta de clareza a respeito da concepção de “conceito” admitida para a constituição da hipótese. Strawson parece conceber o processo de conceitualização de acordo com uma concepção intelectualista de conceito, o que não condiz com as considerações de Wittgenstein na segunda fase de seu pensamento. Baz pretende nos mostrar que, se analisarmos a hipótese de Strawson tendo clareza sobre a concepção de “conceito” a ser admitida, veremos que essa posição não pode ser sustentada. Após essa etapa, averiguaremos a alternativa proposta por Baz, que apresenta uma consideração sobre a mudança de aspectos sem que esse processo envolva, necessariamente, uma atuação conceitual na percepção de aspectos.

No segundo capítulo de *Wittgenstein on Aspect Perception*, Baz se propõe a investigar o que seria a ideia de que os aspectos podem ser compreendidos em termos de conceitos. O autor afirma que, para que tentemos compreender essa ideia, precisamos nos perguntar de que maneira esse tipo de proposta compreende a noção de “conceito”. Para isso, ele apresenta duas perspectivas segundo as quais podemos tentar compreender essa posição: 1) abordando a concepção de conceito de Wittgenstein, segundo a qual os conceitos são técnicas de uso dos

signos;<sup>22</sup> e 2) abordando a concepção clássica e referencialista de conceito, segundo a qual os conceitos são elementos do pensamento, que caracterizam objetos sob julgamentos verdadeiros ou falsos. Compreenderemos, primeiro, a perspectiva 1), para que possamos, em seguida, explorar a perspectiva 2), analisando as consequências da adoção de cada uma dessas concepções para a posição de que os aspectos podem ser compreendidos em termos de conceitos.

De acordo com Baz, se seguirmos a filosofia de Wittgenstein, buscaremos lembrar como a palavra “conceito” funciona na linguagem corrente. Isso nos levará a concluir que “o conceito de X” é muitas vezes intercambiável com o “sentido de X”, e significa algo como “o que quer que seja que ‘X’ carrega consigo em casos particulares de uso, e o torna adequado para alguns usos, mas não para outros” (BAZ, 2020, p. 12). Nesse sentido, nosso critério diário para “ter o conceito de X” e, similarmente, para “saber o significado de X” seria nossa habilidade de empregar “X” em uma variedade ampla de contextos, e responder ao emprego de outras pessoas de “X”. Isso significa que, de acordo com essa concepção, possuir um conceito significa possuir muitos outros, e dominar uma série de outras “habilidades de *práticas* interrelacionadas” (*ibid.*, p. 13).

No entanto, Baz afirma que, se é assim que aqueles que se propõem a identificar aspectos com conceitos entendem o significado do termo “conceito”, então seu raciocínio pode ser o de que normalmente *usamos palavras* para expressar a percepção de aspectos. E, já que, nesse entendimento, todo uso de alguma palavra “Y” pode ser considerada “uma aplicação do conceito de Y”, estaríamos, conseqüentemente, aplicando conceitos ao dar voz à percepção de aspectos. Esse entendimento de “conceito” faz com que compremos a legitimidade de defender a existência de uma aplicação de conceitos na percepção de aspectos, a preço de tornar essa afirmação “não informativa, vazia” (*ibid.*, p. 13). Ao exemplificar essa posição, o autor afirma:

Pode-se dizer que estamos aplicando o conceito (de) *ajuda* quando gritamos “Ajuda!” em perigo. (*ibid.*, p. 13).

Você também pode se propor a explicar ou elucidar a experiência que alguém poderia expressar naturalmente gritando “Me sinto tão perdido!”, por exemplo, ou “Não aguento mais isso!”, dizendo que é irradiado, ou permeado,

---

<sup>22</sup> No §199 das *Investigações*, Wittgenstein afirma o seguinte: “Seguir uma regra, dar uma informação ou uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são *costumes* (usos, instituições). Entender uma frase significa entender uma linguagem. Entender uma linguagem significa dominar uma técnica” (PI, §199). Com isso, o autor admite que possuir conceitos significa dominar uma série de técnicas de uso dos signos, técnicas essas que compartilhamos enquanto comunidade linguística. Nesse sentido, as técnicas de uso constituem e são integradas ao conjunto diacrônico de atividades normativas da nossa linguagem, uma vez que as ações em que engajamos ao utilizar conceitos significativamente dependem de uma uniformidade e regularidade no comportamento em relação esses usos.

ou impregnado, ou ... pelo conceito de *estar perdido*, ou de *não poder aguentar mais*. (*ibid.*, p. 13).

Para o autor, essa explicação ainda não deixa evidente de que maneira a identificação de aspectos com conceitos deve ser compreendida. Além disso, não está claro como esse tipo de discurso, como o de Strawson de que a experiência perceptual é “irradiada” por conceitos (STRAWSON, 1970, p. 46), poderia nos ajudar a compreender melhor a percepção de aspectos. Strawson acredita haver um comportamento importante na exteriorização e um aspecto: ela aponta para outros objetos da percepção, ou inclui uma prontidão para – ou expectativa de – outras percepções de um mesmo objeto.<sup>23</sup> Entretanto, a explicação de Strawson de como um conceito atua na percepção é tão vaga que sua tese termina por ser inócua. Que a percepção de aspectos esteja, *de alguma forma*, relacionada a outros momentos e objetos da experiência não é negado por Baz, mas ainda não é evidente *como* podemos entender essa relação. O autor conclui, portanto, que a tentativa de compreender essa relação em termos de *conceitos* é, na melhor das hipóteses, desinformativa e, na pior, seriamente desencaminhadora e encorajadora de uma imagem demasiadamente intelectualista de nossa experiência perceptiva pré-reflexiva.

Após considerar a hipótese de Strawson a partir da concepção wittgensteiniana de conceito, o autor passa a se debruçar sobre a mesma hipótese, considerada sob o ponto de vista da concepção clássica, referencialista de conceito. Para ele, esta é, na verdade, a concepção a ser adotada por Strawson e outros autores que tentaram identificar aspectos com conceitos, o que é comum em diversos campos de estudo.

De acordo com a concepção clássica de conceito, o “conceito de X” deve se referir a tudo que nos guia na categorização das coisas do mundo como sendo “X” ou “não-X” (ou nem claramente “X”, nem claramente “não-X”). Além disso, essa categorização é mais ou menos independente de nossas práticas linguísticas de forma mais ampla:

Os conceitos, assim entendidos, são elementos das “cognições” kantianas, ou dos “pensamentos” fregeanos, e são paradigmaticamente aplicados em julgamentos objetivos, verdadeiros ou falsos. (BAZ, 2020, p. 14).

Baz admite não concordar com essa concepção referencialista de conceito,<sup>24</sup> e segue a crítica de Wittgenstein de que essa concepção, quando estamos tratando de palavras

---

<sup>23</sup> Como vimos na seção anterior, com essa consideração, Strawson pretende utilizar os apontamentos de Wittgenstein sobre os comportamentos relacionados à apreensão de aspectos como suporte para seu argumento (de acordo com Baz, mais amplamente kantiano) de que a percepção é conceitualizada.

<sup>24</sup> Observamos que, ainda que Baz aproxime as concepções de “conceito” de Kant e Frege, é importante notar que há, também, diferenças entre as ideias dos dois autores. Ambos compreendem o “conceito” como uma representação que categoriza os objetos a partir de suas notas características. Entretanto, para Kant, os conceitos são entidades mentais, enquanto que, para Frege, os conceitos são entidades objetivas que obedecem às leis da lógica, além de serem funções insaturadas, para as quais sempre falta um argumento. Sobre isso, Caygill diz: “Para

filosoficamente complexas como “saber”, “causa”, ou “intenção”, pode nos levar às confusões filosóficas. No entanto, o autor declara que a perspectiva representacionista é útil em casos de palavras que, de fato, são utilizadas para se referir a objetos, como “mesa” e “cadeira” (inclusive para palavras como “pato” e “coelho”, que de alguma maneira podem estar envolvidas na compreensão da figura ambígua de Jastrow). Por esse motivo, o autor segue sua investigação a respeito da tese de que identificamos aspectos com conceitos sob a ótica dessa concepção de conceito.

O autor argumenta, em primeiro lugar, que em alguns casos de apreensão de aspectos, nenhuma descrição se sugere facilmente: nenhum “Y” particular, nenhum conceito candidato. Alguém pode ser subitamente afetado por um aspecto em uma expressão de um rosto, ou na atmosfera de uma festa, e achar difícil, ou até mesmo impossível, encontrar palavras para descrevê-lo. Ainda que essa pessoa consiga encontrar uma descrição para a expressão, isso será apenas uma “descrição aproximada” do aspecto na expressão facial. Como atribuído às palavras do próprio Wittgenstein no *Livro Marrom*, essa descrição aproximada vem, às vezes, acompanhada de uma fala como “palavras não podem descrever exatamente isso” (BB, p. 162). Tendo isso em vista, Baz declara que casos desse tipo de experiência são comuns e que, portanto, é difícil propor que aspectos percebidos podem ser identificados com conceitos objetivos. Sobre a descrição de nossas experiências com o “ver-como”, Baz afirma o seguinte:

Na medida em que usamos a linguagem para expressar e tentar compartilhar nossa experiência desses aspectos, seu uso é exatamente esse: tentar fazer com que outros compartilhem e, assim, validem nossa experiência de algo, e não capturar aquele algo como ele é independente de nossa experiência, ou da experiência de qualquer pessoa, como a aplicação de conceitos normalmente visa fazer. (BAZ, 2020, p. 15)

Portanto, se considerarmos o processo de conceitualização a partir dessa perspectiva, i.e., como uma categorização das coisas do mundo na forma de julgamentos objetivos, devemos admitir que este é um processo diferente do que fazemos quando queremos utilizar a linguagem para descrever nossas experiências de mudança de aspectos. Quando descrevemos aspectos, nossa pretensão é fazer com que os outros validem nossas experiências, nem proferir juízos objetivos sobre o mundo. Nesse sentido, Baz afirma estar de acordo com Wittgenstein (RPP I, §874) quando este último diz que, ao dar voz ao aspecto, não pretendemos fornecer uma informação a alguém a respeito do que está sendo visto perceptivamente, mas, sim, entrar em

---

Frege, os conceitos são objetivos e sujeitos unicamente às leis da lógica; não devem ser confundidos com ‘idéias’ epistemológicas. Numa crítica direta a Kant, ele sustentou que ‘o conceito tem um poder de coligir muito superior ao poder unificador da apercepção sintética’” (FREGE apud CAYGILL, 2000, p. 64).

contato com essa outra pessoa, *reunir-se* com ela. Sobre isso, Baz diz: “O ‘ver aspectos’ cria um tipo particular de oportunidade para buscar intimidade com outro, ou colocá-la à prova” (BAZ, 2020, p. 6). Na passagem citada, Wittgenstein diz o seguinte:

Contudo, e se alguém diz “Vê- se este cavalo na pintura correndo!”? – Com isto, não quero apenas dizer “Eu sei que isto representa um cavalo correndo”. Quer-se dizer *outra* coisa com isso. Imagine que alguém reagisse a um quadro como esse com um movimento de mão e a exclamação “Zás!”. Isto não diz aproximadamente o mesmo que: ele *vê* o cavalo correr? Esta pessoa também poderia *exclamar* “Ele está correndo!”, e isto não seria a constatação de que ele corre nem a de que ele *parece* correr. Da mesma forma como se diz: “Olhe como ele corre!” – não para passar uma informação ao outro; não, **isto é** antes uma reação na qual as pessoas se *reúnem*. (RPP I, §874).

A partir disso, o autor pretende defender que, ainda que tenhamos alguns casos de aspectos para os quais uma descrição particular parece se sugerir, não é evidente qual conceito particular seria o melhor candidato para essa descrição. Se buscarmos, por exemplo, um conceito que se aplique para o caso da similaridade entre os dois rostos, poderíamos considerar alguns candidatos, como: “a similaridade entre tal e tal rostos”. No entanto, esse trabalho se mostraria inútil, devido à vagueza que alcançaríamos por esse meio. O conceito mais objetivo ao qual poderíamos chegar seria algo como “ter similaridade visível com um rosto particular”. Todavia, essa similaridade significaria algo diferente para cada semelhança entre cada dois rostos que se parecessem de alguma forma. Independentemente de qual fosse, o conceito ao qual chegaríamos seria tão contextualmente dependente que não saberíamos em que contextos poderíamos utilizá-lo. Sobre isso, diz o autor:

Nenhuma *generalidade* óbvia se sugere sob a qual o rosto que estamos olhando poderia ter sido incluído, ou percebido, quando sua semelhança com outro nos impressionou; há apenas *este* rosto e *aquele* outro. Vemos *a outra face nesta*. (*ibid.*, p. 15).

Chegando a este ponto da discussão, Baz acredita ter fornecido argumentos suficientes para contrariar a alegação de que um conceito impregna a percepção em casos de apreensão de aspectos. Seus argumentos mostram que não é claro o que se pretende alegar com esse tipo de afirmação e, além disso, levantam a suspeita de que a identificação de aspectos com conceitos repousa em seu “sentido aparente”, plausível.

Independentemente da concepção de conceito a ser aderida (tanto a concepção “aberta” de Wittgenstein quanto a concepção clássica referencialista), Baz acredita haver um importante sentido no qual o aspecto é indissociável da experiência, ou do *objeto-como-percebido*. Em função disso, perceber um objeto sob um aspecto não é o mesmo que aplicar um conceito sobre ele, que, sendo geral, é separado do objeto particular e da experiência particular do objeto. O

processo de conceitualização envolveria uma exteriorização e objetivação da experiência perceptiva. Por outro lado, o fato de que podemos “ver uma face em outra”, quando notamos a semelhança entre elas, se justifica pelo modo particular (não-conceitual) em que o aspecto transcende o objeto no qual é percebido, e se conecta com outros (*ibid.*, p. 15).

Na próxima seção, veremos as considerações de Baz a respeito da natureza dessa conexão. Baz acredita que os métodos de investigação gramatical desenvolvidos por Wittgenstein são insuficientes para tratar da experiência perceptiva que os aspectos nos fornecem. Sendo assim, ao associar a apreensão de aspectos à aplicação de conceitos sobre objetos em diversos apontamentos gramaticais, Wittgenstein estava sendo apenas metafórico e experimental, e é, portanto, um erro ler essas passagens como literais e não-experimentais (*ibid.*, p. 11). Baz complementa, ainda, que há um perigo em ficarmos muito presos à investigação gramatical, da mesma forma em que há perigo em negligenciá-la (*ibid.*, p. 7). Apesar disso, o autor admite que outros apontamentos do filósofo austríaco sobre o aspecto fornecem boas descrições do fenômeno, auxiliando para uma melhor compreensão do funcionamento da percepção. Analisaremos, a seguir, a hipótese de Baz de que podemos explicar a mudança de aspectos por uma via que não envolva atuação imaginativa, ou aplicação de conceitos, sobre a percepção.

### **3.2.1 Avner Baz: aspectos como relações internas perceptivas**

De acordo com a perspectiva de Baz, ainda que os aspectos não possam ser apropriadamente identificados com conceitos, é inegável que o aspecto conecta, *de alguma forma*, o objeto percebido sob ele com outras coisas do mundo (como, por exemplo, *este* rosto com *aquele*, desenhos ambíguos com patos ou coelhos, a dupla-cruz sendo vista *dessa* ou *daquela* maneira relativamente a nós, etc). A pergunta a ser levantada, portanto, é a seguinte: como podemos entender o modo no qual o aspecto transcende o objeto particular e conecta ele com outros, se não em termos de um conceito, ou de uma generalidade sob a qual a coisa é submetida (seja hipoteticamente ou imaginativamente)?

A fim de responder essa pergunta, o autor apresenta uma leitura diversa daquela apresentada por Strawson da noção de “relações internas”. Observamos, na seção anterior, que Wittgenstein afirma, na Segunda Parte das *Investigações*, que o que é percebido na revelação de um aspecto não é uma propriedade do objeto, mas uma relação interna entre ele e outros objetos (PPF, xi, p. 205). Com base neste apontamento, Baz argumenta que, apesar de esta

noção já estar presente no *Tractatus*, ela é enriquecida, na segunda fase de seu pensamento, pela psicologia da *Gestalt*, sendo tida como uma noção perceptiva (BAZ, 2020, p. 20). Com isso, Baz defende que uma tal similaridade, por exemplo, entre dois rostos, pode ser apenas observada em primeira pessoa, e não pode ser tida como uma relação a ser caracterizada objetivamente. Nesse sentido, uma relação interna, em oposição a uma relação externa, não pode ser descrita como uma similaridade objetivamente descritível entre dois objetos.<sup>25</sup>

Apesar dessa consideração, o autor admite que seu intuito não é, com isso, fornecer uma interpretação que obtenha sucesso em capturar o que Wittgenstein tinha em mente ao escrever esta passagem, mas é, sob outro enfoque, apresentar evidências da atribuição a Wittgenstein de sua própria compreensão da noção de “relações internas”, com o fim de fornecer uma resposta convincente para a pergunta levantada anteriormente. A partir disso, Baz define a noção da seguinte maneira:

Duas (ou mais) coisas percebidas (objetos, elementos) estão em relação interna entre si quando suas qualidades percebidas não são independentes da relação percebida entre elas, ou, em outras palavras, quando o modo em que cada uma delas se apresenta perceptivamente afeta como a outra se apresenta perceptivamente. (*ibid.*, p. 20).

Com essa definição, Baz argumenta que o que percebemos na mudança de aspectos é uma relação interna entre partes do que está sendo percebido, de modo que essas partes devem ser dependentes perceptivamente umas das outras para que possamos experienciar o aspecto. Nesse sentido, a similaridade percebida entre dois rostos seria uma relação fenomênica, na qual juntamos duas coisas individuais perceptivamente sem necessariamente subsumi-las a um conceito. O que é compartilhado por dois rostos similares é uma *fisionomia percebida e experimentada* – que, muitas vezes, pode ser bastante indeterminada e difícil de se expressar satisfatoriamente com palavras (*ibid.*, p. 24).

Desse modo, Baz propõe que, em todos os casos de mudança de aspectos apresentados por Wittgenstein, podemos afirmar que “o aspecto é uma fisionomia percebida, vivenciada, que

---

<sup>25</sup> Entendemos que, ao considerar a noção de “relações internas” como uma noção perceptiva, Baz não leva em conta a continuidade de suas ocorrências nos escritos de juventude e de maturidade de Wittgenstein. No *Tractatus* (TLP, 4.122), a noção aparece (“*interne Relation*”) para demarcar um tipo de relação estrutural entre objetos e estados de coisas. Nesta concepção, as propriedades internas de um objeto determinam as possibilidades combinatórias (lógicas) com outros objetos. Em seus escritos de maturidade, acreditamos que Wittgenstein continua a considerar as relações internas como relações lógicas, estruturais. Entretanto, elas são, agora, de natureza gramatical. Com isso, como compreendemos, tanto no *Tractatus* quanto nas *Investigações*, Wittgenstein discorre sobre as possibilidades lógicas de associação entre objetos. Nesse sentido, que essas relações sejam internas não significa que não sejam objetivas, mas, sim, que são diferentes de propriedades que se estabelecem empiricamente. Portanto, ainda que a noção de “relação interna” seja resgatada em meio ao diálogo com a psicologia da *Gestalt*, ela não se refere, na obra de Wittgenstein, a uma propriedade relativa à experiência perceptiva em primeira pessoa, como defende Baz. Trataremos novamente da noção de “relações internas” ao fim deste capítulo.



o conecta internamente – não necessariamente por semelhança! – com outros elementos do mundo fenomênico” (*ibid.*, p. 24). E, que essa fisionomia possa ser descrita de forma mais ou menos satisfatória, não implica que o aspecto possa ser subsumido a algum conceito específico (ainda que, em alguns casos, uma descrição já esteja prontamente disponível. Como podemos descrever, sobre a figura do pato-coelho, que ela pode ser vista ora como “pato”, ora como “coelho”).

Para exemplificar seu ponto, Baz apresenta uma diferenciação entre o que seria considerar a similaridade vista entre dois rostos como uma relação externa e como uma relação interna. No primeiro caso, a similaridade seria vista como uma propriedade objetiva dos rostos, de modo que cada face teria propriedades estabelecidas objetivamente, que determinam em que medida as duas faces podem contar corretamente como portadores de semelhanças entre si (ainda que isso seja contextualmente dependente). Assim, poderíamos olhar para uma face e ver (no sentido relativo à percepção simples) a similaridade com outra, sem que isso não envolvesse nenhuma mudança na experiência visual.

Entretanto, a experiência descrita por Wittgenstein se enquadra no segundo tipo, pois o que ocorre é diferente de uma determinação de propriedades objetivas do que está sendo observado. O que nos captura no aspecto do rosto que se parece com outro é uma relação inseparável (por isso, interna) da mudança percebida na fisionomia geral do rosto. As qualidades percebidas em cada um dos rostos, que faz com que eles carreguem uma similaridade, não são independentes (perceptivamente) da nossa percepção da similaridade. Nesse sentido, se compreendêssemos os aspectos como conceitos, deveríamos admitir a similaridade percebida como objetivamente estabelecida, independente da experiência visual – ou seja, uma relação que se estabelece externamente. O autor afirma o seguinte:

A percepção de aspectos revela a natureza *holística*, de *gestalt*, do mundo como pré-refletidamente percebido – as relações internas entre os elementos, onde a significância percebida de qualquer elemento do campo perceptual não é independente da significância percebida de outros elementos, e da significância percebida da totalidade (*ibid.*, p. 8).

Além disso, o autor admite que as relações internas aparecem não apenas entre elementos de objetos percebidos, mas também entre objetos percebidos e o pano de fundo contra o qual são percebidos. E, para ele, isso é bem ilustrado na seguinte passagem de Wittgenstein:

Olhe para um velho móvel, no lugar em que ele sempre esteve em seu quarto! “Ele é parte de um organismo”, você gostaria de dizer. Ou: “Tire-o do lugar, e ele já não é mais o que era”, e coisas parecidas. E, naturalmente, aqui não se pensa numa dependência *causal* de uma das partes em relação ao resto. Antes,

o que se tem é *isto*: eu poderia dar um nome a esta coisa e declarar sobre ela, por exemplo, que ela foi arrastada de seu lugar, que ela tem uma mancha, está empoeirada etc.; se eu quisesse, no entanto, tomá-la *completamente* fora de seu contexto atual, então eu diria que ela deixou de existir e que algo diferente está em seu lugar. (RPPI §339).

Neste excerto, autor defende que Wittgenstein nota o modo em que o sofá “deixa de existir” – perceptivamente e experiencialmente – quando tirado de seu contexto familiar. Baz afirma que está é uma passagem que descreve corretamente o mundo fenomênico: como qualquer algo a que prestamos atenção se apresenta para nós perceptivamente está internamente relacionado ao pano de fundo contra o qual é percebido; e isso vale não apenas para o contexto mais geograficamente imediato, mas para qualquer coisa que contribua, mesmo que remotamente, para seu significado percebido (BAZ, 2020, p. 22).

Com essas considerações, Baz defende que Wittgenstein fornece evidências a favor do seu próprio modo de compreender a noção de “relações internas”, e de como essas relações constituem o tipo de conexão que se estabelece entre percepções quando apreendemos aspectos. Baz acredita, portanto, que Wittgenstein teve bons insights sobre o modo em que, em muitos casos, percebemos os objetos apenas a partir de suas relações internas com outros. Entretanto, ainda que as questões abordadas por Wittgenstein sejam difíceis e possam dar margem para o surgimento de confusões conceituais, Baz acredita que o filósofo austríaco estava equivocado em acreditar que essas questões têm sua *origem* em confusões conceituais. Para ele, esses problemas têm sua origem em uma dificuldade *fenomenológica*, ou seja, a dificuldade em trazer à tona e elucidar – sem distorcer *por esse meio* – o que é, em essência, a experiência pré-reflexiva. Conforme aponta o autor, ainda que Wittgenstein se mostrasse cético em relação à fenomenologia (RPP I, §1070), muitas de suas descrições das experiências com o “ver-como” estão de acordo com as descrições fenomenológicas. Wittgenstein apresenta uma descrição similar à de Baz, por exemplo, quando diz: “No aspecto, há uma fisionomia que logo após desaparece” (PPF, xi, p. 204). Citando Merleau-Ponty sobre a dificuldade fenomenológica, Baz afirma o seguinte:

A tarefa da fenomenologia, escreve Merleau-Ponty, é, portanto, “redescobrir os fenômenos, a camada de experiência viva através da qual outras pessoas e coisas nos são dadas pela primeira vez, o sistema de “eu-outros-coisas” como ele vem a ser [...]”. (MERLEAU-PONTY apud BAZ, 2020, p. 48).

Conforme adverte o autor, tratar do mundo fenomenal não significa tratar do mundo privado ou interior à mente, pois a elucidação da experiência perceptiva pré-refletida não necessita de métodos de introspecção. Entretanto, esse tipo de investigação pode carecer da observação do comportamento e de descobertas empíricas bem estabelecidas. Pois, se vemos

algo sob *tal* aspecto e não sob *outro*, isso se mostrará no modo em que respondemos a esse algo e nos conduzimos em relação a ele. Do mesmo modo, se alguém se mostra “cego” para algum aspecto, isso aparecerá também no comportamento, e terá consequências empiricamente estabelecidas de longo alcance.

A partir disso, o autor assume que a dificuldade da investigação gramatical em tratar da mudança de aspectos se dá pela tendência, do nosso uso normal e ordinário das palavras, em tentar capturar o mundo que aparece na percepção, ao invés de focar em nossa *experiência* perceptiva do mundo (BAZ, 2020, p. 47). Por isso, os “lembretes” sobre o emprego normal de nossas palavras, que resultam de uma investigação gramatical, podem nos levar somente até certo ponto quando investigamos a experiência pré-reflexiva. Nesta perspectiva, a atitude de Wittgenstein se enquadraria no que Baz denomina, seguindo Merleau-Ponty e Husserl, de “atitude natural”. A “atitude natural” seria o resultado de um envolvimento ingênuo com o mundo: pelo fato de estarmos imersos no mundo, aceitamos ele como sendo *experienciado* –, o que nos leva a focar em objetos, objetivos e valores, – ao invés de focar “no *experienciar* da vida” [*on the experiencing of [one’s] life*] (MERLEU-PONTY apud BAZ, 2020, p. 47). Portanto, a “atitude natural” é o principal obstáculo para compreendermos a percepção e, também, o comportamento, pois ela revela uma tendência a tomar o mundo objetivo – ou seja, o mundo como objetivamente construído – como ponto de partida para nossas teorizações sobre a percepção.

Nesse sentido, Baz considera a investigação gramatical efetiva e bem-motivada quando se trata dos tipos de conceitos filosoficamente problemáticos, como “aprendizado”, “compreensão”, “significado”, “pensamento”, “intenção”, “leitura”, etc. – que são o foco da primeira parte das *Investigações*. Wittgenstein estaria correto, portanto, ao dizer que elucidar esses conceitos através de uma reflexão sobre nossas experiências empíricas pode nos levar a mal-entendidos (PI §89). Todavia, quando pretendemos elucidar nossa experiência pré-reflexiva, e não desfazer confusões conceituais, precisamos suplementar a análise gramatical, que procede sobre a base de lembranças do “*tipo de enunciado*” que fazemos a respeito dos fenômenos, com métodos experimentais (BAZ, 2020, p. 49).

Não pretendemos, entretanto, nos deter em uma exploração da proposta de Baz. Retomando nosso ponto principal, vemos que Baz assume que Wittgenstein, ao discorrer sobre a percepção de aspectos, tenta descrever um tipo de experiência perceptiva pré-reflexiva e pré-objetiva, que apresenta o mundo para nós antes que ele se torne objeto de julgamentos de verdade ou falsidade. Porém, para que o filósofo austríaco obtivesse sucesso nesta empreitada,

ele deveria abrir mão de seu modo de proceder filosoficamente. Ao tentar dar conta dos aspectos, Wittgenstein estaria deixando de analisar gramaticalmente, por meio de uma visão panorâmica dos jogos de linguagem, palavras e conceitos problemáticos e estaria, agora, se movendo para “regiões do uso de uma palavra” que não podem ser asseguradas ou explicadas pelo apelo aos jogos de linguagem ordinários (*ibid.*, p. 51). Wittgenstein não admite em nenhum momento estar realizando uma investigação fenomenológica e, pelo contrário, afirma constantemente estar realizando análises conceituais. É tendo isso em vista que Baz defende que as dificuldades enfrentadas por Wittgenstein revelariam, por um lado, dificuldades inerentes ao campo da fenomenologia e, por outro lado, limitações inerentes ao método de investigação gramatical (*ibid.*, p. 46).

### 3.3 Considerações sobre as hipóteses apresentadas

Nas seções anteriores, apresentamos duas interpretações possíveis para o acervo de passagens em que Wittgenstein afirma haver uma relação entre a percepção de aspectos e processos de pensamento, imaginação e conceitualização.<sup>26</sup> Por um lado, Strawson acredita que a importância dessas passagens se dá pelo fato de que elas apresentam evidências para o modo em que reportar um aspecto é apontar para percepções não-atuais, imaginativas (ainda que não tenhamos muita clareza sobre o funcionamento da imaginação, já que esta é uma “arte oculta da alma”) (STRAWSON, 1970, p. 34). Além disso, Strawson acredita que Wittgenstein chamou atenção, com isso, para o modo em que o pensamento se relaciona com a experiência instantânea, não apenas no caso da apreensão de aspectos, mas em nossa percepção comum dos objetos – os aspectos seriam, nesse sentido, apenas uma forma mais manifesta de atuação imaginativa sobre a experiência perceptiva. Por esse motivo, Strawson defende que podemos dizer corretamente que há um eco do pensamento na visão, como afirmado por Wittgenstein (PPF, xi, p. 205), e que, ao lado dessa metáfora, podemos adicionar outras, afirmando que a experiência visual é *irradiada*, *infundida*, ou *encharcada* com o conceito (STRAWSON, 1970, p. 46).

Por outro lado, as críticas de Avner Baz apresentam empecilhos para que concordemos com esse tipo de interpretação. O autor afirma haver uma falta de clareza a respeito do que realmente significa a hipótese de que há uma atuação conceitual na percepção de aspectos. Para

---

<sup>26</sup> Rastreamos, até então, diversas ocorrências dessa relação (PPF, xi, p. 192, p. 198, p. 205; RPP I, §869; §960, §961, §971, §1017, §1030, §1036).

ele, tanto as metáforas de Wittgenstein de que o conceito “estende um véu organizador sobre os objetos” (RPP I, §961), quanto as metáforas de Strawson de que a experiência visual é “*irradiada* com o conceito” (STRAWSON, 1970, p. 46), são vagas demais para que possamos extrair delas qualquer hipótese a respeito do modo em que conceitos atuam no reconhecimento de aspectos. O autor admite, portanto, que metáforas desse tipo são apenas desinformativas – no caso de Wittgenstein, são meramente ensaísticas, pois não apresentam maneiras relevantes de serem interpretadas – e, inclusive, desencaminhadoras, pois podem encorajar uma imagem demasiadamente intelectualista da experiência perceptiva.

Além disso, Baz considera que o principal motivo pelo qual Wittgenstein não obtém total sucesso em suas considerações sobre o “aspecto” é o fato de que o filósofo se mostra “cético” em relação à fenomenologia. Para Baz, as dificuldades enfrentadas por Wittgenstein tem origem nas limitações inerentes ao método de investigação gramatical, pois o conceito de “aspecto” pertenceria a um domínio de estudo que não pode ser investigado por meio da análise da linguagem (mas, sim, pela análise fenomenológica). O autor propõe, portanto, sua própria hipótese para o modo em que os aspectos apresentados por Wittgenstein conectam diferentes objetos da percepção, sem que, para isso, precisemos admitir a aplicação de conceitos na experiência perceptiva.

A partir dessa apresentação, podemos, agora, analisar essas interpretações, visando encontrar uma melhor forma de compreender as razões pelas quais Wittgenstein relaciona a apreensão de aspectos a processos de conceitualização. De início, as críticas de Baz à interpretação de Strawson parecem bastante coerentes. De fato, Strawson considera os conceitos como entidades do pensamento, que classificam os objetos do mundo sob juízos objetivos, além de tomar a imaginação como uma “faculdade mágica” da alma – concepções demasiadamente intelectualistas para a filosofia de Wittgenstein.

Como observado no primeiro capítulo desta pesquisa, Wittgenstein não está de acordo com a ideia de que conceitos são elementos da mente, que podem ser aplicados em julgamentos objetivos de verdade ou falsidade. Conforme a concepção de filosofia desenvolvida na segunda fase de seu pensamento, na maioria das vezes – salvo situações em que conceitos são cunhados para fins específicos –, conceitos possuem caráter aberto, tendo seu sentido determinado pela multiplicidade de aplicações que podemos fazer de um símbolo “geral”, utilizado para representar o conceito. Possuir conceitos, nessa perspectiva, significa dominar as regras de aplicação desses símbolos dentro de seus jogos de linguagem. Na continuação de sua discussão a respeito da definição do conceito de “jogo”, Wittgenstein diz o seguinte:

Caso alguém traçasse um limite nítido, então eu não poderia reconhecê-lo como aquele que também eu desde sempre quis traçar, ou que tracei em minha mente. Pois eu não queria traçar absolutamente nenhum. Pode-se então dizer: seu conceito não é o mesmo que o meu, mas aparentado a ele. E o parentesco é aquele que existe entre duas imagens, uma das quais consiste de manchas coloridas com limites pouco nítidos, e a outra de manchas com formas e distribuições semelhantes, mas com limites nítidos. O parentesco, assim, é tão inegável quanto a diferença. (PI §76).

Nesta passagem, o autor continua sua argumentação, iniciada no §66 das *Investigações*, de que não há uma característica definidora que pode ser encontrada em todos os casos em que aplicamos o conceito “jogo”. E, similarmente, muitos conceitos não podem ter seus limites estritamente delimitados, uma vez que apenas compreendemos seu significado a partir da multiplicidade de suas aplicações nos diferentes jogos de linguagem. Portanto, o filósofo recusa a tentativa de encontrar uma definição estrita de conceitos para os quais, simplesmente, não há tal definição. Assim sendo, o parentesco que encontramos entre diferentes usos de um conceito não indica a existência de um elemento mental específico, mas é esse parentesco (de certo modo, impreciso) que determina a significação do conceito.

Nesse sentido, para que compreendamos o que são conceitos e como eles atuam em nossas práticas linguísticas, não precisamos assumir nenhum posicionamento a respeito do envolvimento de estados mentais específicos no processo de conceitualização. Por essas razões, a hipótese de que os aspectos podem ser compreendidos em termos de conceitos, se considerarmos a concepção clássica de conceito – que parece ser a aderida por Strawson – não condiz com a filosofia de Wittgenstein.

Porém, observamos que Baz pretende se contrapor à hipótese de Strawson também para o caso de considerarmos a concepção wittgensteiniana de conceito. O autor afirma que, se os comentadores que propõem a identificação de aspectos com conceitos pensam os conceitos a partir do pensamento de Wittgenstein, não é claro o que essa hipótese pretende elucidar. Do nosso ponto de vista, essa crítica a comentadores como Strawson também é válida, visto que sua tese não explica, como se propõe a fazer, de que maneira conceitos atuam diretamente na percepção de aspectos. É possível que Baz esteja correto quanto ao fato de que, para compreender a experiência perceptiva e formular hipóteses como a de que conceitos atuam ativamente na percepção, precisaríamos de investigações mais específicas acerca de nossas experiências perceptivas.

Desse modo, acreditamos haver um equívoco na interpretação de comentadores que rastreiam, nas passagens de Wittgenstein, a tese de que conceitos atuam na experiência perceptiva. A interpretação de Strawson e a crítica de Baz parecem se esquivar do fato de que

Wittgenstein não intencionava, em seus escritos, descrever corretamente a experiência empírica, nem formular hipóteses sobre seu funcionamento. Ele pretendia, por outro lado, analisar *gramaticalmente* as descrições que fazemos de nossas experiências perceptivas. Por esse motivo, poderíamos considerar plausíveis as críticas de Baz se Wittgenstein pretendesse, com seus apontamentos, fornecer teses a respeito de nossos estados psicológicos e experiências perceptivas: se esse fosse o caso, as metáforas de Wittgenstein a respeito da atuação conceitual sobre a percepção seriam realmente muito ensaísticas e não-informativas, e apenas nos dariam a ilusão de compreendê-las (BAZ, 2020, p. 12).<sup>27</sup>

À vista disso, sugerimos que Strawson e Baz, apesar de apresentarem teses opostas, estão equivocados em interpretar as passagens de Wittgenstein como sendo descrições de nossa experiência, ao invés de considerar o caráter gramatical desses apontamentos: eles são descrições dos *usos* que fazemos dos conceitos e palavras nos contextos em que expressamos experiências perceptivas. Ambos os autores falham ao não considerarem as passagens mencionadas a partir de sua relação fundamental com o método de investigação gramatical. E, também por isso, os comentadores apresentam leituras equivocadas de diversos apontamentos do filósofo – como, por exemplo, do excerto em que Wittgenstein afirma que o que se percebe na revelação de um aspecto é uma relação interna entre ele e outros objetos (PPF, xi, p. 205). Nos debruçaremos, a partir de agora, sobre os motivos pelos quais ambos os autores estão equivocados em seus argumentos, pois teremos, por esse meio, clareza sobre a importância de considerar as passagens de Wittgenstein a partir de sua relação com o método de investigação gramatical.

Vejamos, primeiramente, como a falta de clareza a respeito do caráter gramatical dos apontamentos de Wittgenstein afeta a interpretação de Strawson. Strawson apresenta sua própria leitura para a seguinte passagem de Wittgenstein: “Certas coisas, ao ver, parecem-nos enigmáticas, porque todo o ver não nos parece suficientemente enigmático” (PPF, xi, p. 206). De acordo com o autor, essa passagem evidencia o fato de que Wittgenstein estava muito impressionado com a percepção de aspectos apenas porque ela salienta a peculiaridade da percepção como um todo: a saber, o fato de que o pensamento está tão vivo na percepção quanto na representação mental (STRAWSON, 1970, p. 52). Também por essa razão, Wittgenstein diria

---

<sup>27</sup> Ainda assim, se pretendêssemos investigar cientificamente a experiência perceptiva, poderíamos nos perguntar se não há maneiras de pensar que conceitos de fato atuam na percepção. Alva Noë (2015), por exemplo, é um dos autores a propor, baseado nas ideias de Wittgenstein, que conceitos são habilidades de acesso ao mundo. Com isso, o autor pretende alargar as noções de “conceito” e de “conhecimento”, afirmando que o modo em que acessamos o mundo depende de conhecimentos sensório-motores, que estão intimamente relacionados à nossa construção de conceitos. Entretanto, esta investigação vai além dos propósitos desta pesquisa.

que há um eco do pensamento na visão (PPF, xi, p. 205), o que seria uma afirmação não apenas sobre a percepção de aspectos, mas sobre o modo em que o pensamento se conecta com a percepção em geral.

Entretanto, com essas leituras, Strawson ignora o modo em que Wittgenstein apresenta usos distintos que fazemos da palavra “ver” – por um lado, utilizamos o verbo “ver” em casos em que pretendemos apenas apresentar o que é visto; e, por outro lado, utilizamos a expressão “ver como” para descrever casos em que notamos um aspecto particular em algo do que está sendo experienciado. A gramática não nos permite expressar, por exemplo, ao olhar para uma faca e um garfo: “vejo-os agora como faca e garfo” (PPF., xi, p. 190). Como bem colocado por Arley Moreno, a distinção entre os dois usos do verbo “ver” não tem por fundamento experiências mais profundas ou estados mentais específicos, mas, sim, diferentes usos da palavra “ver” que podemos rastrear na gramática de nossos jogos de linguagem ordinários. O autor afirma o seguinte:

[...] descrevemos de diversas maneiras aquilo que vemos quando, por exemplo, identificamos imediatamente o objeto, ou quando identificamos alternativamente diferentes aspectos do objeto, ou ainda quando identificamos lentamente um aspecto do objeto. Daí a tentação, como diz Wittgenstein, de se “fazer distinções sutis”, e de procurar um critério bem-determinado que seja o fundamento absoluto para a experiência perceptiva, algo como o modo de “apresentação do que é visto”. (MORENO, 1993, p. 89).

Nesse sentido, ao afirmar que todo o “ver” não nos parece suficientemente enigmático (PPF, xi, p. 206), Wittgenstein aponta para o modo em que a gramática do conceito de “ver” é confusa para nós, e isso se justifica pelo fato de que o uso desse conceito está “diretamente ligado às diferentes *formas de descrição* do que é visto, e não a uma experiência prototípica, mental ou empírica” (MORENO, 1993, p. 89). Portanto, nas passagens citadas por Strawson, Wittgenstein pretendia esclarecer traços gramaticais dos conceitos relacionados à visão. E, justamente pela falta de clareza a respeito do fato de que há diferentes operações simbólicas que realizamos utilizando o conceito de “ver”, constituindo parte da gramática, Strawson cai na tentação de acreditar haver explicações filosóficas para o modo em que operações mentais parecem se relacionar com a experiência perceptiva instantânea. Seu erro é, nesse sentido, ler as passagens de Wittgenstein como se dissessem algo a respeito aos fatos, e não como se fossem apontamentos a respeito das próprias possibilidades de expressão da linguagem. Sobre isso, Moreno diz:

A significação de nossos conceitos não é determinada pelos fatos; são os “matizes de comportamento” que instauram critérios para o uso da linguagem e permitem definir os fatos e as formas de sua descrição (*ibid.*, p. 89).



A tendência a negligenciar diferenças gramaticais é comum e, como adverte Wittgenstein, é justificada pelo fato de que a própria gramática não nos propicia uma *visão panorâmica* do uso das nossas palavras (PI §122). Entretanto, não podemos nos deixar levar pelas confusões a que podemos chegar pela falta de clareza a respeito das diferenças gramaticais e, com isso, postular teses inócuas sobre o funcionamento da percepção. Moreno afirma o seguinte:

Hipóteses filosóficas ou mentalistas não podem fornecer esclarecimento às questões semânticas, a respeito da significação dos conceitos. A indicação de estados fisiológicos ou mentais característicos, como sendo suportes factuais da significação respectiva dos conceitos de “ver” e de “ver como”, têm como consequência a proliferação de problemas insolúveis, ao invés de soluções para os problemas iniciais (MORENO, 1993, p. 89).

Pelas razões anteriores, a maioria das afirmações de Strawson parecem abusar da gramática do conceito de visão, por ignorar as diferenças gramaticais importantes. Esse é o caso de afirmações como a seguinte:

Embora haja claramente distinções entre os casos, há claramente continuidades. [...] Talvez devêssemos falhar menos a esse respeito se víssemos que o caso notável da *mudança* de aspectos apenas dramatiza para nós uma característica (a saber, o ver como) que está presente na percepção em geral (STRAWSON, 1970, p. 47).

Ao utilizar os apontamentos de Wittgenstein como descrições da experiência perceptiva que fortaleceriam afirmações como essa, Strawson ignora o modo em que o filósofo austríaco chama atenção, justamente, para as diferenças gramaticais entre os usos do “ver” e do “ver como”. Inclusive, a própria pressuposição da atuação imaginativa nos casos de “ver-como” – que, para Strawson, dá indícios da atuação imaginativa na percepção em geral – é o que evidencia a diferença gramatical entre esses usos. O caráter imaginativo dos aspectos é o que nos orienta para a ideia de que o “ver como” pode envolver uma habilidade para ver semelhanças, diferentemente da percepção simples dos objetos. Em função disso, ao introduzir a diferença entre os dois tipos de “ver”, Wittgenstein salienta o caráter do “ver como” de possibilitar o destaque de semelhanças no que está sendo observado:

A importância: a diferença categórica de ambos os ‘objetos’ do ver.  
Um poderia desenhar exatamente ambos os rostos; o outro poderia notar nesse desenho a semelhança que o primeiro não viu” (PPF, xi, p. 188).

Ainda sobre a diferença entre os dois usos de “ver”, observamos que ao declarar, por exemplo, que parece ser essencial para o aspecto que ele esteja sujeito à vontade (RPPI §899), Wittgenstein pretende revelar uma semelhança entre a gramática do “ver como” e a gramática do conceito de “imaginação”. Por isso, ele mostra como podemos utilizar a vontade para sugerir

que alguém imagine algo, mas não podemos, do mesmo modo, ordenar, no contexto de uma percepção simples dos objetos (não-imaginativa), que alguém veja algo que está diante de seus olhos. O autor afirma: “O ver um aspecto e o representar-se dependem da vontade. Há a ordem: ‘represente-se *isso!*’ e esta: ‘veja agora a figura *assim!*’; mas não: ‘Veja agora a folha verde!’” (PPF, xi, p. 206). Strawson parece ignorar distinções gramaticais como essa ao afirmar que Wittgenstein demonstra, cerca de dois parágrafos antes, o fato de que a imaginação atua ativamente em toda a percepção:

O conceito de aspecto é aparentado com o conceito de representação (*Vorstellung*). Ou: o conceito “vejo isto agora como...” é aparentado com ‘represento-me agora *isto*’. (*ibid.*, p. 206).

Diferentemente do que assume Strawson, nesta passagem, Wittgenstein apresenta uma semelhança gramatical entre os conceitos de “representação” e de “ver como”, por meio de um contraste com o conceito de “ver”. Essa semelhança consiste, por exemplo, no fato de que pressupomos a atuação da vontade quando utilizamos os conceitos de “representação” e de “ver como”, o que não ocorre da mesma maneira com o conceito de “ver”. Se assumirmos que Wittgenstein pretendia indicar o modo em que o pensamento atua em toda a percepção, teremos dificuldade em interpretar passagens em que o autor admite as diferenças gramaticais entre descrições da percepção comum dos objetos e descrições da experiência de apreensão de aspectos.<sup>28</sup>

Strawson defende que o modo em que a imaginação atua sobre a percepção comum pode ser evidenciado pelo fato de que *vemos* os objetos *como* idênticos a si mesmos e, muitas vezes, *como* pertencentes a conceitos específicos. Entretanto, como bem sinalizado por Wittgenstein (PPF, xi, p. 190), esse seria um abuso da gramática do “ver-como”, já que não podemos dizer, em certos jogos de linguagem, que *vemos* um objeto *como* si mesmo. É por essa razão que Wittgenstein afirma que o conceito de “aspecto” é aparentado ao conceito de “representação”. Nesse sentido, o que importa a Wittgenstein é o modo como os conceitos de “imaginação”, “pensamento” ou “conceito” – tais como aparecem nos usos que fazemos deles em nossos jogos de linguagem ordinários – podem ser relacionados gramaticalmente ao conceito de “notar um aspecto”.

A partir das observações anteriores, atentamos que, ao contrário do que pensa Strawson, Wittgenstein não se preocupa com descrições de comportamentos porque esses

---

<sup>28</sup> Como quando, por exemplo, Wittgenstein afirma haver uma semelhança entre o conceito de “interpretação” e o conceito de “ver como”, apresentando, assim, um contraste entre esses conceitos e o conceito de “ver” (PPF, xi, p. 206).

comportamentos “incluem, ou implicam, uma prontidão para, ou expectativa de, outras percepções, de certo caráter, do mesmo objeto” (STRAWSON, 1970, p. 48). E, também, não era a preocupação de Wittgenstein mostrar como “pensar na coisa de certo modo se relaciona com a experiência *instantânea*” (*ibid.*, p. 45). Como observado no primeiro capítulo desta pesquisa, com a aplicação de seus métodos, Wittgenstein não pretendia descrever nossos comportamentos ou processos empíricos, mas, sim, a *gramática*. A gramática, por sua vez, é uma construção coletiva, que surge como produto de nossas ações no mundo – e, por isso, não é um dado de natureza, mas resultado de regras convencionadas pela comunidade linguística, de modo não arbitrário.

Nesse sentido, a descrição da gramática, como bem explicitado por Moreno, “não toca o solo mundano nos jogos de linguagem ainda que o tenha como pressuposto necessário” (MORENO, 1993, p. 16). Wittgenstein compreendia que uma das formas de evitar confusões filosóficas é entender que os comportamentos e suas descrições podem ser investigados filosoficamente apenas enquanto condições de possibilidade para a significação (MORENO, 1993, p. 25). Isso se justifica pelo fato de que essas práticas são o meio através do qual são estabelecidas as regras de aplicação dos conceitos nos jogos de linguagem envolvendo a descrição de experiências perceptivas. Assim sendo, a dificuldade em reconhecer que o ponto de vista gramatical se diferencia do empírico é descrita por Moreno da seguinte maneira:

A dificuldade consiste, neste caso, em apreender a dimensão *constitutiva* das regras de uso das palavras uma vez admitindo o caráter vago de tais regras: sua vagueza mostra que estão mergulhadas em práticas públicas e institucionais, e, como consequência, a descrição gramatical deve levar em conta, de alguma maneira, essas práticas. (MORENO, 1993, p. 17).

À vista disso, vemos que os comportamentos e processo empíricos importam para a investigação gramatical apenas no sentido de que, quando incorporados pela linguagem, eles se tornam regras e normas para o uso das palavras, que são absorvidas no interior das práticas linguísticas. Portanto, descrever a gramática dos conceitos perceptivos, diferentemente de descrever processos do mundo empírico, envolve observar os jogos de linguagem em que descrevemos, cotidianamente, nossas experiências perceptivas, e observar as regras que se estabelecem nessas descrições, interiormente aos jogos de linguagem. Esse processo constitui uma “terapia” do pensamento, pois permite esclarecer possíveis confusões geradas pela falta de compreensão a respeito das regras de uso das palavras.

Algumas críticas similares a essas podem ser destinadas à hipótese de Avner Baz. Como já mencionado, Baz tece críticas coesas à hipótese de Strawson de que os aspectos podem ser identificados com conceitos. Entretanto, como vimos, um dos problemas da interpretação de

Strawson é o fato de que Wittgenstein não pretendia descrever a experiência perceptiva, mas, sim, descrever os usos que fazemos dos conceitos relacionados à percepção. Nesse sentido, acreditamos que Baz incorre em erros similares, por também ignorar que os comentários de Wittgenstein são apontamentos gramaticais, e não descrições da experiência pré-reflexiva.

Baz admite que a percepção de aspectos parece estar, de alguma forma, relacionada a outros momentos da experiência. Contudo, de acordo com o autor, não podemos admitir que isso se explique pelo fato de que aplicamos conceitos ao descrever aspectos. Esse argumento se dá pelo fato de que, em muitas experiências de percepções de aspectos, nenhum conceito parece se aplicar a uma descrição adequada, além de não conseguirmos, muitas vezes, utilizar quaisquer palavras para descrever a experiência. Nesse sentido, a experiência perceptiva seria anterior, fenomenologicamente, a quaisquer descrições dessas experiências.

Portanto, Baz acredita que, para dar conta da percepção de aspectos, precisamos descrever corretamente o mundo fenomênico – ou seja, o mundo como experienciado antes de ser “pensado sobre” –, e que esse processo pode necessitar de evidências empíricas bem estabelecidas. Dentro dessa perspectiva, o autor admite que muitos dos apontamentos de Wittgenstein sobre o “ver como” são úteis, pois descrevem corretamente a experiência fenomênica da apreensão de aspectos (BAZ, 2020, p. 22). Entretanto, por outro lado, as passagens que relacionam a percepção de aspectos a processos de conceitualização seriam filosoficamente impotentes, o que se justifica, de certo modo, pelo “ceticismo” do filósofo austríaco em relação aos métodos experimentais (*ibid.*, p. 7).

No primeiro capítulo desta pesquisa, notamos que Wittgenstein pretendia dissolver os problemas filosóficos através da descrição de nossas práticas de uso dos signos, uma vez que a principal fonte dos problemas filosóficos seria a má compreensão da nossa linguagem. Entretanto, indo em uma direção contrária, Baz acredita que o conceito de “aspecto” não pode ser investigado da mesma forma que conceitos filosoficamente problemáticos como “aprendizado”, “compreensão”, “significado”, etc., pois se trata, nesse caso, de um conceito perceptivo que, para que seja corretamente averiguado, necessita de uma investigação fenomenológica. O equívoco de Wittgenstein seria, então, o de acreditar que as dificuldades encontradas nesse tema têm sua origem em confusões conceituais (BAZ, 2020, p. 46). Para o autor, Wittgenstein se equivoca ao explorar a noção de “aspecto” apenas pela via da investigação gramatical, e faltaria, em seus *insights*, considerações sobre certas regiões do uso das palavras que não podem ser explicadas pelo apelo aos jogos de linguagem ordinários (BAZ, 2020, p. 51).

Tendo em vista o posicionamento de Avner Baz, sugerimos que essa interpretação se engana em pressupor que Wittgenstein pretendia, através de seus métodos, dar conta do que experienciamos perceptivamente no “ver como”. O próprio filósofo admite não ser possível descrever completamente o que se vê: “O conceito desencaminhador é: ‘a descrição *completa* daquilo que se vê” (RPPI, §984). E, principalmente no caso da mudança de aspectos, tentar capturar o que é visto completamente com palavras é admitido como uma tarefa impossível, visto que os próprios jogos de linguagem nos quais são proferidas essas descrições pressupõem a imprecisão da descrição. Sobre isso, Wittgenstein afirma o seguinte:

Imagine que você esteja olhando para a água corrente. A imagem da superfície se altera continuamente. Lugares claros e escuros aparecem por toda parte e desaparecem. O que eu chamaria de uma “descrição precisa” dessa imagem visual? Eu não chamaria nada disso. Se alguém diz que ela não pode ser descrita, pode-se responder: Você não sabe o que deveria ser chamado de descrição. Pois você não reconheceria como uma representação *precisa* de sua vivência nem a fotografia mais precisa. Não há precisão nesse jogo de linguagem. (A saber, assim como não há cavalo no jogo de damas.) (RPPI, §1080).

Wittgenstein admite, portanto, não ser possível descrever perfeitamente a experiência perceptiva através da linguagem. Sua preocupação não poderia ser, nesse sentido, a de fornecer descrições precisas da experiência pré-reflexiva. Além disso, Wittgenstein deixa claro, em diversos momentos, que uma investigação a respeito dos *fenômenos* perceptivos não poderia nos auxiliar em uma descrição da gramática dos *conceitos* perceptivos – o que era, de fato sua preocupação. Nesse sentido, o que Baz chama de um “ceticismo” do filósofo com os métodos experimentais não se baseia na assunção de que não é possível, por esse meio, alcançar conhecimentos relevantes sobre o funcionamento da percepção humana. O que Baz chama de um “ceticismo” é, na verdade, uma delimitação do campo da fenomenologia, que se dá pelo fato de que os métodos experimentais não podem fornecer respostas para o tipo de pergunta levantada pelo filósofo. Uma vez que a análise de Wittgenstein se propõe a investigar os usos das palavras e suas regras de aplicação, não é de sua jurisdição investigar propriedades empíricas dos fenômenos aos quais as palavras se referem. Sobre isso, o autor afirma:

Nós falamos a respeito do fenômeno espacial e temporal da linguagem; não a respeito de um disparate fora do espaço e do tempo. [O que ocorre é que podemos nos interessar de várias maneiras por um fenômeno.] Mas falamos a respeito dela do mesmo modo que falamos a respeito das peças de xadrez, apresentando regras para elas, e não descrevendo suas propriedades físicas. A pergunta “O que é, na verdade, uma palavra?” é análoga a “O que é uma peça de xadrez?”. (PI, §108)

Nessa passagem, o autor apresenta uma analogia entre uma investigação a respeito do funcionamento da linguagem e uma investigação a respeito do funcionamento do jogo de xadrez. Para compreender o funcionamento do jogo de xadrez, normalmente nos interessamos pelas regras de uso das peças, e não pelas propriedades físicas das peças. Certamente, poderíamos investigar as propriedades físicas das peças, mas não alcançaríamos, por esse meio, nenhum conhecimento a respeito das regras de uso das peças dentro do jogo. De modo análogo, a investigação a que Wittgenstein se propõe é a respeito dos usos das palavras e das regras que determinam esses usos dentro de seus jogos de linguagem. Portanto, uma investigação a respeito dos fenômenos descritos pela linguagem é inteiramente possível, ainda que não seja possível, por esse meio, compreender as relações que se estabelecem entre os usos das palavras internamente à gramática.

Assim sendo, a distinção proposta por Wittgenstein entre os dois usos do conceito de “ver” não tem como base um tipo de experiência perceptiva específica, que pode ser mais ou menos descrita com palavras como “ver como”, “aspecto”, ou “uma semelhança tal e tal” (do mesmo modo que não tem como base um estado mental específico, que se diferencia do estado típico da visão). Wittgenstein se interessava, justamente, pelas relações conceituais que estabelecemos entre diferentes regiões da gramática quando utilizamos os conceitos de visão. Isso significa que aplicamos as palavras de certos modos e demonstramos, com isso, diferentes atitudes em relação aos objetos da nossa experiência. Entretanto, como afirma Moreno, a única preocupação de Wittgenstein em relação a essas atitudes e comportamentos é pelo fato de que elas “fazem parte da gramática dos conceitos, são *constitutivas* das descrições que damos daquilo que ‘vemos’ e que ‘vemos como’” (MORENO, 1993, p. 90).

Por isso, discordamos da seguinte afirmação de Baz:

Eu propus, em primeiro lugar, que a percepção de aspectos dá origem a questões que são melhor respondidas pelo meio da fenomenologia e, em segundo lugar, que a investigação gramatical de Wittgenstein sofre limitações nessa área. (BAZ, 2020, p. 50).

Como observado anteriormente, as dificuldades em investigar empiricamente um fenômeno não afetam a investigação gramatical, pois cada tipo de investigação se interessa pelos fenômenos de uma maneira diferente. Por isso, ao discorrer sobre os problemas da psicologia, Wittgenstein afirma que, para além dos métodos experimentais, existem *confusões conceituais* nesse campo de estudo, e são elas a serem dissolvidas pelo seu trabalho filosófico (PPF, xiv, p. 222). Além disso, como essa investigação se direciona aos conceitos, e não aos objetos empíricos, seria possível uma investigação a respeito dos conceitos em qualquer campo

de estudo, como na matemática e na psicologia, pois uma investigação desse tipo seria “tão pouco *matemática* quanto a outra é *psicológica*” (*ibid.*, xiv, p. 222).

A partir dessas conclusões, podemos rastrear um segundo motivo pelo qual Wittgenstein distingue sua atuação sobre a gramática dos métodos experimentais: pois “a existência do método experimental nos faz crer que teríamos o meio para resolver os problemas que nos inquietam” (*ibid.*, xiv, p. 222). Nesse sentido, além do fato de que a fenomenologia não pode, com seus meios, resolver questões conceituais, os teóricos da fenomenologia podem ser tomados pela crença de que conseguiriam, com seus métodos, resolver questões gramaticais. A falta de clareza a respeito de distinções conceituais pode fazer com que os teóricos retirem as palavras de seus usos cotidianos, acreditando encontrar, por outros métodos, uma melhor compreensão a respeito dos conceitos. Porém, ao retirar as palavras de seu uso cotidiano, corremos o risco de incorrer em abusos gramaticais, e fundamentar, sobre esses abusos, diversas afirmações de cunho teórico sobre o funcionamento da percepção. Sobre isso, o filósofo austríaco declara:

Mas tenha em mente com que significado aprendemos a usar a palavra “ver”. Nós com toda certeza dizemos que vemos esta pessoa, esta flor, enquanto nossa imagem visual – as cores e as formas – não param de se alterar, e isto no interior dos limites mais afastados. Ora, é justamente assim que usamos a palavra “ver”. (não acredite que você possa encontrar um uso melhor para ela – um uso fenomenológico!). (RPPI, §1070).

Pensar usando conceitos de processos fisiológicos é extremamente perigoso para o esclarecimento dos problemas conceituais na psicologia. Pensar em hipóteses fisiológicas às vezes nos ilude com falsas dificuldades, às vezes com falsas soluções. O melhor remédio contra isso é o pensamento de que absolutamente não sei se as pessoas que conheço realmente têm um sistema nervoso. (RPPI, §1063).

O filósofo nos adverte que um “uso fenomenológico” dos conceitos da visão pode, ao invés de dissolver problemas filosóficos, proliferar esses problemas, ao buscar, por exemplo, pela referência do conceito de “aspecto” em nossas experiências perceptivas. Mas, porque o melhor remédio contra isso seria o pensamento de que não sabemos se alguém realmente tem um sistema nervoso? Pois, de fato, não é a existência fisiológica do sistema nervoso que fundamenta o significado de conceitos perceptivos, como o de “aspecto”. Independentemente de termos ou não um sistema nervoso, é nossa atitude em relação aos conceitos perceptivos, enquanto parte de sua gramática, que importa para uma investigação gramatical. Nesse sentido, o conhecimento a respeito de fatos fisiológicos pode apenas nos desencaminhar em nossa investigação, se acreditarmos ser possível ganhar clareza a respeito dos conceitos por esses meios.

De certo modo, podemos afirmar que Baz sofre dessa tendência. Ao tentar fornecer uma melhor consideração do conceito de “aspecto” através da investigação de nossas experiências empíricas, o autor ignora certas características gramaticais desse conceito: como a relação entre o “aspecto” e os conceitos de “representação”, “interpretação” e “pensamento”. Nesse sentido, Baz estava correto em taxar passagens como (RPPI, §961) como metafóricas e não literais (BAZ, 2020, p. 11), entretanto, com essas metáforas, Wittgenstein não estava sendo “experimental” (*ibid.*, p. 11), e sim contribuindo para uma visão panorâmica da gramática do conceito de visão.

### **3.4 Aspectos como relações internas gramaticais**

A partir das considerações anteriores, propomos uma interpretação das passagens mencionadas a partir de sua relação com os métodos de investigação gramatical. Como vimos no primeiro capítulo, os métodos de análise gramatical desenvolvidos pelo autor consistem, principalmente, em descrever nossas práticas de uso dos signos, tendo como um dos principais intuítos o de lançar luz sobre nossas confusões filosóficas e teóricas em geral, uma vez que a principal fonte dos problemas filosóficos é a má compreensão da linguagem. Wittgenstein diagnostica, como um dos principais erros da tradição filosófica, a tendência a investigar os fenômenos através de teorias explicativas sobre seu funcionamento, o que nos leva a buscar explicações elaboradas para os fenômenos, com a crença de que o motivo da perplexidade filosófica é o fato de que “precisaríamos descrever as mínimas sutilezas, as quais, uma vez mais, seríamos absolutamente incapazes de descrever com nossos meios” (PI, §106). Por essa razão, na perspectiva do filósofo, a verdadeira raiz da perplexidade filosófica não é a falta de explicações, mas a errônea atitude de buscar resolver problemas filosóficos através da explicação de fundamentos últimos para os fenômenos.

O filósofo direciona sua análise, portanto, para a descrição dos enunciados sobre os fenômenos. Essa descrição consiste, contudo, em alcançar uma *visão panorâmica* da gramática. Como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, uma *visão panorâmica* da gramática pode ser alcançada através de um olhar focal sobre uma determinada região desse sistema dinâmico. Esse processo envolve, principalmente, o trabalho do filósofo de contrastar diferentes jogos de linguagem, e identificar, através de comparações entre eles, os usos e regras de usos que se estabelecem em nossas práticas linguísticas. Como afirma Glock, “embora dominemos, na qualidade de falantes competentes, a gramática de nossa linguagem, estamos propensos, na reflexão filosófica, a compreender mal, distorcer ou ignorar certas diferenças existentes e



conexões lógicas [gramaticais] entre proposições” (GLOCK, 1998, p. 375). Por isso, a busca por uma visão panorâmica da gramática não visa alcançar descobertas sobre algo novo, mas sim, “organizar o que já é conhecido, de um modo que esclareça as ligações ou interconexões” (*ibid.*, p. 375). Sobre isso, Wittgenstein afirma o seguinte:

Não é a tarefa da filosofia resolver contradições por meio de uma descoberta matemática, lógico-matemática. Em vez disso, é sua tarefa dar visibilidade panorâmica ao estado da matemática, o qual nos inquieta – seu estado *antes* da solução das contradições. (E, com isso, não estamos fugindo de uma dificuldade.)

O fato fundamental aqui é: estabelecemos regras, uma técnica para um jogo, e que então, quando seguimos as regras, as coisas não se passam como havíamos suposto. Que nós, portanto, nos enredamos em nossas próprias regras, por assim dizer.

Esse enredar-se em nossas regras é o que queremos compreender, isto é, ver panoramicamente. (PI, §125).

Alcançar uma visão panorâmica de uma determinada região da gramática é, portanto, o objetivo do filósofo não apenas ao se dedicar sobre os conceitos perceptivos, mas, também, em muitos outros momentos das *Investigações*, ao investigar conceitos como “significado”, “linguagem”, “jogo”, etc. Através de seus métodos, é possível mostrar as conexões existentes entre os usos (possíveis e atuais) de nossas expressões e, enxergar, nessas relações, os pressupostos e imagens que subjazem nossas práticas e conceitos. Nesse sentido, ao comparar e contrastar diferentes práticas linguísticas, vemos que o que precisamos em filosofia não é uma explicação do fenômeno, mas uma mudança de atitude em relação ao problema, o que pode dissolvê-lo e nos mostrar que “não há nada a explicar. Pois o que acaso esteja oculto não nos interessa.” (*ibid.*, §126).

A escolha de uma filosofia que realiza conexões, ao invés de formar teorias explicativas, faz parte de uma mudança da atitude que orienta o filósofo para a dissolução dos mal-entendidos. Por isso, Wittgenstein afirma que os mal-entendidos filosóficos dizem respeito ao uso das palavras, e são “causados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes regiões de nossa linguagem” (PI, §90). E, além disso, alguns desses mal-entendidos “podem ser afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra” (*ibid.*, §90). Ray Monk, ao discorrer sobre a mudança de atitude filosófica, afirma: “Na verdade, isso é tudo de que precisamos em filosofia; não precisamos de uma nova descoberta [...]; o que precisamos é de uma nova perspectiva, uma nova metáfora, uma nova imagem” (MONK, 2005, p. 65).<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Todas as citações de *How to Read Wittgenstein* (Monk, 2005) foram traduzidas do inglês por mim.

Nesse sentido, identificamos que os apontamentos de Wittgenstein, tanto nas *Investigações* quanto nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, são sempre exames sobre as relações que podem ser traçadas entre diferentes regiões da gramática (enquanto um sistema normativo e dinâmico, que é composto de forma coletiva e não arbitrária), sem que precisemos, para isso, fornecer teses explicativas a respeito dos fenômenos. Por essa razão, Hacker afirma que o trabalho de análise dos conceitos contribui para a compreensão filosófica, mas não para a aquisição de conhecimento:

É por isso que a conquista [da filosofia] é mais bem caracterizada como uma contribuição para a compreensão do que para o conhecimento. Pois alcançamos uma compreensão mais profunda de nosso esquema conceitual, uma melhor compreensão de suas reticulações e da morfologia comparativa de seus elementos, o que nos permite evitar as confusões a que estamos propensos. (HACKER, 2009, p. 147).<sup>30</sup>

Também por isso, após apresentar a distinção entre os dois tipos de “ver”, mostrando usos que fazemos da expressão “ver como”, Wittgenstein diz que: “Suas *causas* interessam os psicólogos. A nós interessa o conceito e sua posição nos conceitos da experiência.” (PPF, xi, p. 188). Podemos afirmar, portanto, que ao dizer que “a revelação de um aspecto aparece entre a vivência visual e pensamento” (*ibid.*, xi, p. 192), assim como em passagens similares a essa, o filósofo apresenta um tipo de descrição licenciado pela gramática do “aspecto”, que revela uma *similaridade* entre regiões distintas da gramática: a gramática do conceito de “representação” e a gramática do conceito de “visão”. O conceito de “aspecto”, portanto, se mostra na “borda” dos conceitos perceptivos e, por isso, “é como um ver e também não é como um ver” (*ibid.*, xi, p. 191). O autor apresenta exemplos de enigmas gráficos, como o pato-coelho e a dupla-cruz, para que tenhamos mais clareza sobre os modos em que os conceitos da percepção e do pensamento parecem estar emaranhados gramaticalmente. Pois, o fato de que utilizamos o “ver como” para mostrar diferentes aspectos em uma figura ambígua, ainda que nada se modifique nos estímulos perceptivos, evidencia que há um lugar na gramática em que o conceito de “visão” se encontra com conceitos relacionados ao pensamento: “imaginação”, “interpretação”, “conceitualização”, etc.

A partir dessas considerações, podemos fornecer algumas reflexões a respeito da natureza das conexões estabelecidas pelos apontamentos gramaticais do filósofo. Para isso, evoquemos a seguinte passagem citada tanto por Strawson quanto por Baz para justificar suas hipóteses:

---

<sup>30</sup> Todas as citações de “Philosophy: a Contribution, not to Human Knowledge, but to Human Understanding” (Hacker, 2009) foram traduzidas do inglês por mim.

À cor dos objetos corresponde a cor na impressão visual (este mata-borrão parece-me cor-de-rosa, e é cor-de-rosa) –, à forma do objeto corresponde a forma na impressão visual (parece-me retangular, e é retangular) – mas o que percebo na revelação de um aspecto não é a propriedade do objeto, mas é uma relação interna entre ele e outros objetos. (PPF, xi, p. 205).

Essa passagem é citada por Strawson como uma evidência de que o que percebemos na revelação de aspectos é uma relação entre a experiência perceptiva atual e outras percepções não-atuais. De modo oposto, Baz utiliza a mesma passagem, alegando que o conceito de “relações internas” é um conceito puramente perceptivo, e revela o modo em que a percepção conecta internamente diferentes objetos particulares. Entretanto, sugerimos que ambos os autores se equivocam pela falta de compreensão de que essa noção diz respeito às relações conceituais, que podem ser estabelecidas internamente à própria gramática. É por esse motivo que, em diferentes momentos, o filósofo admite traçar distinções conceituais, que nada têm a ver com opiniões fisiológicas ou estados psicológicos:

Imagine que se explicasse isso dizendo que o aspecto surge por meio de diferentes representações e lembranças superpostas à imagem visual. Naturalmente, essa explicação não me interessa como explicação, mas como possibilidade lógica, logo, conceitualmente [...]. (RPPI, §1005).

O caso do “significado vivenciado” tem *afinidade* com o da visão de uma figura como isto ou aquilo. Temos de descrever essa afinidade conceitual; não estamos dizendo que, na verdade, em ambos os casos o mesmo está diante de nós. (*ibid.*, §1064).

Isto é: traçamos aqui um limite conceitual (e ele não tem nada a ver com opiniões fisiológicas). (*ibid.*, §1104).

A noção de “relação interna” pode ser rastreada já nos escritos de juventude de Wittgenstein (TLP, 4.122), onde diz respeito às relações lógicas entre objetos e estados de coisas. Essa noção, no *Tractatus*, se relaciona à noção de propriedade interna, que se refere às propriedades estruturais dos objetos. Que uma mesa seja vermelha, por exemplo, é uma propriedade externa do objeto, enquanto que, que ela tenha uma cor, qualquer que seja, é uma propriedade interna do objeto. De modo similar, que um azul escuro e um azul claro se relacionem pela diferença de tonalidade entre eles é uma relação interna, estrutural, essas as duas cores (TLP, 4.123). Nesse sentido, uma relação interna se diferencia de uma relação externa, pois a primeira diz respeito às possibilidades lógicas de associação entre os objetos, enquanto a segunda diz respeito às associações contingentes, que são determinadas empiricamente.

Em sua fase de maturidade, a noção de “relações internas” aparece novamente para se referir às possibilidades lógicas de associação entre objetos – entretanto, neste momento, a forma lógica dá lugar à concepção de gramática, de modo que as relações lógicas internas passam a ser, agora, gramaticais. O autor indica, em sua fase de maturidade, que podemos salientar aspectos da gramática ao revelarmos associações, possíveis e atuais, entre objetos. Além disso, são essas relações entre estruturas, diferentemente de relações empiricamente investigáveis, que podem ser reveladas pelo trabalho filosófico. Para uma melhor compreensão a respeito da natureza dessas relações internas na fase de maturidade do filósofo, evoquemos novamente o parágrafo §122 das *Investigações*, citado no primeiro capítulo dessa pesquisa:

O fato de que não vemos panoramicamente o uso de nossas palavras é uma das principais fontes de nossa falta de compreensão. – Nossa gramática não é propícia a uma visão panorâmica. – A apresentação panorâmica proporciona compreensão, a qual consiste justamente no fato de que “vemos as conexões”. Daí a importância de encontrar e inventar *elos intermediários*. (PI, §122).

Nessa passagem, Wittgenstein caracteriza seu trabalho filosófico de apresentação panorâmica dos usos como um trabalho que encontra e inventa *elos intermediários*. Como ressaltado por Glock, a gramática é um conceito utilizado para designar, por um lado, as regras constitutivas da linguagem e, por outro, a investigação filosófica dessas regras (GLOCK, 1998, p. 193). Nesse sentido, a gramática é, em primeiro lugar, o que determina a natureza da linguagem e, em segundo lugar, o *locus* no qual podem ser realizadas investigações acerca do significado das palavras e conceitos. Portanto, apesar de compartilharmos e seguirmos a gramática em nossos usos cotidianos da linguagem, há aspectos da gramática que podem ser ressaltados somente através de uma visão panorâmica proporcionada pela análise conceitual. Sobre isso, Rafael Azize afirma o seguinte:

A “nossa gramática” é tanto aquilo que partilhamos no uso do dia-a-dia, irrefletidamente -ou seja, sem análise-, quanto aquilo que ressaltamos *por via da análise conceitual* mas que no §122 se diz que, justamente, *falta* à “nossa gramática” (i.e., perspicuidade). Pois é a *essência* de um uso que deve ser fornecida pelo trabalho de representação perspicua – e a essência é dada pela gramática, ou seja, *na gramática*. (AZIZE, 2010, p. 125).

Desse modo, o procedimento de apresentação panorâmica da gramática envolve, como sua parte constitutiva, a identificação das relações intermediárias que podem ser estabelecidas ao traçarmos conexões na gramática – e este é o cerne da atuação filosófica de Wittgenstein. Através desse procedimento, podemos compreender as relações entre os usos, e diagnosticar possíveis mal-entendidos “causados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas

de expressão em diferentes regiões da nossa linguagem” (PI, §90). Azize complementa sua consideração:

É por via dessas últimas [relações intermediárias] que a atitude de se dispor a ver as conexões esclarecedoras de um dado uso encontra um encaminhamento efetivo, encontra o seu *business* (“*Sache der Philosophie*”, PU §125). Tal como alguém que, perdido numa zona estranha da cidade, se dispõe a aquietar a sua angústia de desorientação, e assim liberar o foco do olhar para o entorno, identificando objetivamente as entradas e saídas e, sobretudo, as direções que por estas se *pode* (ou se *deve*) tomar. Uma paralisia do pensamento é capaz de encontrar, assim, uma saída. (AZIZE, 2012, p. 126).

A visão panorâmica é, portanto, uma espécie de sobrevoo sobre uma determinada região da gramática, que nos permite encontrar saídas para as confusões que parecem nos desorientar, ainda que não consigamos compreender as razões para a desorientação. É como se alguém soubesse claramente, na geografia de uma cidade, onde se localiza um ponto A, e soubesse, tão bem quanto o primeiro, onde se localiza um ponto B, distante daquele outro. Mas essa pessoa pode ser, ainda, incapaz de se orientar suficientemente para saber os caminhos que levam de um ponto ao outro. De modo análogo, podemos ter conhecimento a respeito do uso das palavras – como, por exemplo, utilizamos, sem muitos problemas, a expressão “ver como” para dar voz à experiência do aspecto. Entretanto, podemos ser ainda incapazes de localizar essa expressão dentre os outros usos do conceito de “ver”, o que nos mantém enredados na perplexidade filosófica. Por isso, ter domínio sobre as regras de uso da expressão “ver como” não nos garante, ainda, o conhecimento *panorâmico* da gramática dessa expressão. Isso depende do trabalho filosófico de inventar e estabelecer relações intermediárias. Sobre isso, Azize diz:

Um dos resultados da descoberta, ou mesmo invenção, de ligações intermediárias possíveis é dar a ver claramente essa diversidade tal como ela objetivamente se pode exibir no simbolismo (mesmo que de maneira ficcional; o que é relevante é a possibilidade lógica objetiva). Outro resultado é abrir o olhar, ou seja, abrir o espírito, para a *rede que se forma entre os aspectos*. Ao treinar-se o olhar para uma tal forma de representação, de alguma maneira se treina o pensamento a estar melhor aparatado para lidar com novas paralisias, novas imagens enfeitadoras. (AZIZE, 2010, p. 126,127).

Vemos, portanto, que o estabelecimento e invenção de relações intermediárias é o que permite o filósofo a alcançar uma visão panorâmica – sempre parcial, focal – da gramática. Com isso, abre-se a possibilidade de dissolver os problemas filosóficos através da análise dos conceitos, o que envolve trazer à vista os pressupostos carregados por esses conceitos, as relações lógico-gramaticais envolvidas em seus usos.

A partir dessas considerações, acreditamos haver uma justificação para Wittgenstein evocar a mesma noção no §122 das *Investigações*, onde caracteriza sua atuação filosófica, e na Segunda Parte das *Investigações*, em meio à sua discussão sobre os aspectos. Propomos que os apontamentos sobre o “ver como” vão além de um diálogo com o campo da psicologia, e revelam um tipo de cunhagem propriamente analógica que altera aspectos e revela possibilidades gramaticais – o que seria, por sua vez, a principal tarefa da atividade filosófica tal como proposta por Wittgenstein.

Nesse sentido, a principal razão para Wittgenstein se dedicar extensamente sobre o tema da aspectualidade, principalmente estabelecendo relações entre essa experiência e a atuação conceitual – para além de uma análise gramatical dos próprios conceitos de “aspecto” e “ver como” –, é sua intenção de salientar uma propriedade específica da noção de “ver como”, que a diferencia de outros casos de uso do verbo “ver”, a saber: que o “ver como” envolve o manejo de certas técnicas de uso dos signos, em um processo que esclarece, mas não informa nada sobre o mundo exterior. Essa propriedade é bem clarificada na seguinte passagem:

O aspecto está sujeito à vontade. Não posso ver algo vermelho se ele me parece azul, e não faz sentido dizer “Veja isto vermelho”; pelo contrário, o que faz sentido é “Veja isto como...”. E parece ser essencial ao aspecto que ele seja (ao menos até certo grau) voluntário, assim como é para a imaginação que ela também o seja. Quero dizer: a voluntariedade não me parece (mas por quê?) ser apenas um adendo; como se alguém dissesse “A experiência mostra que este movimento também pode ser produzido *assim*”. Isto é: É essencial que se possa dizer: “Agora o veja *assim*” e “Imagine...!”, pois isto está conectado com o fato de o aspecto não nos “informar” nada sobre o “mundo exterior”. [...] (WITTGENSTEIN, 2008, I, §899).

Com esse comentário, defendemos, o autor pretendia chamar atenção para o fato de que o “ver como”, diferentemente da percepção comum dos objetos, convida a ver semelhanças e estabelecer conexões (i.e., relações internas) na gramática de modo a evocar um tipo de cunhagem analógica que esclarece o nosso mundo semântico, mas não pretende informar nada sobre fatos empíricos – que é, justamente, uma das principais características de sua concepção de filosofia. No parágrafo §950 das *Observações* parece ficar ainda mais evidente a relação entre seu método filosófico e a atuação de cunhagens analógicas proporcionadas por experiências de “ver como”:

Mas o que faz uma investigação conceitual? Ela é uma investigação da história natural dos conceitos humanos? – Ora, a história natural descreve, digamos, plantas e animais. Mas não poderia ser que as plantas tivessem sido descritas em todos os seus detalhes, e que só agora alguém chegasse a ver as analogias entre suas estruturas, analogias que não tinham sido vistas anteriormente? Que ele, portanto, estabelecesse uma nova ordenação dessas descrições? Ele diz, por exemplo: “Não compare esta parte com esta; pelo contrário, compare esta

com aquela!”. (Goethe queria fazer algo desse tipo.) Ao dizer isso, ele não está necessariamente falando de *derivação*; mas mesmo assim um novo arranjo também *poderia* dar uma nova direção à investigação científica. Ele diz: “Olhe-o *desta maneira!*” – e isto pode ter vantagens e consequências de diferentes tipos.” (WITTGENSTEIN, 2008, I, §950).

Nessa passagem, o autor deixa clara a diferença entre a atuação filosófica, que consiste em investigações conceituais, e uma outra, por exemplo, de cunho científico, a respeito da história natural. Em uma investigação científica, é nítida a necessidade da descrição das partes constituintes de uma planta, em muitos de seus detalhes, para que se alcance um maior conhecimento a respeito de sua composição. Em uma investigação filosófica, entretanto, ainda que uma planta tenha sido descrita em seus pormenores físicos, alguém poderia ver novas relações entre suas estruturas, que não haviam sido vistas anteriormente na análise científica. Isso não significa que realizamos uma nova descoberta, mas que é possível, a partir do estabelecimento de uma nova ordenação, dar uma nova *direção* à investigação científica. Ora, esse trabalho consiste, justamente, em trazer novos aspectos à tona, salientar uma relação de “ver como” em detrimento de outras, dizendo “Veja isto desta maneira, e não daquela!” (*ibid.*, §950). E, como ressalta o próprio autor, “isto pode ter vantagens e consequências de diferentes tipos” (*ibid.*, §950). Sobre isso, Hacker diz o seguinte:

Absorver, compreender as complexas relações conceituais que são assim articuladas, requer discernir um padrão que não pode ser facilmente detectado, mas que só aparece quando os recursos lógico-gramaticais corretos são implantados de maneira apropriada, quando os recursos corretos e as analogias são dispostas e as desanalogias esclarecedoras organizadas. É claro que essas verdades conceituais não são declarações de fatos. Elas são descrições de conexões normativas dentro da teia de conceitos que constituem nossas formas de representação. (HACKER, 2009, p. 149).

Com isso, Hacker nos mostra que a análise conceitual envolve o estabelecimento de analogias e “desanalogias”. Não por acaso, podemos rastrear diferentes momentos em seus manuscritos onde Wittgenstein admite a importância do estabelecimento e desmonte de analogias. Em *Culture & Value*, o filósofo admite ser “apenas reprodutivo em seu pensamento” (CV, p. 16),<sup>31</sup> de modo que seu trabalho não se constitui pela invenção de novas linhas de pensamento, mas, sim, pela invenção de novas conexões entre elas. Nas palavras do filósofo, lemos o seguinte:

Acho que nunca *inventei* uma linha de pensamento, mas ela sempre foi fornecida para mim por outra pessoa & não fiz nada mais do que a assumir apaixonadamente para o meu trabalho de esclarecimento. [...] O que eu invento são novas *comparações* [*Gleichnisse*] (CV, p. 16).

---

<sup>31</sup> Todas as citações de *Culture and Value* (Wittgenstein, 2006) foram traduzidas do inglês por mim.

Além disso, neste mesmo texto o autor afirma que “um bom símile [*Gleichnisse*] refresca o intelecto” (CV, p. 3), e que “uma nova palavra é como uma semente fresca jogada no solo da discussão” (CV, p. 4). Em *The Blue Book*, ele diz que, com seu método, pretende neutralizar o efeito enganoso de certas analogias. E, também, admite que uma forma de expressão é enganosa apenas quando não temos clareza sobre a diferença gramatical entre determinadas palavras, ou quando não estamos cientes de outras possibilidades de expressão (BB, p. 28). Nas “Observações sobre ‘*O ramo de ouro*’ de Frazer”, o filósofo diz: “Um elo intermediário hipotético, entretanto, nada deve fazer nesse caso senão dirigir a atenção para a semelhança, para a concatenação, entre os *fatos*.” (WITTGENSTEIN, 2007, p. 201).

Com efeito, este é o trabalho realizado pelo filósofo em vários de seus apontamentos gramaticais, quando propõe, por exemplo, que vejamos as palavras como ferramentas (PI, §11), em contraposição à imagem de Santo Agostinho de que as palavras são etiquetas que nomeiam os objetos (*ibid.*, §1), lançando luz sobre o fato gramatical de que o significado das palavras é determinado pelos seus usos. E este é, também, seu trabalho nas diversas passagens em que expõe metáforas como: “É quase como se o ‘ver o signo nesse contexto’ fosse um eco de um pensamento.” (PPF., xi, p. 205), mostrando, com analogias, as relações entre o notar aspectos e atividades de conceitualização, em contraposição à teorização de Köhler. Por isso, o filósofo diz:

Você diz que vejo dois objetos visuais diferentes, que apenas têm algo em comum um com o outro. Pois com isto você está apenas enfatizando certas analogias às custas de outras. Essa ênfase, porém, ainda tem de ser justificada gramaticalmente. (WITTGENSTEIN, 2008, I, § 879).

Isto posto, podemos afirmar que, por um lado, em sua discussão sobre os aspectos, Wittgenstein pretendia localizar, em meio à gramática, a posição do conceito de “ver como” em meio aos outros conceitos da experiência. Mas, para além disso, o filósofo se estende sobre a relação entre o “ver como” e operações conceituais por conta de um interesse metodológico no conceito de “aspecto”. Pois, se os métodos de investigação gramatical consistem em diagnosticar certas analogias entre formas de expressão – e, além disso, substituir essas formas de expressão por outras (PI, §90) – as discussões sobre o “ver como” parecem ter papel fundamental para o desenvolvimento dessa prática filosófica. Se a metodologia consiste na habilidade filosófica de estabelecer analogias e “desanalogias” (HACKER, 2009, p. 149), encontramos razões para afirmar que o principal intuito das discussões sobre a relação entre a experiência da aspectualidade e a atuação conceitual é o de chamar atenção para o fato de que



o “ver como” pode atuar no mesmo nível das investigações conceituais – i.e. o nível da gramática e de suas relações internas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, observamos a maneira pela qual a terapia gramatical de Wittgenstein incide sobre o conceito de percepção como um todo (com grande ênfase nos usos do “ver”), especialmente sobre o uso particular do verbo “ver” que expressa a apreensão de aspectos em experiências perceptivas que se mantêm materialmente inalteradas: o “ver como”. Em nosso exame, observamos que a análise do conceito de visão, assim como as investigações a respeito de outros conceitos relacionados à percepção, faz parte das aplicações dos métodos de investigação gramatical desenvolvidos na fase tardia do pensamento do filósofo austríaco. Com seus métodos, Wittgenstein pretendia diagnosticar e neutralizar as tendências de pensamento que salientam certos usos das palavras, pois elas conferem a esses usos um caráter de necessidade, enquanto são, na verdade, apenas algumas das possibilidades de expressão da linguagem. Com esse propósito, o autor pretendia lançar luz sobre nossas possibilidades de expressão, através de comparações entre diferentes jogos de linguagem, em um processo que permite reconhecer que a univocidade de uma determinada forma de pensar repousa, na verdade, em um modo abusivo de lidar com a gramática.

Uma característica comum das tendências de pensamento que costumam nos “desencaminhar” filosoficamente é a crença de que precisamos, em filosofia, investigar as causas e fundamentações para os fenômenos que nos causam inquietação. Entretanto, ao lançarmos um olhar atento e focal sobre nossas possibilidades de descrição, através do contraste entre jogos de linguagem factuais e contrafactuais, observaremos que a melhor maneira de dissolver perplexidades filosóficas é através da compreensão dos usos e regras de uso dos conceitos e palavras existentes em nossos discursos sobre os fenômenos. Esse processo permite retirar o caráter de necessidade de certas formas de pensar, uma vez que a suposta necessidade repousa em enganos filosóficos causados, principalmente, pelo estabelecimento de analogias equivocadas entre diferentes formas de expressão. A esse respeito, o filósofo diz o seguinte:

Os problemas que surgem por meio de uma interpretação equivocada das nossas formas linguísticas têm o caráter de *profundidade*. São inquietações profundas; elas estão tão profundamente enraizadas em nós quanto as formas da nossa linguagem (PI, §111).

Uma analogia depositada nas formas de nossa linguagem produz uma falsa aparência; ela nos inquieta: “As coisas não são *assim!*” – dizemos. “Mas elas precisam *ser assim!*” (PI, §112).

Portanto, como combate a essas “interpretações equivocadas”, o melhor remédio é a análise de nossas formas de expressão. Essa análise é o que permite encontrar e inventar

conexões (PI, §122), possíveis e atuais, na gramática da nossa linguagem. Nesse sentido, para que investiguemos filosoficamente nossos conceitos, ainda que esses conceitos digam respeito à nossa experiência perceptiva, não é necessário desenvolver hipóteses explicativas a respeito dos fenômenos, nem postular a existência de entidades extralinguísticas. Os métodos empíricos e o desenvolvimento de teorias explicativas não podem fornecer respostas a respeito do funcionamento de nossos conceitos. Sobre isso, Arley Moreno diz o seguinte:

É este desligamento com relação aos fatos do mundo, e o interesse pela sua *possibilidade* que nos permitirá, segundo Wittgenstein, ver claramente o funcionamento da linguagem tal como a usamos efetivamente. [...] A compreensão gramatical do funcionamento da linguagem não depende de causas naturais, efetivas ou possíveis. O importante é, simplesmente, observar as possibilidades *expressivas* das palavras – o que justifica a apresentação de situações e de fatos naturais imaginários. Uma vez que o objetivo da exemplificação é terapêutico, os usos possíveis das palavras esclarecem aqueles usos que nos criam problemas. (MORENO, 1993, p. 114, 115).

Essas considerações estendem o pano de fundo sobre o qual repousam as principais reflexões desta pesquisa.

Desse modo, em nosso primeiro capítulo, pudemos compreender que, na segunda fase de seu pensamento, Wittgenstein redireciona sua análise para a *gramática*, um sistema dinâmico e normativo no qual estão convencionadas, de modo não-arbitrário, as regras de uso de aplicação dos signos em seus jogos de linguagem. Assim sendo, a dissolução dos problemas filosóficos é alcançada através de um olhar panorâmico lançado sobre uma determinada região da gramática, em um processo que explicita as conexões entre usos possíveis e atuais de nossas expressões. Portanto, sua investigação específica sobre os conceitos perceptivos está inserida em meio às aplicações de uma metodologia mais ampla de descrição gramatical, ainda que esta discussão tenha, também como segundo plano, uma influência das leituras realizadas por Wittgenstein da psicologia da *Gestalt*.

À vista disso, o segundo capítulo desta pesquisa se debruçou sobre a investigação gramatical de Wittgenstein sobre os conceitos de “ver como” e de “aspecto”, situando essa discussão em meio ao diálogo travado com a psicologia da *Gestalt* de Köhler. Observamos que os apontamentos de Wittgenstein a respeito do tema da aspectualidade fazem parte de uma tentativa do filósofo de dissolver os problemas filosóficos que podem surgir a partir das hipóteses explicativas de Köhler, uma vez que a teoria da *Gestalt* parece abusar da gramática dos conceitos de visão para fundamentar sua teoria. As ocorrências do “ver como” dão origem a uma perplexidade filosófica, causada pelo caráter peculiar desse tipo de experiência de parecer, ao mesmo tempo, ser como um “ver” e não ser como um “ver” (PPF, xi, p. 191).

Nesse sentido, a perplexidade filosófica que se origina com o “ver como” se ancora no fato de que podemos, através desse conceito, fazer surgir aspectos completamente novos em cenários que permanecem materialmente inalterados. Diante disso, Wittgenstein diagnostica, na teoria de Köhler, uma tentativa de dissolver essa perplexidade – mas, para isso, o psicólogo incorre no equívoco de afirmar que o “ver como” é como um “ver”, sem considerar, com isso, as diferenças gramaticais existentes entre os dois sentidos do verbo. Por essa razão, grande parte do trabalho descritivo de Wittgenstein se direciona a explorar as conexões gramaticais ignoradas por Köhler, que salientam o caráter do “ver como” de permitir “notar semelhanças” e associações entre objetos. Sendo assim, o filósofo se estende, em seus excertos, sobre as relações entre a descrição de aspectos e processos de interpretação, pensamento, conceitualização e representação.

A apresentação das discussões travadas entre Wittgenstein e os psicólogos da *Gestalt* nos direcionou para um debate a respeito das aproximações entre a experiência da aspectualidade e processos de pensamento. Observamos que alguns apontamentos de Wittgenstein, como o seguinte: “É quase como se o ‘ver o signo nesse contexto’ fosse o eco de um pensamento” (PPF, xi, p. 205), dão margem para a interpretação de que é possível rastrear, em seus escritos, a tese de que o pensamento atua diretamente na percepção. Por isso, o terceiro capítulo dessa pesquisa se debruçou a investigar um possível caráter conceitual dos aspectos. Examinamos, nesta etapa, tanto a hipótese interpretativa de Strawson, que acredita que Wittgenstein chama atenção para o modo em que conceitos atuam na experiência perceptiva em geral; quanto a hipótese de Baz, segundo a qual o filósofo austríaco descreve uma importante propriedade fenomênica de nossa experiência perceptiva, na qual não há atuação de conceitos (nesse sentido, Wittgenstein estaria sendo meramente ensaístico ao relacionar a percepção de aspectos a conceitos).

Ao fim do capítulo, acreditamos ter realizado uma volta completa ao nosso ponto de partida, ao concluirmos não ser possível extrair, dos escritos de Wittgenstein, nenhum tipo de hipótese explicativa sobre o funcionamento da percepção. Desse modo, tanto Strawson quanto Baz falham em suas interpretações, por conta da falta de clareza a respeito do caráter gramatical dos excertos de Wittgenstein. O filósofo não pretendia descrever (muito menos descrever verdadeiramente) nossas experiências perceptivas envolvendo aspectos. Ele pretendia, ao invés disso, localizar, na “geografia” da gramática – através do estabelecimento de relações internas – o conceito de “ver como” dentre os outros conceitos da experiência. E, como vimos, este

processo envolve uma descrição dos usos desse conceito licenciados e interditados pela gramática.

Para além disso, nossas leituras nos encaminharam para a identificação de um segundo motivo pelo qual Wittgenstein se debruça sobre as diferenças entre o “ver como” e o “ver” – afinal, o autor se estende amplamente sobre o tema da aspectualidade, principalmente demarcando essas diferenças. Por essa razão, levantamos a hipótese de que as discussões sobre o “aspecto” nos manuscritos tardios de Wittgenstein ultrapassam o diálogo com a psicologia, ganhando contornos metodológicos. Acreditamos que Wittgenstein se interessa por um caráter do “ver como” que o diferencia dos usos do “ver” relativos à percepção simples: a possibilidade de estabelecer conexões entre objetos, salientando determinados aspectos, sem que tenhamos, para isso, que descrever corretamente os objetos ou a experiência perceptiva. Propomos que o filósofo se interessa por esse conceito como uma ferramenta metodológica, que se relaciona intimamente a seu modo de proceder filosoficamente: através da reorganização do que já é conhecido por nós, uma vez que “a filosofia simplesmente dispõe todas as coisas à nossa frente, sem nada explicar ou concluir” (PI, §126).

Passos futuros na direção da investigação dessa hipótese podem nos conduzir a uma análise detalhada dos recursos de cunhagem analógica de Wittgenstein, e a relação desses recursos com a habilidade proporcionada pelo “ver como” para realizar esclarecimentos gramaticais, sem que precisemos levantar hipóteses explicativas sobre os fenômenos. Além disso, uma inquietação que se sugere se relaciona ao conceito de “imagem” (*Bild*), pouco explorado na extensão desta pesquisa. No §115 das *Investigações*, em meio às discussões sobre o caráter de seu trabalho filosófico, Wittgenstein afirma: “Uma *imagem (Bild)* nos mantinha cativos. E não conseguíamos escapar dela, pois ela residia em nossa linguagem, que parecia repeti-la inexoravelmente para nós” (PI, §115).

O conceito de “imagem” aparece em determinadas passagens da filosofia tardia de Wittgenstein como o referencial normativo com o qual comparamos os objetos, e é nas imagens em que se manifesta a força de necessidade que atribuímos a certas formas de pensar. Sobre isso, Moreno diz o seguinte:

Ao ver que existem proximidades, por semelhanças, entre, por exemplo, jogos de linguagem matemáticos e jogos com conceitos de cores e sensações, desfazem-se as Imagens que nos levaram a acreditar na exatidão de certos conceitos, e assim interpretar sua significação postulando entidades extralinguísticas. (MORENO, 1993, p. 114).

Os processos de cunhagem analógica sobre os quais se debruça Wittgenstein visam incidir, em última instância, sobre as imagens que habitam o pensamento, desfazendo seu

caráter aparente de necessidade. Por essa razão, é possível rastrear, no trabalho terapêutico de Wittgenstein, uma forte incidência sobre as imagens que nos conduzem a confusões filosóficas. Nesse sentido, a terapia gramatical tem um importante papel na atividade filosófica de combater imagens enganosas e propor (ou incentivar) imagens mais férteis para o pensamento. Consequentemente, uma investigação futura sobre a relação entre o conceito de “ver como” e a metodologia de cunhagem analógica de Wittgenstein, merece uma pesquisa mais aprofundada sobre a incidência da terapia gramatical sobre as imagens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZIZE, R. “Ligações Intermediárias e Representação Perspícuca em Wittgenstein”. In: *Dissertatio*, vol. 31 (2010), pp. 119-132.
- BAKER, G.P.; HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning (Vol. 1, Part II)*. Blackwell Publishing, 2005.
- BAZ, A. *Wittgenstein on Aspect Perception*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- BLACK, M. *Models and Metaphors: Studies in Language and Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.
- CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EILAN, N. “On the Paradox of Gestalt Switches: Wittgenstein’s Response to Kohler”. In: “*Journal for the History of Analytical Philosophy*”, vol. 2, nº 3 (2013).
- FOGELIN, R. “Wittgenstein’s Critique of Philosophy”. In: SLUGA, H.; STERN, D. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 34-59.
- DINISHAK, J. *Wittgenstein and Köhler on Seeing and Seeing Aspects: a Comparative Study*. 2008. Tese (Doutorado em filosofia). Departamento de Filosofia, Universidade de Toronto, Toronto.
- GALLAGHER, S. *Enactivist Interventions: Rethinking the Mind*. New York: Oxford University Press, 2017.
- GALLAGHER, S.; LINDGREN, R. “Enactive Metaphors: Learning Through Full-Body Engagement”. In: *Educational Psychology Review*, (set. 2015), pp. 391-404.
- GIBSON, J. J. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Psychology Press: 1986.
- GLOCK, H. J. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- GRAYLING, A. C. *Wittgenstein*. Reading: Oxford University Press, 1996.
- HACKER, P. M. S. “Philosophy: A Contribution, not to Human Knowledge, but to Human Understanding”. In: *Royal Institute of Philosophy Supplement*, vol. 65 (out. 2009), pp. 129-153.
- KENNY, A. *Wittgenstein*. Cambridge: Blackwell Publishing, 2006.
- KÖHLER, W. *Gestalt Psychology: An introduction to New Concepts in Modern Psychology*. Nova York: Liveright, 1992.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

- MCGINN, M. *Routledge Philosophy GuideBook to Wittgenstein and the Philosophical Investigations*. Routledge (Taylor & Francis e-Library), 2002.
- MONK, R. *How to Read Wittgenstein*. Londres: Granta Books, 2005.
- MORENO, A. R. *Wittgenstein Através das Imagens*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- NOË, A. *Action in Perception*. Cambridge: MIT Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Concept Pluralism, Direct Perception, and the Fragility of Presence”. In: METZINGER, T; WINDT, J. M. *Open MIND*. Frankfurt: 2015. Disponível em: <<https://open-mind.net/collection.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- RICOEUR, P. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- ROMDENH-ROMLUC, K. “Gestalt Perception and Seeing-As”. In: BEANEY, M.; HARRINGTON, B.; SHAW, D. (eds.) *Aspect Perception After Wittgenstein: Seeing-as and Novelty*. Nova York: Routledge (Taylor & Francis Group), 2018, pp. 89-107.
- ROSCH, E.; THOMPSON, E.; VARELA, F. J. *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. MIT Press, 1993.
- SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cengage Learning: 2020.
- STRAWSON, P. F. “Imagination and Perception”. In: FOSTER, L.; SWANSON, J. W. *Experience & Theory*. The University of Massachusetts Press, 1970, pp. 31-54.

### **Obras consultadas de Ludwig Wittgenstein:**

- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Culture and Value*. Cambridge: Blackwell Publishing, 2006.
- \_\_\_\_\_. Observações sobre “O Ramo de Ouro” de Frazer”. Trad.: João José R. L. Almeida. In: *Revista Ad Verbum*, v. 2, n. 2 (jul./dez., 2007), pp. 186-231.
- \_\_\_\_\_. *The Blue and Brown Books*. Blackwell Publishing, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. Ricardo H. P. Machado (trad.). Aparecida: Ideias & Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Philosophische Untersuchungen / Philosophical Investigations*. G.E.M. Anscombe; P.M.S. Hacker & Joachim Schulte (trad.). Oxford: Blackwell, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Da Certeza*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.



\_\_\_\_\_. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Fósforo, 2022.